



Aplicabilidades da Assistência Técnica:

um estudo das diferentes modalidades de aplicação
da Lei 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo



Dissertação

APLICABILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei nº 11.888/2008 no
contexto atual (2017-2018)

Luísa de Azevedo dos Santos

Pelotas
2019

Luísa de Azevedo dos Santos

**APLICABILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei nº 11.888/2008 no
contexto atual (2017-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de Concentração: Arquitetura, Patrimônio e Sistemas Urbanos, linha de pesquisa: Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura em Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Nirce Medvedovski

Pelotas
2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S237a Santos, Luísa de Azevedo dos

Aplicabilidades da assistência técnica : um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018) / Luísa de Azevedo dos Santos ; Nirce Saffer Medvedovski, orientadora. — Pelotas, 2019.

229 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Assistência técnica. 2. Lei. 3. Agentes promotores. 4. Participação dos usuários. 5. Percepção. I. Medvedovski, Nirce Saffer, orient. II. Título.

CDD : 720.1

Luísa de Azevedo dos Santos

APLICABILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei nº 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 30 de setembro de 2019.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Nirce Medvedovski (Orientadora)
Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo

Prof. Dr. André Torres Carrasco
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Lígia Maria Chiarelli
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Inês Sugai
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a minha família, principalmente aos meus pais, Maria Geni e Hamilton, que sempre incentivaram meus estudos e apoiaram as minhas escolhas. Ao meu namorado e amigo, Marcel, pelo seu apoio incondicional, paciência e companheirismo, sempre disposto a me auxiliar quando precisei, apoiando a minha trajetória. Ao meu amigo de quatro patas, Drift, que esteve todos os dias ao meu lado durante a construção deste trabalho, minha companhia diária.

Agradeço a Universidade Federal de Pelotas e a minha orientadora Nirce Medvedovski pela oportunidade e confiança no curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, produzindo conhecimento e me dando suporte para o desenvolvimento dessa dissertação.

Aos alunos bolsistas do NAURB, que me auxiliaram desde o início até a finalização deste mestrado, principalmente a Marcela, Paula e o Gustavo.

A Residência AU+E, um ambiente de aprendizagem e troca mútua de experiências e conhecimento, em que tive a oportunidade de frequentar e que também me auxiliou neste trabalho.

A todos os colegas do mestrado, principalmente minha colega também de trabalho, Helena, pois em muitos momentos tivemos que ter paciência e deixar nosso escritório em segundo plano.

Agradeço a todos meus amigos que torceram para que tudo desse certo.

Gratidão!

A nadie se le ocurre negar la necesidad universal del alojamiento, de la misma manera que no se niega la importancia del aprendizaje o la conservación de la salud (TURNER, 1977, p. 30).

Resumo

SANTOS, Luísa de Azevedo dos. **APLICABILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei nº 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018). 2019. 230f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Com o advento da Lei de Assistência Técnica, Lei nº 11.888 de 2008, a sociedade brasileira vem buscando assegurar a assistência técnica pública gratuita para famílias de baixa renda. Ao se identificar as possíveis formas de atuação (que estão divididas em quatro frentes: agentes públicos, organizações não governamentais sem fins lucrativos, residência acadêmica e atuação por profissionais autônomos ou através de empresas jurídicas), investigou-se agentes que ao longo dos últimos seis anos, principalmente entre os períodos de 2017 e 2018, desenvolveram trabalhos ancorados nessa legislação, buscando qualificar o meio ambiente construído. O objetivo do presente trabalho é exemplificar um modelo de atuação em cada frente, que obteve resultados expressivos e de bom impacto, tanto para os profissionais técnicos envolvidos quanto para os beneficiários. Sendo assim, a dissertação aborda as atuações da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, da Organização Não Governamental Soluções Urbanas, do Programa de Residência Acadêmica em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e do escritório Arquitetura Humana do Rio Grande do Sul. Aponta os principais agentes envolvidos, as relações e conexões de dependência entre esses agentes, as dificuldades encontradas no processo de aplicação de ATHIS e as contribuições para o aprimoramento da prática profissional perante a avaliação e percepção dos representantes dos órgãos ou instituições estudadas. A pesquisa, realizada através de referencial bibliográfico, documental e questionário estruturado, buscou diagnosticar através de infográficos as articulações entre esses agentes envolvidos na prática de ATHIS, comparando suas semelhanças e diferenças. O estudo pretende contribuir com o aprimoramento e fomento da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, além de registrar a mobilização e as novas práticas realizadas por agentes promotores no período de estudo.

Palavras-chave: Assistência técnica. Lei. Agentes promotores. Participação dos usuários e Percepção.

Abstract

SANTOS, Luísa de Azevedo dos. **APLICABILIDADES DA ASSISTÊNCIA**

TÉCNICA: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei nº 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018). 2019. 230f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

With the advent of the Technical Assistance Law, Law nº11.888 from 2008, society in Brazil has been seeking to provide free technical assistance to low income families. Upon identifying the possible means of performance, which are divided into four fronts, public agents, Non Governmental Organizations, academic residences and performances from either professionals or autonomous people through legal companies, agents who have performed under said legislation aiming to qualify the environment built within the last six years, mainly between 2017 and 2018, were investigated. The purpose of this paper is to exemplify a performance model that achieved significant results and had a positive impact for each front to the involved technicians and to beneficiaries. Thus, this paper addresses the performances from Companhia do Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, NGO Soluções Urbanas, Programa de Residência Acadêmica em Assistência para Habilitação de Interesse Social (ATHIS) from Universidade Federal da Bahia's course of Arquitetura e Urbanismo and from Arquitetura Humana's office in Rio Grande do Sul. The mainly involved agents are shown, as well as the dependency between their connection, their relation and the hardships in their performances of ATHIS. The contribution to an improvement in professional practice is also shown under the perception and assessment of the representatives of studied government agencies and institutes. This research was done through bibliographical references and documentation, a structured questionnaire which sought to to diagnose the articulations between these agents through infographics, comparing their similarities and differences. The study promises to contribute to the improvement and fomentation of technical assistance for Habitations with Social Interest, as well as register the mobilization and the new practices performed by agents in the referred period.

Keywords: Technical assistance. Law. promoting agents. participation of users and perception.

Lista de Figuras

Figura 1 - Cartaz de divulgação do Ciclo CAAT - 1º momento	25
Figura 2 - Cartaz de divulgação do Ciclo CAAT - 2º momento	25
Figura 3 - Cartaz de divulgação do Ciclo CAAT - 3º momento	26
Figura 4 - Cartaz de divulgação do Ciclo CAAT - 4º momento	26
Figura 5 - Centro do charco de Brás de Pina antes da urbanização.....	40
Figura 6 - Aspecto de Brás de Pina após urbanização promovida pela Codesco	41
Figura 7 - Capa da Revista Arquitetura do IAB nº 15.....	42
Figura 8 - Capa do livro - Programa ATME	53
Figura 9 - Mapa de EMAU no Brasil.....	61
Figura 10 - Arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva.....	66
Figura 11 - Arquiteto Zezéu Ribeiro	67
Figura 12 - Livro Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil	68
Figura 13 - Manual Implantação ATHIS	70
Figura 14 - Assistência Técnica e Direito à Cidade.....	70
Figura 15 - Caderno ATHIS.....	71
Figura 16 - Pesquisa CAU/BR DATAFOLHA	72
Figura 17 - Peça gráfica 1 – Agente promotor de ATHIS	86
Figura 18 - Peça gráfica 2 – identificação do agente promotor Gilson Paranhos (CODHAB).....	86
Figura 19 - Peça gráfica 3 – identificação do agente promotor Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas).....	87
Figura 20 - Peça gráfica 4 – identificação do agente promotor Ângela Gordilho (RAU+E).....	87
Figura 21 - Peça gráfica 5 – identificação do agente promotor Paola Maia (AH!).....	87
Figura 22- Peça gráfica 6 – identificação dos agentes financiadores de ATHIS	88
Figura 23 - Peça gráfica 7 – identificação de recursos destinados à ATHIS no fluxograma.....	88
Figura 24 - Peça gráfica 8 - Identificação dos agentes mobilizadores de ATHIS	88
Figura 25 - Peça gráfica 9 - Identificação de grupos mobilizadores de ATHIS no fluxograma.....	89
Figura 26 - Peça gráfica 10 - Identificação dos agentes receptores de ATHIS	89

Figura 27 - Peça gráfica 11 - Identificação de agente receptores de ATHIS individual	89
Figura 28 - Peça gráfica 12 - Identificação de agente receptor de ATHIS grupos.....	90
Figura 29 - Peça gráfica 13 - Identificação de agentes reguladores de ATHIS.....	90
Figura 30 - Peça gráfica 14 - Identificação de grupos reguladores de ATHIS no fluxograma.....	90
Figura 31 - Peça gráfica 15 - Identificação dos agentes mobilizadores de ATHIS	91
Figura 32 - Peça gráfica 16 - Identificação de grupos mobilizadores de ATHIS no fluxograma.....	91
Figura 33 - Estudos de caso - Agentes promotores ATHIS estudados	96
Figura 34 - Ficha estudo de caso A.....	97
Figura 35 - Distribuição dos postos avançados CODHAB 2018.....	99
Figura 36 - Ponto Avançado Sol Nascente Trecho 1	101
Figura 37 - Posto Avançado Estrutural.....	101
Figura 38 - Posto Avançado Pôr do Sol, Ceilândia/DF.....	101
Figura 39 - Esquema melhorias habitacionais da CODHAB	106
Figura 40 - Etapas de habilitação para melhoria habitacional	108
Figura 41 - Casa Luiza Rosa reforma antes e depois	109
Figura 42 - Painel Artístico Ação Urbana no Sol Nascente trecho 1	112
Figura 43 - Revitalização de Fachadas Ação Urbana no Sol Nascente trecho 1	112
Figura 44 - Ficha - estudo de caso B	119
Figura 45 - Oficina realizada na FAURB/UFPEL por Mariana Estevão.....	123
Figura 46 - Mapeamento de Risco realizado no Bairro Dunas em Pelotas	123
Figura 47 – 7º Edição da Feira de Trocas.....	126
Figura 48 - Antes e depois reforma da Casa Carina	127
Figura 49 - Plataforma Arquiteto de Família.....	128
Figura 50 – Visita realizada durante a oficina em Mauá.....	132
Figura 51 - Workshop realizado em Porto Alegre.....	133
Figura 52 - Ficha - estudo de caso C	140
Figura 53 - Aula inaugural da 3º turma na sede da Rau+E	146
Figura 54 - Apresentação das demandas aos residentes na FAU/UFBA, 3º edição, 2017.	147
Figura 55 - Visita técnica a comunidade Gamboa de Baixo, 3º edição, 2017.	147
Figura 56 - Ficha - estudo de caso D	157

Figura 57 - Situação atual do prédio da cooperativa	160
Figura 58 - Projeto AH! Arquitetura Humana.....	162
Figura 59 - Reunião entre AH! e a Cooperativa 2 Julho em maio 2019.	163
Figura 60 - Proposta para a ocupação Canto de Conexão	164
Figura 61 - Estudo para a ocupação Canto de Conexão	164
Figura 62 - Elementos dos mobiliários utilizados em oficinas pelo AH! Arquitetura Humana.....	165
Figura 63 - Cartilha ATHIS CAU/SC.....	169

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Lista de palestrantes/instituições que participaram dos eventos CAU/UF e CAU/DF	27
Tabela 2 - Assessorias Técnicas descritas por Ronconi em 1995	59
Tabela 3 - Faixa de renda eixo Morar Bem	105

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Eventos CAU/BR (2014 a 2016).....	23
Gráfico 2 - Eventos CAU/BR (2017 a 1sem. 2019).	23
Gráfico 3 - Comparativo entre os dois períodos de eventos (2014 a 2016) e (2017 ao 1° sem. 2019).....	23
Gráfico 4 - Quantidade de eventos por CAU/UF (2014-2016).....	76
Gráfico 5 - Quantidade de eventos por CAU/UF (2017-1°sem. 2019).....	77
Gráfico 6 - Linha de crescimento (ano x quantidade de eventos)	77
Gráfico 7 - CAU/UF X Edital ATHIS	78
Gráfico 8 - Editais ATHIS/Ano.....	79
Gráfico 9 - Quantidade de Editais por CAU/UF	79

Lista de Infográficos

Infográfico 1 - Aplicabilidade de ATHIS pela CODHAB	115
Infográfico 2 - Fluxograma ATHIS CODHAB.....	116
Infográfico 3 - Identificação dos beneficiários de ATHIS pela CODHAB	117
Infográfico 4 - Quadro geral da ATHIS CODHAB.....	118
Infográfico 5 - Aplicabilidade de ATHIS pela ONG Soluções Urbanas.....	136
Infográfico 6 - Fluxograma ATHIS ONG Soluções Urbanas.....	137
Infográfico 7 - Beneficiários de ATHIS pela ONG Soluções Urbanas	138
Infográfico 8 - Quadro geral da ATHIS ONG Soluções Urbanas.....	139
Infográfico 9 - Aplicabilidade de ATHIS pela RAU+E	153
Infográfico 10 - Fluxograma ATHIS RAU+E	155
Infográfico 11 - Beneficiários de ATHIS pela RAU+E.....	155
Infográfico 12 - Quadro geral da ATHIS RAU+E	156
Infográfico 13 - Aplicabilidade de ATHIS pela AH! Arquitetura Humana	173
Infográfico 14 - Fluxograma ATHIS AH! Arquitetura Humana	174
Infográfico 15 - Beneficiários de ATHIS pela AH! Arquitetura Humana.....	175
Infográfico 16 - Quadro geral da ATHIS CODHAB.....	176
Infográfico 17 - Infográfico geral síntese dos processos de ATHIS.....	179
Infográfico 18 - Possibilidades de agrupamento entre as modalidades de aplicação de ATHIS.....	184

Lista de Siglas

ATHIS	Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
ATME	Assistência Técnica ao Projeto e Construção de Moradia Econômica
BHU	Banco Hipotecário do Uruguai
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAAT	Capacitação em Assistência Técnica
CAU	Conselho de arquitetura e urbanismo
CCU	Centro Cooperativista Uruguaio
COHAB	Companhias Habitacionais
CODHAB	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINEP	Financiadora de Inovação e Pesquisa
FUCVAM	Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua
IAB	Instituto de arquitetos e urbanistas
IAPS	Institutos de aposentadoria e pensão
IPASE	Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado
MCMV	Minha casa minha vida
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
ONG	Organização não governamental
PMCMV	Programa Minha casa minha vida
RAU+E	Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia
PEI - ATHIS	Plano Estratégico de Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
SAERGS	Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul
SFH	Sistema de Financeiro de Habitação
SHRU	Seminário de Habitação e Reforma Urbana
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1	Introdução.....	17
1.1	Proposta de investigação	20
1.1.1	Objetivo Geral.....	20
1.1.2	Objetivo Específico	21
1.2	Contribuições Esperadas	22
1.3	Justificativa.....	22
1.4	Motivação.....	28
1.5	Resumo da estrutura da dissertação	29
2	Marco Teórico	30
2.1	Urbanismo e habitação no Brasil.....	30
2.2	Histórico da Assistência Técnica no Brasil	39
2.3	Origens da Legislação de Assistência Técnica.....	52
2.4	A Lei de ATHIS e seus desdobramentos.....	69
3	Metodologia	81
3.1	Seleção do objeto de estudo.....	82
3.2	Métodos e técnicas de coleta de dados:	83
3.2.1	Levantamento Bibliográfico	83
3.2.2	Levantamento Documental.....	83
3.2.3	Questionário Estruturado	84
3.3	Análise.....	84
3.4	Análise dos dados.....	92
4	Resultados e discussão.....	93
4.1	As Aplicabilidades da Assistência Técnica	95
4.2	Assistência técnica através de servidores públicos.....	97
4.2.1	Agentes e Ações da CODHAB.....	113
4.2.2	Aplicabilidade de ATHIS pela CODHAB	114
4.3	Assistência técnica através de Organizações não Governamentais.....	119
4.3.1	Agentes e Ações da ONG Soluções Urbanas	133
4.3.2	Aplicabilidade de ATHIS pela ONG Soluções Urbanas.....	135
4.4	Assistência Técnica através da Residência Acadêmica.....	140
4.4.1	Agentes e Ações da Residência Acadêmica AU+E	151
4.4.2	Aplicabilidade de ATHIS pela RAU+E.....	152

4.5 Assistência Técnica através de Escritório de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.....	157
4.5.1 Agentes e Ações da AH! Arquitetura Humana.....	170
4.5.2 Aplicabilidade de ATHIS pela AH! Arquitetura Humana	171
5 Conclusões e encaminhamentos	177
Referências	188
Apêndices	199
Anexos	226

“Falta que a gente mostre para os prefeitos que dá certo. Falta pressionar o Governo Federal, para que abra uma linha de crédito ou de subsídios. Falta vontade política. Milhões de pessoas moram em vilas paupérrimas e precisam de assistência. Elas podem receber uma casa nova ou reformar a que já existe. E eu tenho por experiência que é melhor deixá-las onde estão” (ILGENFRITZ, 2018).

1 Introdução

O Brasil, ao longo de quase 10 décadas, passou por períodos com políticas que impactaram na sua urbanização e produção de habitação. Como aborda Bonduki (2017), em 1940 se inicia a imensa produção de habitação informal, pois a crise no setor habitacional, junto a insuficiente promoção de habitação social por parte do governo e a incapacidade de financiamento do estado para tal, colaboraram para que a autoconstrução, principalmente em zonas periféricas, crescesse expressivamente.

Bonduki (2017) também descreve que na Era Vargas (1930) contamos com avanços importantes com as conquistas da classe trabalhadora, onde tivemos os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP), os primeiros órgãos federais a atuarem no setor de habitação social no Brasil. A produção de habitação social pelos IAPs, embora atendessem somente seus associados, foi expressiva do ponto de vista qualitativo, pois existia um contato maior com o usuário final. Já em termos quantitativos, os dois órgãos não conseguiram chegar a números expressivos comparados com a produção através do Banco Nacional de Habitação (BNH), iniciada em 1964.

De fato, foi no período BNH que se estruturou uma política habitacional brasileira, já pensada na Era Vargas através dos IAPs e FCP. Entretanto, do ponto de vista qualitativo, a qualidade dos projetos declinaram, chegando ao então conceito racionalista, onde o custo está acima da qualidade. Como retrata Bonduki (2017, p. 36), isso acabou sendo um retrocesso, pois “ocorreu um divórcio entre arquitetura e moradia popular, com graves repercussões na qualidade do espaço urbano”. Desde as diferentes fases do período de atuação do Banco Nacional de

Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), as alternativas de moradia promovidas ou financiadas pelo setor público foram “majoritariamente produzidas nas franjas ou fora das cidades, em situações muito próximas à produção do setor informal” (ROLNIK; CYMBALISTA; NAKANO, 2011, p. 153).

Após o BNH, as políticas de habitação em termos qualitativos não melhoraram, a exemplo da política habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o maior programa habitacional do Brasil, já no século XXI, porém, seguindo a mesma lógica de produção capitalista já criticada no período BNH, de produção massiva, sem participação do usuário, habitação mínima para os setores de menor renda e baixa qualidade. Recursos injetados no PMCMV poderiam ser direcionados para a produção de moradias em terrenos bem localizados e com melhor infraestrutura, mas na prática o que ocorreu foi o setor imobiliário sendo alimentado pelo poder público, cabendo às construtoras a definição dos terrenos e dos projetos, assim como a aprovação dos empreendimentos (NASCIMENTO; TOSTES, 2011).

Este processo reflete a inversão de papéis, atribuições e objetivos relativa à política habitacional e à política urbana: a produção da cidade está de fato nas mãos do mercado privado, responsável pelos loteamentos de periferia. Planos de habitação para a baixa renda que não forem acompanhados por instrumentos capazes de alterar o ciclo da especulação imobiliária e o acesso ao solo urbano vão continuar sendo um paliativo para o problema do morar nas cidades brasileiras (NASCIMENTO; TOSTES, 2011, s./p.).

É nessa inversão de papéis onde se amplia a insatisfação do usuário final, pois o processo participativo não é considerado relevante. Para Turner (1977), a justiça e a economia dependem de responsabilidade e de controle local e pessoal. O autor aponta que “a energia, o investimento ou qualquer outro recurso aplicado à construção e/ou manutenção de habitação dependem da satisfação experimentada ou esperada pelo indivíduo” (TURNER, 1977, p. 69, tradução da autora). E relata, também, a importância da relação do homem com o seu entorno, descrevendo que uma política realista deve ser capaz de descrever essa adequada adaptação.

Los objetivos de una política de vivienda que se pretenda realista y positiva han definirse em términos capaces de describir la adaptación adecuada entre los usuarios y sus alrededores (además de la adaptación adecuada entre sus propias contribuciones y el valor de los servicios obtenidos a cambio), y trasladarse después al terreno de la práctica mediante la formulación de normas de rendimiento (TURNER, 1977, p. 135).

Na época, Turner já descrevia que os métodos de produção quantitativos não podiam descrever as relações mútuas entre as pessoas, os objetos e a natureza,

relação essa fundamentada na experiência e nos valores humanos. Também dizia que as perguntas sobre os efeitos que a habitação provoca na vida das pessoas só podem ser respondidas mediante os processos e as relações (TURNER, 1977).

Pelli (2007) também salienta a importância do processo de participação do indivíduo na identificação das necessidades habitacionais, porém, infelizmente o que acaba por ser adotado aos setores populares da América Latina é o modelo de habitação mais conveniente, padronizado, “*lo que és obligatorio necessitar*” (HELLER, 1996 apud PELLI, 2007, p. 26) e que acaba funcionando como um paradigma de satisfação, sendo imposto ou condicionado para um conjunto social dentro do que seria um moderno sistema de habitat (PELLI, 2007). Então, seguindo a crítica de Pelli (2007), o país acaba adotando esse padrão do que é obrigatório necessitar, uma necessidade imposta, com projetos padronizados replicados por todo país. Segundo o autor:

Toda elaboración teórica, de acción, o de decisión política, sobre la solución habitacional, debe tener su basamento en el conocimiento profundo y constantemente actualizado de las necesidades de las personas, entendido como conocimiento construído junto con la misma gente que las padece, sólo la de las estadísticas y de las encuestas sino las personas concretas, con nombres, rostros y diálogo, una por una, uno por uno (PELLI, 2007, p. 23).

O Instituto de Arquitetos do Brasil (2010) ressalta que devemos melhorar a produção de habitação social, deixando de seguir a lógica capitalista e aumentando o processo participativo, mas ao mesmo tempo devemos encarar as pré-existências, as consolidações urbanas, qualificando esses espaços de forma assistida, mantendo as relações já consolidadas pelas famílias. Para Santos (2016), devemos combinar três variáveis para que se tenha uma Política Habitacional capaz de oferecer, num curto espaço de tempo, moradias para um número expressivo de famílias. São elas: a capacidade de autoconstrução pela população de baixa renda, o comprovado sucesso dos programas de lote urbanizado e a autoconstrução assistida, com apoio técnico e financeiro.

Com o Estatuto da Cidade (2001), que foi uma grande conquista jurídica para o Brasil, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana, foi possível viabilizar a Assistência Técnica para o brasileiro. Os ideais debatidos e construídos desde a década de 1960, como as experiências de processos autogeridos e assistidos, o

Seminário de Habitação e Reforma (SHRU) de 1963 e a consolidação do Programa de Assistência Técnica ao Projeto e Construção de Moradia Econômica (Programa ATME) em 1977, foram então viabilizados através da Lei de Assistência Técnica (IAB, 2010), pois o art.º 4 do Estatuto acabou criando condições políticas e sociais para a legislação, onde prevê “assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007). Essa é uma legislação que aproxima o profissional e o beneficiário, sendo capaz de colocar em prática uma política mais realista, onde o processo participativo é fundamental para que as reais necessidades sejam debatidas e atendidas aos usuários finais.

Portanto, com a Lei nº 11.888 de 2008 temos um marco legal para o provimento de Assistência Técnica no Brasil, que em 2018 completou um ciclo de 10 anos, reacendendo a discussão sobre tema. Durante metade desse ciclo de 10 anos não se obteve resultados expressivos sobre sua aplicação, porém, a partir da outra metade do ciclo, surgiram pontos importantes que alavancam seu fomento, com o avanço de novos agentes promotores de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) e novos incentivos para sua prática. Dessa forma, o trabalho desenvolvido apresenta esses agentes promotores de ATHIS, exemplificando as quatro modalidades de aplicação da Lei num contexto atual (2017-2018), com intuito de colaborar com a compreensão desses processos e suas diferentes formas de aplicação na prática.

1.1 Proposta de investigação

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho consiste em identificar como a Lei de Assistência Técnica (Lei nº11.888/2008) se efetivou no contexto atual (2017-2018), através de suas quatro modalidades de atuação, com resultados expressivos e de bom impacto tanto para os profissionais técnicos envolvidos quanto para os beneficiários. Sendo assim, a dissertação aborda as quatro formas de aplicabilidade, sendo: a

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF); a Organização Não Governamental Soluções Urbanas de Niterói, Rio de Janeiro; o Programa de Residência Acadêmica em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (RAU+E) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAU/UFBA); e o Escritório de Arquitetura e Urbanismo AH! Arquitetura Humana do Rio Grande do Sul. Identifica os principais agentes envolvidos, as dificuldades encontradas no processo segundo a avaliação e percepção dos mesmos, além de contribuições que auxiliem no fomento e prática da ATHIS.

1.1.2 Objetivo Específico

- (a) Para cada modalidade de aplicação da Lei nº11.888/2008, Lei de ATHIS, prevista em seu artigo 4º, exemplificar e estudar um caso específico, a saber: servidores públicos nas três esferas, integrantes de equipes de organização não governamental, programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo e engenharia e profissionais autônomos ou integrantes de pessoas jurídicas, previstos em Lei;
- (b) Identificar os agentes e as ações desenvolvidas em cada modalidade de Assistência Técnica;
- (c) Realizar infográficos que visem auxiliar os profissionais da área da arquitetura e urbanismo a entender como ocorre a aplicabilidade da Lei de ATHIS em cada caso apresentado;
- (d) Identificar as semelhanças e diferenças entre os modelos de ATHIS estudados;
- (e) Levantar, junto aos agentes de cada modalidade, os principais entraves da aplicação da Lei de ATHIS e contribuições para melhoria da sua aplicabilidade.

1.2 Contribuições Esperadas

Espera-se que a pesquisa em torno da aplicabilidade da legislação de Assistência Técnica registre um contexto atual de prática de ATHIS, identifique as relações e percepções dos agentes envolvidos no processo e potencialize o conhecimento e o conteúdo em relação ao tema de pesquisa.

Podemos dizer, ainda, que a pesquisa busca impulsionar o exercício da prática por um maior número de profissionais arquitetos e urbanistas, profissionais formados ou estudantes, a desenvolver trabalhos ou projetos baseados na Lei de Assistência Técnica, uma atuação ainda pouco considerada e valorizada por esses profissionais, além de registrar o momento da prática de ATHIS nas suas diferentes esferas no período 2017- 2018.

1.3 Justificativa

Desde 2017, quando implementada a destinação orçamentária de 2% do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) para Assistência Técnica, e principalmente em virtude do fechamento do ciclo de 10 anos da Lei nº11.888 de 2008 em 2018, ascenderam-se os encontros, debates, palestras e incentivos ao fomento da Lei e sua aplicação. Assim sendo, é relevante abordar o tema e entender as possibilidades de efetiva aplicabilidade de ATHIS.

Como levantado através dos sites dos conselhos de arquitetura e urbanismo do Brasil, entre o período de 2014 ao primeiro semestre de 2019, os eventos¹ promovidos pelos CAU no país com foco em Assistência Técnica tiveram um aumento significativo. Do total de eventos promovidos no referido período, somente 9,3% foram promovidos até o final de 2016, enquanto que 90,7% ocorreram após a disponibilização dos 2% (Gráfico 3), sendo que no ano de 2018, conforme Gráfico 2, foi onde tivemos o maior número de eventos, coincidindo com este ciclo de 10 anos.

¹ Os infográficos, os levantamentos e a descrição dos eventos e editais dos CAU/UF estão disponíveis nos apêndices A, B, C, D, E e F.

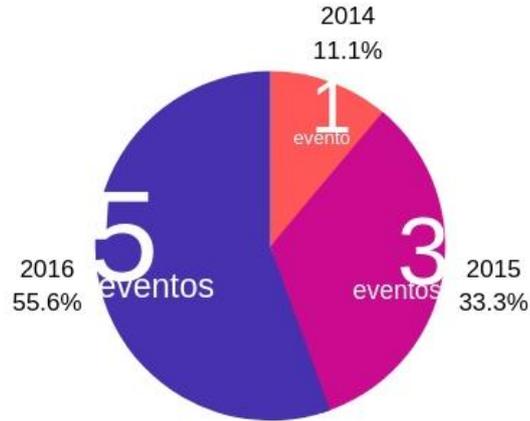


Gráfico 1 - Eventos CAU/BR (2014 a 2016)
Fonte: a autora (2019).



Gráfico 2 - Eventos CAU/BR (2017 a 1sem. 2019).
Fonte: a autora (2019).



Gráfico 3 - Comparativo entre os dois períodos de eventos (2014 a 2016) e (2017 ao 1º sem. 2019)
Fonte: a autora (2019).

Registrar e refletir sobre esse processo é necessário, pois a produção de conhecimento nessa área ainda é pequena se comparada a outras áreas da

arquitetura e do urbanismo. Embora, tenhamos alguns materiais e registros, previamente e posteriormente a Lei ser sancionada, que são relevantes para a história e o conhecimento de ATHIS.

Foram produzidos e registrados processos, experiências e conquistas de ATHIS, como a *Revista Arquitetura n° 15* (IAB, 1963), o livro *Programa ATME* (SAERGS, 1977), o Livro *Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil* (MINISTERIO DAS CIDADES, 2007), o *Manual para Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social* (IAB, 2010), a coletânea *Assistência Técnica e Direito à Cidade* (FNA, 2014) e o *Caderno ATHIS – Oficina de Assistência Técnica em Habitação Social* (PEABIRU/SASP, 2016). Portanto, é relevante registrar novos agentes e suas práticas de ATHIS no contexto atual (2017-2018), período no qual passa a vigorar o auxílio do CAU para a implementação da Lei de Assistência Técnica.

Outro aspecto importante que colaborou para a estrutura dessa dissertação e escolha dos estudos de caso foi o Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica (Ciclo CAAT), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (NAURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em 2017 e coordenado pela Profa. Nirce Saffer Medvedovski. O Ciclo foi organizado de forma a receber palestrantes que representassem a ATHIS nas quatro modalidades de aplicação da Lei nº 11.888 de 2008, sendo escolhidos convidados que atuassem: a) na esfera pública, b) através de Organização Não Governamental, c) através da Residência Acadêmica e d) como representantes de escritórios de Arquitetura e Urbanismo de personalidade jurídica. Foram assim convidados os seguintes palestrantes: o Arq. e Urb. Luiz Sarmiento – representando o Arq. e Urb. Gilson Paranhos e as experiências de ATHIS na CODHAB em Brasília (Figura 1); a Arq. e Urb. Mariana Estevão – coordenadora da ONG Soluções Urbanas e do Programa Arquiteto de Família (Figura 2); a Profa. Dra. Arq. e Urb. Ângela Gordilho – coordenadora e idealizadora do Programa de Residência Acadêmica na FAU/UFBA (Figura 3); e o escritório AH! Arquitetura Humana, com as arquitetas e urbanistas Paola Maia, Karla Moroso e Taiane Beduschi, representando o escritório de arquitetura e urbanismo (Figura 4).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo



CONVIDAM:
Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica

1º MOMENTO
LUIZ SARMENTO
arqui&urb

PROGRAMAÇÃO
07 de julho – sexta-feira

Tarde (16:00 - 17:30h)
Diagnóstico Cidhab – Necessidade de criação do Programa de Assistência Técnica da Companhia e Habita Brasília.

Noite (18:00 - 21:00h)
Habita Brasília – apresentação dos cinco eixos.

08 de julho – sábado

Manhã (8:30 - 12:00h)
Concursos públicos de projetos para áreas de interesse social.

Tarde (14:00 - 17:00h)
Criação e manutenção do programa de Assistência Técnica.

Tarde (17:30 - 18:30h)
Palestra: Projetos elaborados nos escritórios de Assistência Técnica.

Gerente de projetos e obras em Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo e coordenador do projeto Ações Urbanas Comunitárias da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

Formado pelo UNB e diretor de cultura e divulgação do IAB - Departamento do DF, o arquiteto poderá nos passar as informações sobre sua experiência pioneira em Brasília, o que justifica a importância de sua participação no referido ciclo.

ONDE?
Secretaria do PROGRAU
Programa de Pós Graduação de
Arquitetura e Urbanismo

ENDEREÇO?
Rua Benjamin Constant nº 1359

INSCRIÇÕES

VALOR? Doação de livro infantil

Figura 1 - Cartaz de divulgação do Ciclo CAAT - 1º momento
Fonte: Acervo NAURB (2017).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo



CONVIDAM:
Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica

2º MOMENTO
MARIANA ESTEVÃO
arqui&urb

PROGRAMAÇÃO
14 de julho – sexta-feira

Tarde (15:00 - 17:00h)
Oficina com Mariana Estevão – Métodos participativos em Habitação de Interesse Social mas Bairro de Materiais – sala de aula FAURB UFPel.

Noite (18:00 - 20:00h)
Palestra – Arquiteto de Família – Auditório do FAURB UFPel.

15 de julho – Sábado

Manhã (9:00 - 12:00h)
Saída de Campo – Metodologia de diagnóstico-patologias habitacionais.

Tarde (14:30 - 17:30h)
Análises de dados. Encaminhamentos para melhorias habitacionais – sala de aula FAURB UFPel.

Coordenadora Geral da ONG Soluções Urbanas do Instituto Vital Brazil, e conduz o Programa Arquiteto de Família e Clube da Reforma.

Foi Arquiteta e Urbanista na Rocruz e teve formação como especialista em saúde pública junto a Escola Nacional de Saúde Pública.

Premiada com o 10º prêmio arquiteto e urbanista do ano pela federação nacional dos arquitetos e urbanistas em 2015.

ONDE?
Secretaria do PROGRAU
Programa de Pós Graduação de
Arquitetura e Urbanismo

ENDEREÇO?
Rua Benjamin Constant nº 1359

INSCRIÇÕES

VALOR? Doação de livro infantil

Figura 2 - Cartaz de divulgação do Ciclo CAAT - 2º momento
Fonte: Acervo NAURB (2017).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo

CONVIDAM:
Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica



PALESTRA:
NOVOS RUMOS NO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL:
**RESIDÊNCIA EM
ARQUITETURA,
URBANISMO E
ENGENHARIA**

3º MOMENTO
**ANGELA
GORDILHO**
arqui&urb

Coordenadora do Programa de
Residência em Arquitetura, Urbanismo e
Engenharia (AUE), implantado na UFPA.

Curso de pós-graduação *lofto sensu*
para Assistência Técnica em Habitação
e Direito à Cidade.

INSCRIÇÕES
ONDE?
Secretaria do PROGRAU
Programa de Pós-Graduação de
Arquitetura e Urbanismo

ENDEREÇO?
Rua Benjamin Constant nº 1359

VALOR? Doação de livro infantil!

PROGRAMAÇÃO
04 de agosto
sexta-feira
18:00 - 20:00h



Figura 3 - Cartaz de divulgação do Ciclo CAAT - 3º momento
Fonte: Acervo NAURB (2017).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo

CONVIDAM:
Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica



PALESTRA
M C M V
Entidades
O Caso do Assentamento
20 de Novembro

4º MOMENTO
AH!
**Arquitetura
Humana**

INSCRIÇÕES
ONDE?
Secretaria do PROGRAU
Programa de Pós-Graduação de
Arquitetura e Urbanismo

ENDEREÇO?
Rua Benjamin Constant nº 1359

VALOR? Doação de livro infantil!

PROGRAMAÇÃO
17 de novembro
sexta-feira
18:00 - 20:00h



«Trataremos sobre política de habitação, política de assistência técnica, projeto participativo, caso do assentamento 20 de novembro.»

O escritório AH! Arquitetura Humana surgiu do encontro de quatro arquitetos que acreditam na apropriação humana do espaço como fator fundamental para que o território cumpra o seu papel e trocas socioculturais e de afirmação da identidade local. Seus projetos permeiam por todas as escalas, relacionando a arquitetura e o urbanismo de maneira imersiva e tenciosa buscando fomentar as correlações entre indivíduos, arquitetura e espaço público.

Figura 4 - Cartaz de divulgação do Ciclo CAAT - 4º momento
Fonte: Acervo NAURB (2017).

O Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica (Ciclo CAAT) foi organizado com o intuito de se trocar experiências e conhecimento sobre as novas práticas de assistência técnica. Também buscava fomentar o tema, principalmente junto aos estudantes e profissionais da área de arquitetura e urbanismo, assim como gestores públicos da cidade de Pelotas/RS.

Assim como esses palestrantes participaram do Ciclo CAAT, representando os órgãos ou instituições que atuam com ATHIS, os mesmos estiveram presentes entre os 97 eventos levantados², realizados pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo entre o período de janeiro de 2014 ao primeiro semestre de 2019. Esses mesmos agentes promotores de ATHIS, conforme Tabela 1, estão entre os 10 nomes mais divulgados que participaram desses eventos, sendo mais uma justificativa para seleção dos estudos de caso dessa dissertação.

Tabela 1 - Lista de palestrantes/instituições que participaram dos eventos CAU/UF e CAU/DF

Ordem	Palestrante/instituição	Participações em Eventos
1	CODHAB/DF	26
2	ONG Soluções Urbanas	20
3	CAU/BR	17
4	UFBA	11
5	CAU/SC	10
6	CAU/RS	9
	UFPE	
7	CAU/RJ	8
	CAU/SP	
8	Arquitetura Humana	6
	Habitar Arquitetas Associadas	
	Caixa Econômica Federal	
	ONG Habitat	
	USP	
9	UVV	5
10	Observatório das Metrôpoles	4
	Programa Vivenda	

Conforme levantamento, a CODHAB aparece em primeiro lugar nos eventos, com 26 participações, seguida da ONG soluções Urbanas em segundo, com 20, da

² A lista de eventos e editais levantados entre o período de 2014 ao 1º semestre de 2019 encontra-se no Apêndice C.

Residência Acadêmica da UFBA em quarto, com 11, e do Escritório AH! Arquitetura Humana em oitavo, com seis participações.

1.4 Motivação

A aproximação e a apreciação pelo tema também aumentaram o interesse pelo desenvolvimento da pesquisa, pois como arquiteta e urbanista profissional liberal, sempre nutri a pretensão de atuar na área de ATHIS. Entretanto, as dificuldades e dúvidas de como iniciar e aplicar a Lei foram inúmeras, instigando o interesse em estudar o tema e os agentes promotores.

Já como aluna residente da pós-graduação em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, a Residência Acadêmica, pude vivenciar a prática de ATHIS e compreender melhor sua teoria e metodologia para a atuação profissional. Acredito na importância da Residência para instruir, qualificar e alavancar a prática profissional, além de promover a ATHIS em larga escala no Brasil.

Como servidora pública, onde atuei por um ano e dois meses, em uma cidade de pequeno porte no interior do estado do Rio Grande do Sul, pude vivenciar as barreiras políticas e falta de conhecimento sobre a Lei nº 11.888/2008 e seus objetivos no setor público. A Lei necessita ser esclarecida e fomentada, pois é o setor que tem maior potencial para promover ATHIS de maneira contínua e estável, porém, necessita muitas vezes de profissionais ou gestores que compreendam e/ou se apropriem da causa.

Por fim, como aluna do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFPel, auxiliei na organização e estruturação junto ao NAURB do Ciclo CAAT. O Ciclo CAAT foi estudado para que pelo menos um representante de cada modalidade de aplicação da Lei de ATHIS estivesse presente, colaborando com a aprendizagem dos participantes, sendo um ponto de partida para as escolhas dos agentes, objeto de estudo dessa dissertação.

1.5 Resumo da estrutura da dissertação

Capítulo 1 – Breve contexto histórico sobre a urbanização do Brasil, principalmente a partir industrialização, e os impactos gerados na produção de habitação social a partir desse período até o século XXI.

Capítulo 2 – Contextualização das práticas, movimentos, debates e inspirações que resultaram no incremento da Assistência Técnica para a população de baixa renda desde a década de 1960, passando pela a sua estruturação, elaboração e consolidação, até a sua aprovação em 2008, tornando-se a Lei nº 11.888 de 2008, Lei de Assistência Técnica.

Capítulo 3 – Metodologia utilizada na construção da dissertação, referências e métodos para análise e construção de resultados.

Capítulo 4 – Resultados – Apresentação dos quatro agentes promotores de ATHIS, objeto do estudo, com suas aplicabilidades de Assistência Técnica. Análise e síntese da Assistência Técnica nessas quatro esferas com a descrição das mesmas e exposição através de infográficos. Contribuições para melhoria e fomento de ATHIS através de entrevista qualificada aos agentes de estudo.

Capítulo 5 – Análise dos resultados e Conclusão – Comparativo entre as aplicabilidades de ATHIS dos agentes, resposta aos objetivos do trabalho e encaminhamentos.

2 Marco Teórico

Urbanismo e habitação no Brasil

Segundo Lefebvre (2008), o processo de industrialização determinou um sistema de urbanização que acabou impondo problemáticas urbanas, pois a partir do capital se coordenaram as modificações das cidades e, por consequência, das sociedades, ou seja, problemas relativos ao crescimento e à planificação dessas cidades, ao desenvolvimento da realidade urbana, da habitação e da cultura. No Brasil, o processo industrial também acabou induzindo essas problemáticas, estratificando e segregando as elites financeiras e a mão de obra barata. Harvey (2011) relata que as cidades sempre foram locais de desigualdade, no quesito desenvolvimento geográfico, porém, com o capitalismo, essas diferenças acabaram por se intensificar e proliferar, e de um modo negativo.

A luta contemporânea para absorver o capital excedente em uma fase frenética da construção da cidade (basta olhar o crescimento das linhas do horizonte de Xangai, Mumbai, São Paulo e da Cidade do México) contrasta dramaticamente com um planeta mutante de favelas que proliferam (HARVEY, 2011, p. 16).

Com essa expansão capitalista, mesmo existindo graus de intensidade diversos, como relatado por Santos (1993), já que o território brasileiro possui uma complexa organização e também em consequência das diversas modalidades do impacto da urbanização sobre esses territórios, verifica-se que as cidades brasileiras acabaram exibindo problemas similares, tais como: a falta de emprego, habitação, transporte, lazer, educação, saúde e infraestrutura urbana básica, como esgoto e água. E essa problemática acaba se diferenciando somente em proporção, pois quanto maior a cidade, maiores são as mazelas relacionadas a esses tópicos.

A organização interna de nossas cidades, grandes, pequenas e médias, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática (SANTOS, 1993, p. 97).

Segundo Santos (1993), o Brasil deixa o século XIX com aproximadamente 10% da população nas cidades, mas já na metade do século XX apresenta um acentuado processo de urbanização. Assim como os demais países da América Latina, verifica-se um aumento significativo de crescimento da população, onde em 1940 a população urbana era de 26,3% do total, passando para 81,2% nos anos 2000 (MARICATO, 2000).

Essa concentração e centralização da população, somadas ao poder do território, é uma das marcas do processo de urbanização no Brasil (MARICATO, 2000), junto às reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX. Isso acabou promovendo as bases de um urbanismo moderno, "à moda" da periferia, como relatado por Maricato (2000, p. 22).

O poder de mercado e o domínio da terra acaba expulsando a população dos grandes centros, gerando conflitos sociais, o que acaba ocasionando movimentos de separação de classes sociais e de funções dentro do espaço urbano, fenômeno conhecido como segregação espacial (ROLNIK, 2009). Ou, ainda, a consolidação de periferias, uma "suburbanização" descentralizada da cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 25), com infraestrutura precária que acabou consolidando uma massiva produção de habitação informal. Esse tipo de habitação é construída pelo operário, muitas vezes com o auxílio dos amigos ou vizinhos, pois acaba sendo a única forma de se conseguir moradia, visto que o estado e a iniciativa privada não conseguiram suprir essa necessidade a todos os trabalhadores, sendo crescente essa autoconstrução, principalmente a partir da década de 1940 (BONDUKI, 2017).

A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas Leis de zoneamento, código de obras, Leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra. Como lembram Schwarz e Arantes, inspirados em Brecht, "a exceção é a regra e a regra é exceção" numa sociedade onde a maioria não alcança a condição de cidadania (SCHWARZ, 1990; ARANTES, 1992 apud MARICATO, 2003, p. 153).

Para tanto, as práticas de Assistência Técnica para habitação de interesse social para as populações inseridas dentro desse contexto de negação ao direito à

cidade, que não alcançam as condições ideais de cidadania, como infraestrutura urbana, equipamentos urbanos, habitação, cultura e lazer, “o direito à vida urbana”, como descreve Lefebvre (2008, p. 118), faz-se necessária. Em *Origens da habitação social no Brasil*³, como relatado por Bonduki (2017), são apresentados os tipos de produções realizadas ao longo dos anos no país, desde as políticas sanitárias, passando pela Lei do Inquilinato, as produções dos IAPS e das administrações públicas, o período BNH, passando pela crise da produção, da industrialização, com aumento demográfico e mercado especulativo, gerando a formação das favelas e periferias, o autoempreendedorismo e a autoconstrução.

Daremos ênfase para Era Vargas (1930-1945) em diante, quando o tema da habitação social é impulsionado e buscam-se estratégias de desenvolvimento para tal problema, pois os aluguéis que absorviam de forma significativa parte da remuneração dos trabalhadores influenciavam diretamente na vida e na formação dos mesmos. Assim, a questão sanitária deixa de estar em primeiro plano e a habitação é posta como condição básica de reprodução da força de trabalho e como um importante fator econômico para industrialização do país, como relatado por Bonduki (2017). Nesse contexto, iniciam-se debates importantes acerca do assunto e uma intensa produção e visão intelectual, ideológica e jornalística sobre o tema, tanto pelo poder público quanto por diversos setores da sociedade, o que acabou por criar novas entidades públicas e privadas, estimulando debates a nível nacional. À exemplo, temos a criação do Instituto de Engenharia, que então promove o 1º Congresso de Habitação, e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), promovendo jornadas de habitação econômica (BONDUKI, 2017).

Abria-se, assim, nova fase da reflexão sobre o problema da moradia, que se tornou um tema multidisciplinar. A ampliação do ensino superior e da burocracia estatal nos anos Vargas propiciou novos enfoques, que tiveram como resultado não só um diagnóstico das condições habitacionais e dos obstáculos para sua melhoria, como também a elaboração de propostas que levavam em conta os aspectos físicos, institucionais, urbanísticos, econômicos, jurídicos, sociais e ideológicos da questão. E tudo isso com objetivo de viabilizar soluções habitacionais alternativas para a população de baixa renda, sobretudo a casa própria (BONDUKI, 2017, p. 83).

Nessa conjuntura, os arquitetos passam a atuar organizados e em espaços próprios, sobretudo no Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), e iniciam-se os

³ Livro publicado por Nabil Bonduki, já em sua 7ª edição em 2017.

Congressos Brasileiros de Arquitetos, importantes para os debates sobre habitação, influenciando esses profissionais (BONDUKI, 2017). No momento, existia uma amplitude de apoio dos setores sociais para a produção de habitação, onde se fortaleceram órgãos do governo para produzir e financiar esse setor, como as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões⁴ (IAPs) e a Fundação da Casa Popular⁵ (FCP) (BONDUKI, 2017).

Salienta-se que a produção de habitação nesse período foi ínfima perto do que viria através de outras políticas após esse período, mas destacou-se pelo seu aspecto qualitativo, pelos projetos que tinham um bom nível e pelos seus impactos, que definiram novas tipologias de ocupação do espaço e introduziram novas tendências urbanísticas (BONDUKI, 2017). O que ocorreu foi que grande parte dos profissionais arquitetos envolvidos com os institutos nesses projetos adotaram esse conceito de projeto, proveniente do movimento moderno, que buscava compatibilizar “economia, prática, técnica e estética” (FERREIRA, 1940 apud BONDUKI, 2017, p. 142).

Infelizmente, ao final do período dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), foram ocorrendo o empobrecimento dos projetos até a chegada da implementação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964. Aí a busca pela economia de custos passou a ser prioritária, chegando a um racionalismo formal, como diz Bonduki (2017), desvinculados do contexto urbano, monótonos, repetitivos e sem qualidade.

Entrando numa nova fase, que perdurou por 22 anos, o período BNH, como apontado por Azevedo (1988, p. 109), tinha a necessidade de obter a simpatia dos setores de massa que apoiavam o governo populista perante o regime militar que se instaurava, utilizando-se assim da produção de casas populares, onde era evidente a influência do que até então a FCP vinha propondo. Ressalta-se que na primeira

⁴ Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões surgiram baseados no modelo do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), que obteve sucesso nas atividades vitoriosas de um empresário mineiro na construção de casas populares. Assim, surgiram vários institutos destinados à produção de habitações populares, que antecederam a FCP, porém, atendiam apenas seus associados (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

⁵ A Fundação da Casa Popular foi instituída em 1946 pelo Decreto Lei nº 9.218 e foi o primeiro órgão de âmbito nacional voltado de forma exclusiva para produção de habitação para populações de baixa renda (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

fase do período (1964 a 1967), sua estruturação acaba coincidindo com a crise financeira. “Essa fase esteve marcada por uma escassez de recursos que dificultou a implementação dos primeiros programas” (VALLADARES, 1982 apud OLIVEIRA, 2014, p. 37).

Foi nesse período que se criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e também se constituíram as companhias habitacionais (COHAB) como agentes promotores. As COHAB eram empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais, que desempenhavam a promoção pública de construção de moradias para os setores de baixa renda de forma contrária ao dos incorporadores imobiliários na produção de residências para as camadas de renda alta (AZEVEDO, 1988).

O que podemos afirmar é que, comparado ao FCP em termos quantitativos, o BNH foi mais positivo, mas não atingiu satisfação em termos sociais, pois a população de baixa renda não era o principal alvo das ações desse governo, que priorizava as empresas do setor da construção civil (BONDUKI, 1993; MARICATO, 1987 apud CHIARELLI, 2006). Entre os períodos de 1967 a 1971, o qual seria sua segunda fase, o banco já passa a atuar com a primeira linha e “ampliou suas funções e passou a privilegiar os financiamentos voltados para as faixas de renda mais altas” (VALLADARES, 1983 apud OLIVEIRA, 2014, p.3 8), tendo como clientela prioritária as famílias com maior renda mensal.

Programas em âmbito federal para as famílias de baixa renda, como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB)⁶, o Programa de Erradicação de Subhabitação (PROMORAR)⁷ e o Projeto João de Barro⁸, vieram a

⁶ O PROFILURB de 1975 tinha como meta ampliar a faixa de atendimento do Plano Nacional de Habitação (Planhab) para a população mais carente. De acordo com Azevedo e Andrade (2011), a ideia era evitar o processo de favelamento, sem as condições mínimas de saneamento.

⁷ O PROMORAR, de acordo com Melo (1989), representou uma versão mais acabada da nova política habitacional que acompanhou o processo de abertura política do regime militar. Foi instituído em 1979 pelo Presidente Figueiredo e seu objetivo era "erradicar subhabitações", a partir de intervenções que visavam a melhoria dos núcleos habitacionais de favelas, sem implicar na remoção dos seus moradores.

⁸ O Projeto João de Barro foi um Programa Nacional de Autoconstrução, instituído em abril de 1984 (RC 05/84). Representava a consolidação de um programa de autoconstrução em larga escala e se distinguiu dos programas de autoconstrução em geral por se destinar a núcleos urbanos de pequeno e médio portes. O desempenho do programa, no entanto, foi bastante tímido, como aponta Melo (1989).

partir de 1975 no BNH e utilizaram somente 4,3% dos recursos do SFH, sendo propostos “em meio a uma crise de legitimação política que exigia programas mais baratos voltados ao mercado popular”, porque até então a questão social estava em segundo plano para o regime militar, que tinha como foco reativar a economia através da indústria (CARVALHO, 2004 apud BARAVELLI, 2006). Os programas sofreram uma crítica quanto a sua arquitetura, tanto do ponto de vista da qualidade arquitetônica quanto urbanística, pois geravam soluções padronizadas e desrespeitosas quanto a sua inserção física (BONDUKI, 1993 apud CHIARELLI, 2006).

Na instalação da Nova República existia um consenso sobre a crise do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a necessidade de reestruturação do BNH, marcando sua terceira fase (1971-1979) (OLIVEIRA, 2014). Assim, o governo tomou diversas medidas que indicavam uma predisposição a uma profunda reforma, sendo criadas comissões de alto nível para propor essas sugestões. A Associação dos Arquitetos do Brasil participava dando apoio e desenvolvendo debates regionais sobre as propostas em pauta, que envolviam setores universitários, entidades de classe e associações de mutuários, onde se discutia as medidas de descentralização do BNH, o fortalecimento das delegacias regionais e mudanças no sistema de financiamento, operação e receita (AZEVEDO, 1988).

A maioria dessas propostas estava relacionada a temas como descentralização, prioridade social e a criação de instrumentos de equilíbrio financeiro através da modificação da legislação que então estava em vigor. Porém, com toda a complexidade da questão, a forma de encaminhamento das discussões e dos diferentes interesses envolvidos não alcançou o consenso sobre os pontos básicos dessa reforma. Durante os próximos dois períodos, até 1986, como abordado por Oliveira (2014), foi que o governo decretou a extinção do Banco e incorporou o antigo BNH à Caixa Econômica Federal (AZEVEDO, 1988).

Como se pôde observar a partir da breve periodização, o BNH, que de início era voltado a uma política social com intuito de reduzir o déficit habitacional existente, passou a assumir funções econômicas de estímulo ao capital privado (OLIVEIRA, 2014, p. 39).

Oliveira (2014) relata que entre o período de 1985 a 1989 o que existiu foi um aprofundamento da crise no setor habitacional, que foi marcado por tentativas de

redução de inadimplência dos mutuários do BNH e “a rigor, desde o que se convencionou chamar de ‘o fim do período BNH’, não se constituiu no país nenhuma nova política habitacional” (BONDUKI, 1993; CHIARELLI, 2000 apud CHIARELLI, 2006). O que ocorreu foram diversas administrações que atuavam de forma pontual com financiamentos esporádicos e programas provisórios. Após quase 10 anos do fim do BNH, um novo paradigma da política habitacional brasileira se inicia, onde se inseriram princípios de mercado no fornecimento de habitação, que ampliava a participação do setor privado e previa a descentralização da destinação dos recursos federais e a introdução de uma política de crédito para o mutuário final (SHIMBO, 2010 apud OLIVEIRA, 2014).

Podemos identificar duas vertentes para a política do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC): uma seria a promoção de habitação pelos estados e municípios e outra a promoção através de programas de financiamento direto ao usuário final. Entre eles se destaca o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), como aborda Shimbo (2010 apud OLIVEIRA, 2014). Esse programa era uma nova forma de “provisão da habitação” criado em 1999 (CHIARELLI, 2006).

Como registro, nesse período, antes mesmo do lançamento do PAR, o governo já tinha criado programas que visavam atender classes com rendas inferiores a três salários mínimos, como o Pró Moradia e Habitar Brasil (1995 – 1998), os quais atuavam na melhoria de áreas habitacionais degradadas e de população de baixa renda. Contudo, também foi em 1997 que o Sistema de Financeiro Imobiliário (SFI) e o Programa Carta de Crédito foram ativados, impulsionando tanto o setor imobiliário quanto a construção civil, que era o principal instrumento de financiamento para os setores de renda média (OLIVEIRA, 2014).

Dessa forma, o governo FHC legitimou a visão bancária do financiamento habitacional, que nesse aspecto não se diferenciava do BNH. Embora tenha constatado que 85% do problema habitacional estava entre a faixa de renda que não tinha condições de resolver seus problemas através do mercado, a faixa de renda da população alvo dos programas subiu de doze para vinte salários mínimos⁹ (OLIVEIRA, 2014, p. 41).

Oliveira (2014) afirma que no período de 1995 a 2002 se assume de vez a lógica privada na provisão e na produção da habitação. E de acordo com Valença

⁹ Como descrito no Portal Brasil (2019), o salário mínimo em 1977 era de Cr\$1.106,40 (cruzeiros).

(2001 apud OLIVEIRA, 2014), “a ênfase na produção da habitação cedia lugar para o consumo da habitação”, onde o Sistema de Financiamento Habitacional tratava a habitação como uma comercialização aos moldes capitalistas. Portanto, um ponto importante a ser enfatizado, relatado em entrevista por Rolnik (2018), é que desde a criação do BNH e como fato crucial, desde o momento em que o BNH assume a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores, a preocupação dos governos estava associada a como o mercado de produção de habitação e como as famílias iriam utilizar esse recurso, ou seja, a lógica estava associada ao tipo de financiamento e potencial de pagamento pelo usuário ou empresa e não na política habitacional em si, baseada na real necessidade do beneficiário.

Essa mesma lógica se mantém após 2002, quando atinge os programas voltados para as famílias que recebiam até três salários mínimos, como ocorrido no governo Lula (OLIVEIRA, 2014). A diferença estava na proposta e intenção do governo em priorizar e alcançar essa faixa de renda, que até então não conseguia ser priorizada em larga escala. Com a criação do Ministério das Cidades em 2002, a política habitacional passa a se diferenciar em dois sentidos: ganhando apoio e debate participativo popular e recebendo gradativamente maior volume de recursos para financiamento (CHIARELLI, 2006). Assim, o destaque desse governo foi a massiva produção de habitação, nunca antes realizada pelos governos que até então estiveram no poder. Entretanto, para tal, era preciso cortar custos nessa produção e, como Shimbo (2010 apud OLIVEIRA, 2014, p. 41) relata, era um investimento que “contribuiria de modo crucial para a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego”.

Com o Ministério das Cidades, criou-se o Plano Nacional de Habitação, estabelecendo as bases institucionais dessa política, nas quais estava a participação do setor privado no atendimento da população, onde a Habitação de Interesse Social tinha subsídios e a Habitação de Mercado tinha agentes facilitadores na promoção imobiliária (OLIVEIRA, 2014). Na teoria, os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) poderiam ser direcionados para a produção de moradias em terrenos bem localizados e dotados de infraestrutura, porém, o que ocorreu foi o poder público alimentando o setor imobiliário e cabendo às construtoras definir

terrenos, projetos e aprovações dos empreendimentos (NASCIMENTO; TOSTES, 2011).

Infelizmente o resultado desse processo é a contínua construção em áreas cada vez mais distantes e com plantas cada vez menores, repetindo-se um padrão onde a habitação é meramente tratada como uma produção de casas, sem existir um planejamento que considere localização, infraestrutura e construção de forma adequada. “É uma condição de deseconomia e de insustentabilidade, que no mínimo gera muitas viagens. O contrário do que o urbanismo atualmente preconiza” (MARICATO, 2009 apud OLIVEIRA, 2014, p. 42). Dessa forma, o que acabou surgindo foram aprofundamentos em diversos problemas urbanos, visto que as implantações desses empreendimentos estão distantes dos centros urbanos e em localidades com pouca infraestrutura, além de terem uma qualidade construtiva precária e padronizada, agravando as dificuldades cotidianas das famílias, originando percursos maiores com transportes insuficientes, pouca oferta de serviços básicos, dificuldades de adaptação à nova localidade e dificuldades de relacionamento e convívio com a vizinhança (ROLNIK, 2015).

A lógica apontada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (2010) é de não estancar as produções quantitativas e sim melhorá-las. E, por outro lado, paralelamente a estes processos de novas produções habitacionais, enfrentar as pré-existências de forma a qualificá-las, dando assistência as grandes consolidações urbanas, não sendo necessário realizar remoções ou ainda criar novos conflitos cotidianos às famílias, como o afastamento das suas relações de vizinhança, estrutura social e cultural, entre outros aspectos que acabam interferindo negativamente no seu modo de vida.

Apontada essa trajetória da habitação social e da consolidação urbana, com essas duas vertentes – de novas produções habitacionais e melhoria do meio ambiente construído –, é que se inicia o ponto de pesquisa dessa dissertação, a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, sancionada no ano de 2008. A Lei nº 11.888 de 2008 será apresentada nos próximos capítulos: a origem dessa legislação, suas influências e a atuação de quatro agentes, os quais representam as quatro modalidades de aplicação desta Lei, atuando e promovendo a Assistência Técnica.

2.2 Histórico da Assistência Técnica no Brasil

Como abordado no Capítulo 1, a atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, da Fundação da Casa Popular e do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, como aponta Bonduki e Koury (2010), acabaram introduzindo no Brasil, entre 1940 e 1950, a problemática sobre a habitação, abordada como um tema de política pública e social. Em 1945, Getúlio Vargas, antes de ser deposto, estruturava uma política de governo no âmbito da habitação, onde teve a Fundação da Casa Popular (FCP) à frente dessa situação, porém, com sua deposição, a FCP nasce no governo Eurico Gaspar Dutra, esvaziada e sem fontes de recursos garantidas. Já quando Vargas assume seu segundo governo, onde existia um ritmo acelerado de urbanização no país no pós-guerra, cria-se o Banco Hipotecário da Habitação, porém, com a precariedade institucional, o desafio para enfrentar a crise na habitação aumentava, sendo esse esforço interrompido em 1954 com seu suicídio (BONDUKI; KOURY, 2010).

Mesmo em um curto período, o governo Vargas acaba estimulando a industrialização no país e os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's) e a Fundação da Casa Popular (FCP) acabam sendo importantes para a produção de moradias, mesmo não existindo uma política de alcance nacional. Com a intensa industrialização e imigração para as cidades, temos em 1960 uma crise urbana e habitacional que se aprofunda, sendo um período de intensa instabilidade e tumultuoso (SERRAN, 1976).

É nesse contexto de instabilidade política que, em 1960, temos o início do que seria uma das primeiras assessorias técnicas realizadas no Brasil, onde Carlos Nelson dos Santos, ainda estudante de arquitetura e urbanismo, realiza na Favela Brás de Pina no Rio de Janeiro um projeto participativo, que acaba inspirando mais iniciativas nesse formato (SANCHES, 2015). O arquiteto, posteriormente líder do Grupo Quadra¹⁰, relata que foram as lideranças da associação de moradores que convidaram os estudantes para auxiliá-los, pois precisavam de apoio técnico e de um plano de urbanização, o qual acabou se tornando um importante instrumento de

¹⁰ Quadra Arquitetos e Associados Ltda foi um escritório fundado pelos arquitetos Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sílvia Wanderley e Rogério Aroeira, que trabalharam em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO) (ABRAHÃO, 2017).

negociação entre a comunidade e o poder público. O grupo acabou entrando em contato com as principais entidades representativas de favelados do Rio de Janeiro, “com o intuito de acompanhar e apreender, através da observação das práticas e do registro direto dos discursos, a realidade dos moradores das favelas” (ABRAHÃO, 2017, s./p.).

Podemos dizer que surge, então, a Assessoria Técnica no Brasil, regrada de forma oficial 48 anos depois, através de da Lei nº 11.888 de 2008, onde o objetivo era dar apoio técnico às comunidades carentes (SANCHES, 2015).

Em termos logísticos, o plano foi implantado por sequências: as famílias moradoras das áreas sob intervenção eram assentadas na área resultante da remoção realizada por Carlos Lacerda, até que fossem realizadas a abertura das vias, a instalação de água e esgoto, a abertura de quarteirões e a divisão dos lotes, quando então retornavam e tomavam posse de seus respectivos lotes. Os lotes foram previamente escolhidos pelos moradores que rascunhavam as plantas de suas casas e as discutiam com o Grupo Quadra. A Codesco usava recursos do Banco Nacional de Habitação para financiar, aos que desejassem, a compra de materiais de construção, porém a mão de obra ficava por conta dos moradores (ABRAHÃO, 2017, s./p.).

A descrição acima, retrata a situação e o processo ocorrido naquela época. E como resultado podemos visualizar, através das imagens a seguir (Figuras 5 e 6), o antes e o depois desse processo de urbanização construído de forma coletiva.

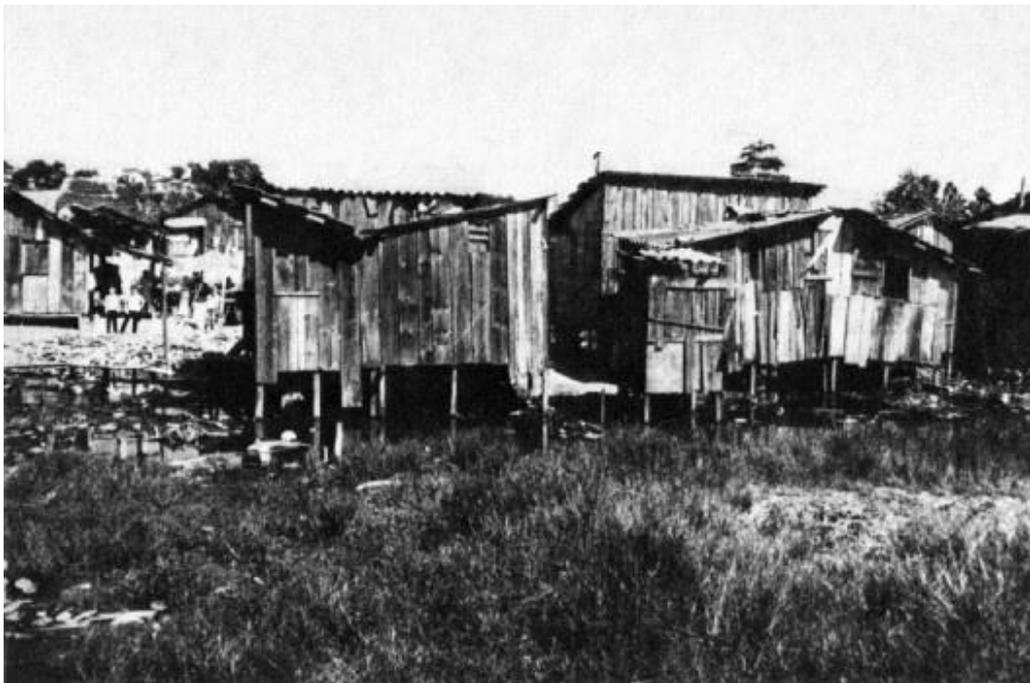


Figura 5 - Centro do charco de Brás de Pina antes da urbanização.
Fonte: Arquitextos (2019).



Figura 6 - Aspecto de Brás de Pina após urbanização promovida pela Codesco¹¹
Fonte: Arquitectos (2019).

O processo de transferência e assentamento de Brás de Pina se iniciou em 1969, durando um ano e meio, onde ocorreram os trabalhos de urbanização. Para chegar ao resultado final, engenheiros, sociólogos, a própria associação de moradores e uma equipe de arquitetos e urbanistas realizaram um trabalho de planejamento atualizado dia a dia (ABRAHÃO, 2017). Conforme aborda Blank (2012 apud SANCHES, 2015), essa experiência auxiliou na demonstração para o poder público, através de processo e projeto participativo, sobre qual eram as necessidades e desejos da população.

Em 1961, com Jânio Quadros no governo, a sociedade em seus diversos segmentos acaba desenvolvendo estudos e propostas para melhoria na área da habitação. O governo chega a elaborar um projeto para construção de 100 mil moradias, que acaba sendo transformado em um projeto de Lei, porém, com a renúncia de Jânio o projeto não é continuado (BONDUKI; KOURY, 2010). Nesse governo, tem-se uma crítica a FCP e são propostos novos rumos à política habitacional e urbana, pois nesse período os arquitetos tiveram um importante diálogo com o governo federal e foi onde o IAB sugeriu a criação de um Conselho de Habitação e Planejamento Territorial que, posteriormente, acabou se transformando

¹¹ Companhia de Desenvolvidores de Comunidades (Codesco), criada em 1968 pelo governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima.

no Instituto Brasileiro de Habitação (IBH) e no Conselho Nacional de Habitação (SERRAN, 1976).

Com João Goulart no poder (1961-1964), os arquitetos seguem liderando debates e contribuindo para que uma nova política habitacional ocorra, com as “reformas de base”, onde a questão urbana e habitacional era levantada pela classe. E aqui temos um momento crucial para a história de luta pela implementação da assistência técnica e que ocorre até os dias atuais, pois foi através do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) que se realizou o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), o qual teve apoio do governo federal através do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE), como aponta (SERRAN, 1976). O seminário, mais conhecido como “Seminário do Quitandinha”, ocorreu em 1963 no Hotel Quitandinha, na cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro, conforme registro publicado na revista do IAB destacada abaixo (Figura 7) (SOUZA, 2010 apud BASSUL, 2002, p. 73).

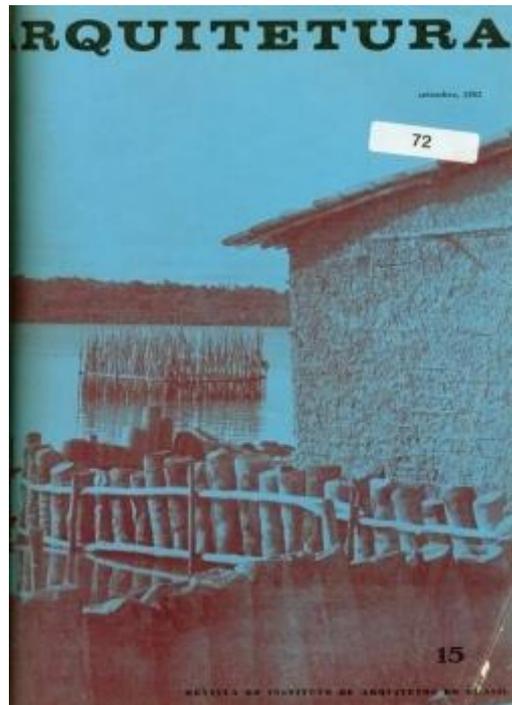


Figura 7 - Capa da Revista Arquitetura do IAB nº 15
Fonte: Arquitectos (2019).

Acima temos a capa da Revista Arquitetura do IAB de nº 15, publicada em 15 de setembro de 1963, onde foi publicado o documento final produzido durante o Seminário Quitandinha. Participaram do evento: técnicos, intelectuais e políticos,

que discutiram temas distribuídos em quatro frentes, segundo aponta Bonduki e Koury (2010, s./p.):

(i) a situação habitacional do país – exposição e análise das condições atuais, (ii) a habitação e o aglomerado urbano, (iii) reforma urbana – medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação e (iv) a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação.

Ao final do seminário, o que acabou se destacando no documento produzido, das diversas propostas apresentadas, foi “a criação de uma nova estrutura institucional, com um órgão central encarregado da questão urbana e habitacional” (BONDUKI; KOURY, 2010, s./p.). A ideia era que esse órgão tivesse fontes específicas de recursos para concentrá-los em um Fundo Nacional de Habitação e assim poder investir conforme critérios estabelecidos nos planos nacionais. Para tanto, um anteprojeto de Lei de reforma urbana foi elaborado visando a criação do Banco Nacional de Habitação e dos Plano Nacional de Habitação e Plano Emergencial para as habitações subnormais (BONDUKI; KOURY, 2010).

Posteriormente, esse anteprojeto de Lei acaba virando o projeto de Lei nº 87 de 1963, apresentando as seguintes propostas:

[...] formulação do Plano Nacional de Habitação (PNH), a criação do Conselho Nacional de Habitação (CNH) e a instituição do Fundo Nacional de Habitação (FNH), reformulando a legislação relativa à Fundação da Casa Popular (FCP), e centralizando os recursos disponíveis para o setor (BONDUKI; KOURY, 2010, s./p.).

E como descrito por Bonduki e Koury (2010), os desdobramentos do SHRU podem ser observados e analisados sob duas vertentes:

[...] como propostas, parcialmente apropriadas pelo regime militar, na completa transformação do setor habitacional e urbano que promoveram a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau);

[...] como propostas que, por serem progressistas e antagônicas ao caráter conservador do novo regime, não foram implementadas, mas que permaneceram latentes, sendo retomadas quase duas décadas depois, na redemocratização, na luta pela reforma urbana a partir do processo Constituinte de 1988, num processo que redundou nas grandes alterações promovidas nos anos 1990 e no Estatuto da Cidade. (BONDUKI; KOURY, 2010, s./p., grifo nosso).

Para tanto, verifica-se que o pensamento à época já era avançado, conforme a listagem de propostas para a criação de um sistema de informações para o planejamento urbano e habitacional. Aí foram apontadas: (a) a formulação de

metodologias que considerassem o dimensionamento qualitativo e quantitativo da atual escassez de moradia; (b) que o IBGE tomasse providências para apurar o censo de 1960 e apresentasse os dados completos sobre habitação, coletados isoladamente para as cidades mais importantes e, sobretudo, para as áreas de conurbação; (c) que fosse instituído um sistema de levantamento de estatísticas contínuas sobre a habitação, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, levando em conta ainda a qualificação socioeconômica da população atendida; e (d) que o órgão responsável pelo levantamento de dados trabalhasse entrosado com o de planejamento e a execução da política habitacional (BONDUKI; KOURY, 2010).

Já analisando aspectos relativos à Assistência Técnica, podemos verificar que também já existia essa preocupação, tanto para o planejamento territorial quanto para o habitacional. E das diversas propostas apresentadas no SHRU, destacam-se:

a) o PNH deve adotar medidas de emergência – consideradas uma etapa intermediária entre o estado atual e os objetivos finais – destinadas a melhorar as condições de habitabilidade de agrupamentos de sub-habitações como favelas, mocambos, malocas e semelhantes; b) implementar política de investimentos estatais na sub-habitação buscando: organizar comunidades orientando tecnicamente as construções com o aproveitamento dos recursos próprios dos grupos sociais; coordenar as obras de responsabilidade do poder público e tornar produtiva toda a mão de obra local ociosa, mediante seu aproveitamento em oficinas de artesanato e pequenas indústrias locais (BONDUKI; KOURY, 2010, s./p.).

Koury (2013) diz que as propostas acabaram de fato originando instrumentos institucionais, tanto para a política habitacional quanto para a reforma urbana, e fizeram parte de um vasto movimento para as transformações sociais, pois “prometiam ser passos importantes na estruturação espacial das cidades para abrigar o desenvolvimento brasileiro” (KOURY, 2013, s./p.). E por isso, no século XXI, depois de muita luta, estão começando a ser implementadas, mostrando como o SHRU “foi ousado na criação dos instrumentos técnicos e administrativos necessários para equacionar os problemas de moradia nos centros urbanos” (BONDUKI; KOURY, 2010, s./p.).

Nessa época, os arquitetos acabaram indagando qual seria seu papel social perante os problemas habitacionais das grandes cidades, fazendo com que nos primeiros anos da década de 1960 reivindicassem que o problema nacional da moradia deixasse de ter uma conotação assistencial e quantitativa (RIBEIRO; PONTUAL, 2009). Os profissionais já apontavam que os problemas habitacionais

não estavam ligados apenas à habitação, mas na necessidade de se abordar todo um contexto, de uma forma mais ampla, como o significado “de contemplar em seu trabalho, ou pelo menos em seu discurso, o espaço em que estava inserida a habitação e o espaço urbano e toda a sua problemática” (RIBEIRO; PONTUAL, 2009, s./p.). Abordavam a arquitetura com outros olhos além do aspecto artístico, relacionando o papel da arquitetura frente aos problemas sociais e econômicos (RIBEIRO; PONTUAL 2009).

[...] Foi então que concluímos que chegava de falar tanto em realidade sem ir lá ver onde é que ela estava. Decidimos que precisávamos de ações concretas e práticas sobre assuntos relativos ao nosso campo profissional empírico: a cidade e seus problemas de habitação. Isso poderia servir como matéria-prima para embasar nossos conhecimentos, que, pelas famosas lacunas de formação universitária, eram muito incompletos (SANTOS, 1981 apud SANCHES, 2015, p. 131).

Essa necessidade e o reconhecimento de entender que para melhor compreensão da prática da arquitetura e urbanismo é importante estar para além do campo conceitual e projetual, acabou sendo essencial para dar início a mais experiências no campo da Assistência Técnica e buscar referências de atuação na área. Essa preocupação por parte de alguns arquitetos e urbanistas, por promover a qualidade das moradias e do meio ambiente construído, intensificou-se, assim como o pensamento e o questionamento sobre o processo de participação do usuário no projeto e na construção da moradia e seu entorno.

Turner, em 1977, já relatava sua experiência de análise sobre o processo participativo, onde vivenciou em países subdesenvolvidos (a partir de 1971), como Peru e México, problemas relativos à produção de habitação social. Conforme descrito por Ramón (1977, p. 8), analisando a produção de J. F. Turner sobre o assunto, publicado no livro *Vivienda, todo el poder para los usuarios*, temos a seguinte constatação:

El alojamiento no puede ser considerado como um produto más de consumo...el alojamiento es em sí mismo um consumo; pero un consumo de características tan particulares que hacen imposible su satisfacción masiva em cualquier sociedade industrial hoy conocida (y no sólo capitalista) (RAMÓN, 1977, p. 8).

Dessa forma, a prática da Assistência Técnica acaba favorecendo esse atendimento particular, pois sua atuação aumenta as relações entre o profissional, o usuário e o meio ambiente construído, ampliando o grau de satisfação com relação

aos resultados. Turner, à época, já se perguntava sobre quem decide? O quê? E para quem? No âmbito da habitação, já apontava a incompetência por parte de alguns profissionais, como os arquitetos, em decidir o que é melhor em nome do outro e também apontava a importância de questionar os valores institucionalizados da sociedade moderna. O fato é que as tecnologias e os procedimentos administrados de forma centralizada somente atendem a necessidade de uma minoria que é privilegiada. Isso tudo ao custo do progressivo e inevitável empobrecimento de uma maioria, sem falar do esgotamento e envenenamento dos recursos da terra (TURNER, 1977).

Como mencionado por Turner (1977, p. 31), temos duas classificações para a questão política: a “heteronomía” e a “autonomía”. A primeira é determinada por outro e a segunda é a autodeterminação, para a resolução de assuntos que competem à esfera do pessoal e do local. Então, a segunda, é a forma abordada pelo autor como a ideal para atingir um maior grau de satisfação pelos usuários:

La tesis de este libro es que las estructuras radiales y las tecnologías descentralizadoras, esto es, los sistemas locales autogobernados, constituyen los únicos métodos y médios capaces de proporcionar bienes y servicios satisfactorios, además de ser los únicos que garantizan el equilibrio ecológico (TURNER, 1977, p. 31).

Assim como Turner descreve e defende os sistemas locais autogovernados, no Uruguai também temos esse exemplo, com as Cooperativas Uruguaias e os Institutos de Assistência Técnica, que foram criados em decorrência do *Plan Nacional de Viviendas*, Lei nº 13.728 de 1968 do país. Essas Cooperativas já apresentavam o pensamento em torno de princípios e normas em relação ao tema da habitação, onde era discutido o direito universal à habitação e as políticas habitacionais ligadas ao desenvolvimento econômico (RITTER, 2019).

Esse pensamento fica claro conforme os princípios dessa legislação, a qual destaca que toda família, qualquer que sejam seus recursos econômicos, deve poder ter acesso a uma habitação adequada que cumpra um nível mínimo definido na Lei e que é uma função do estado criar essas condições, cumprindo esse efetivo direito. A Lei ainda aborda que também é função do Estado estimular essas construções, assegurando que os recursos destinados para esse fim sejam utilizados de forma racional e alcancem a satisfação e as necessidades, não ultrapassando as possibilidades da economia (URUGUAI, 1968, tradução nossa).

Assim, as Cooperativas de Habitação no Uruguai ficam definidas conforme o artigo 130 da referida lei como:

[...] aquellas sociedades que, regidas por los principios del cooperativismo, tienen por objeto principal proveer de alojamiento adecuado y estable a sus asociados, mediante la construcción de viviendas por esfuerzo propio, ayuda mutua, administración directa o contratos con terceros, Y Proporcionar servicios complementarios a la vivienda (URUGUAI, 1968, s./p.).

E é esse sistema de cooperativas que acaba propiciando a aproximação entre os interessados e facilitando o processo participativo na produção habitacional. Essas cooperativas são classificadas de duas formas: as de Ajuda Mútua e as de Poupança e Empréstimo. Na primeira, para as famílias com renda mais baixa, é utilizada a mão de obra de seus sócios na construção das habitações, tarefas administrativas ou de gestão, existindo um desenvolvimento de trabalho comunitário entre os cooperativados, com a direção da cooperativa na coordenação do processo. Nesse sistema, tanto o terreno quanto a construção são financiados pelo Banco Hipotecário do Uruguai (BHU), diferente da segunda, onde o terreno é adquirido pela poupança dos cooperativados. Na de Poupança e Empréstimo, as famílias já possuem uma renda média e uma poupança e não são utilizadas a mão de obra de seus cooperativados na construção do empreendimento, sendo o funcionamento do sistema de cooperativismo uruguaio aportado por 15% do total do custo pelo cooperado, podendo ser através de poupança ou pelo seu trabalho, sendo o restante por financiamento (NAHOUM, 2015 apud RITTER, 2019).

Já os Institutos de Assistência Técnica ficam definidos conforme o artigo 171 da Lei como:

[...] aquellos destinados a proporcionar al costo servicios jurídicos, de educación cooperativa, financieros, económicos y sociales a las cooperativas y otras entidades sin fines de lucro, pudiendo incluir también los servicios técnicos de proyecto y dirección de obras (URUGUAI, 1968, s./p.).

Valadares e Cunha (2018) destacam que existe um processo de decisão coletiva entre os associados em relação às unidades habitacionais a serem construídas, englobando desde o projeto até a execução, onde todas as decisões são geridas pelos associados, até mesmo a gestão dos recursos, mesmo as unidades sendo destinadas à população de menor renda e ainda financiadas pelo Estado. Nessa conjuntura, podemos verificar três fatores importantes para a

contribuição de bons conjuntos habitacionais realizados pelo sistema de cooperativismo e que se tornaram referência para o assunto – habitação social –, conforme Otero (2015 apud RITTER, 2019, p. 55) aponta:

a) gestão coletiva do solo, que acaba por ser uma vantagem para o acesso à moradia da população com renda mais baixa e também a participação social que o sistema exige; b) o desenvolvimento de alternativas em relação à construção tradicional, objetivando diminuir custos e tempo de construção e; c) qualidades arquitetônicas de implantação e a presença de equipamentos comunitários, que acabavam por qualificar a área circundante desses conjuntos.

Ressalta-se que a inclusão das cooperativas no texto da Lei, conforme relata Galiza (2015 apud VALADARES; CUNHA, 2018), é proveniente das lutas dos sindicatos na década de 1960, da classe trabalhadora, pois o país também passou pelo mesmo processo que os demais países em desenvolvimento, chegando a uma crise econômica e social, com um grande crescimento da desigualdade social (DAVIS, 2006 apud VALADARES; CUNHA, 2018). Então, essas cooperativas são estruturadas por quem necessitava de moradia e pela concordância de interesses que foram planejados de uma forma que se fizessem ouvir (GALIZA, 2015 apud VALADARES; CUNHA, 2018).

Ritter (2019) aponta que para a estruturação e institucionalização da Lei uruguaia ocorreram três importantes experiências para seu embasamento. Para esse fim, o Centro Cooperativista Uruguaio (CCU) assessorou três experimentos: a Cooperativa 25 de Maio, localizada em Isla Mala, a Cooperativa Éxodo de Artigas, localizada em Frey Bentos e a Cooperativa Cosvam 1, situada em Salto. A proposta era concretizar 100 residências com a intenção de entender como funcionaria na prática todo o processo de financiamento público, organização do trabalho dos sócios cooperados, assessoria técnica e a autogestão dos empreendimentos (DEL CASTILLO, 2015 apud RITTER, 2019).

O sistema organizacional do Plano Nacional de Habitação acabou por se concretizar através de Lei, conectando as cooperativas, institutos e fundos, onde a participação coletiva inserida no trabalho das cooperativas uruguaias foi e é imprescindível para seu sucesso, conforme diz Vallés (2015 apud RITTER, 2019). Isso porque os processos onde a participação dos usuários na definição de soluções são prioritários, acabam por se tornar eficazes, colocando em prática um objetivo

político por si só, contribuindo no processo de inclusão social (PORTILLO, 2010 apud RITTER, 2019). É como relata Turner, sobre o processo de viabilidade de qualquer sistema de alojamento:

[...] depende [...] De los cuidados desplegados por sus usuarios y, en consecuencia, de su voluntad de intervenir estos cuidados, no solamente de su capacidad de hacerlo; cuando además, dicha voluntad depende a su vez del nivel de satisfacción inherente al servicio que se há recibido o se espera recibir, la importância de la mejor adaptación entre los servicios de alojamiento y las necesidades prioritárias de los usuários resulta evidente (TURNER, 1977, p. 57).

São mais produtivos os casos onde existe dedicação mútua, pois a capacidade do indivíduo de fazer, investir e manter algo está relacionada ao grau de satisfação dos serviços recebidos. Isso aumenta o interesse, o estímulo e a vontade de intervir em algo que atendeu suas demandas.

Conforme Gohn (2010 apud VALADARES; CUNHA, 2018), os movimentos sociais surgem no Brasil no final da década de 1970, quase dez anos após em relação ao país vizinho, Uruguai, com os trabalhadores urbanos formando núcleos sindicais em meio ao contexto de desgaste do Regime Militar. Nessa época já temos “ações pontuais de arquitetos junto aos movimentos de participação popular” (BARROS, 2013, p. 82), como os arquitetos José Fábio Calazans, Luís Fingermann e Ermínia Maricato. Calazans iniciou ainda como estudante em 1969, participando de mutirões de autoconstrução em bairros da Zona Sul de São Paulo, depois atuou em 1971 como assessor para regularizar um loteamento clandestino no bairro do Campo Limpo e ainda atuou junto à União de Moradores de Centreville em Santo André. Luís Fingermann começou a atuar com assessoria junto às comunidades de Diadema em 1973, como estagiário, onde propôs à Prefeitura um projeto de assessoria técnica para auxiliar a população do município. E Ermínia Maricato atuou na região de Interlagos em São Paulo em 1975, com um movimento que reivindicava por melhoria nos transportes (BARROS, 2013).

Em 1976, temos no sul do Brasil, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a discussão e construção do Programa de Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica, chamado então de “Programa ATME”, lançado em 1977. Esse programa “nasce diretamente da consciência que os arquitetos, enquanto classe profissional, adquiriram do problema habitacional brasileiro” (SAERGS, 1977, p. 15)

e se propõe como uma alternativa parcial para solucionar um dos mais sérios problemas sociais do país. Esse é o primeiro programa que estrutura os efeitos da assistência técnica a ser prestada, caracterizando os beneficiários, os agentes promotores e os recursos, bem como auxiliando na implementação (SAERGS, 1977).

Em 1978 é formada a Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, com os arquitetos Joan Villá, Jon Maitrejean, Alfredo Paesani e Jorge Caron. Contudo, a cooperativa acaba sendo finalizada em 1979 por “pouca experiência dos arquitetos envolvidos, e que viam na Cooperativa, uma oportunidade de trabalho, mas que não tinham uma ‘cultura de cooperativismo’” (BARROS, 2013, p. 83), como aponta Villá. O arquiteto também manifesta que eles “não conseguiram atender a grande demanda da população e responder questões de natureza técnica, como custos de obra, tecnologia dos materiais etc.” (BARROS, 2013, p. 83) e necessitavam de aprimoramento profissional para então poder contribuir de forma mais eficaz às demandas dos movimentos por moradia.

Como Barros (2013, p. 83) relata, essas “ações pontuais refletiam a necessidade da atuação dos arquitetos junto a uma demanda que ganhava corpo” e ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980 essas demandas se formavam e se organizavam dentro dos movimentos de participação popular. Ao longo dos anos 1980, esses movimentos passam se formar também em virtude da reivindicação de moradia urbana, onde “a moradia tornou-se a luta mais popular nas grandes cidades” (GOHN, 2010 apud VALADARES; CUNHA, 2018, p. 671). Dessa forma, aos poucos se consolidava uma rede sociopolítica, com intelectuais e trabalhadores que lutavam pelo tema urbano, buscando não só moradia, mas também a participação durante todo o processo (VÉRAS; BONDUKI, 1986 apud VALADARES; CUNHA, 2018).

Ao final da década de 1980, como resultado de uma troca de experiências entre as cooperativas uruguaias e os movimentos sociais do Brasil, inicia-se no estado de São Paulo a implementação de projetos pilotos baseados nos princípios da FUCVAM. Esse modelo se diferenciava das iniciativas encontradas no Brasil até então, onde o “eixo central da proposta era dado pelo processo autogestionário da obra, e isso foi a grande novidade vista pelos integrantes da UMM (União dos

Movimentos de Moradia)” (BARROS, 2013, p. 87), que passaram a defender a autogestão nos programas habitacionais. Mineiro e Rodrigues (2012 apud VALADARES; CUNHA, 2018) mostram que nesse contexto a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) acaba se destacando dentre os movimentos sociais, pois inicia uma ampla mobilização na cidade de São Paulo, chamando atenção para a necessidade de implementação de um projeto de habitação, conforme relata Gohn (2010 apud VALADARES; CUNHA, 2018).

Com relação à questão habitacional, Barros (2013) expõe que foi a partir de 1982, com a estruturação do Laboratório de Habitação do curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes de São Paulo (LABHAB), que ocorreu uma continuidade nas experiências com os movimentos sociais, tanto de significado quanto de prática, sendo o “início da prática de estudantes e professores na prestação de serviços à comunidade” (BARROS, 2013, p. 83), inaugurando uma série de possibilidades de atuação no campo da arquitetura. Depois com o seu encerramento, em 1986, “foram criados vários órgãos congêneres em outras Universidades” (BONDUKI, 1986 apud BARROS, 2013, p. 84), ampliando a rede, pensamento e atuação no campo universitário e coincidindo com a criação das assessorias técnicas.

Em relação ao contexto político no Brasil, foi na gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo, entre 1989 a 1993, que foi possível a realização de projetos de moradia para os movimentos e a formação das entidades de assessorias técnicas, pois foi onde grupos de arquitetos, que já estavam percorrendo uma trajetória de trabalho junto aos movimentos de moradia, encontraram uma possibilidade de atuação junto à administração pública (BARROS, 2013). Nessa gestão, foi proposto o programa de financiamento habitacional Funaps Comunitário, que foi inserido no programa já existente Funaps (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais), criado através da Lei nº 8.906/79, durante a administração do prefeito Olavo Egydio Setubal. O Funaps era um fundo municipal vinculado à Coordenadoria de Bem Estar Social destinado às populações subnormais, que possuíam renda de até quatro salários mínimos¹². Erundina aplicou os recursos na periferia da cidade, aumentando os gastos com as políticas sociais.

¹² Como descrito no Portal Brasil (2019) o salário mínimo em 1989 era de NCz\$63.90 (cruzados novos).

Conforme Rossetto (2003 apud BARROS, 2013), foi na administração da prefeita que o Funaps representou o principal canal de investimentos da Secretaria de Habitação (SEHAB), se comparado às administrações anteriores, “partindo de 44% e chegando a 77% dos gastos da Secretaria, visto que na administração Jânio Quadros os recursos utilizados chegaram ao máximo a 35%” (ROSSETTO, 2003 apud BARROS, 2013, p. 88).

A política habitacional da gestão da prefeita Luiza Erundina levava em conta as preocupações dos movimentos, haja vista o caráter participativo que a importante ação pública nesta área tinha, qual seja, o mutirão autogestionário. Priorizava-se o diálogo e incentivava a interação entre agentes políticos distintos com o intuito de desenvolver não só as iniciativas do poder público, mas também o interlocutor não-estatal, representado pelos movimentos de moradia (BARROS, 2013, p. 88).

Assim, foi possível fortalecer o processo participativo da comunidade em relação à habitação e estimular a autogestão nos empreendimentos financiados pelo município. Nesse contexto, a capacidade gerencial das famílias foi reconhecida e valorizada pelo programa, assim como as parcerias entre as associações de mutirantes, organizações não governamentais que prestavam assessoria técnica e a administração pública (AMARAL, 2001 apud BARROS, 2013).

2.3 Origens da Legislação de Assistência Técnica

O fruto de experiências de processos participativos e autogeridos, assim como o pensamento e o novo olhar dos profissionais arquitetos e urbanistas em relação ao seu papel na sociedade, acabaram colaborando para a estrutura de um programa voltado à moradia econômica, o qual tivesse auxílio técnico para projeto e construção de habitações para famílias de baixa renda. A consciência dos profissionais quanto às causas do déficit habitacional qualitativo e quantitativo e a compreensão da necessidade de uma política inclusiva que cumprisse as necessidades básicas da população, acabaram se tornando pontos de partida para criação do Programa de Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica (Programa ATME).

Vale dizer, há plena consciência de que o problema habitacional brasileiro é parcela do descontrolado fenômeno da urbanização, tal como hoje vivemos, e que somente encontrará solução compreensiva no estabelecimento de uma política de instauração de justiça social no setor, por um conjunto de

medidas eficazes, ao nível da atuação administrativa pública, do regime dominial do solo urbano, e do incremento relevante do poder aquisitivo da massa assalariada. Cumpre aqui destacar que, entre as necessidades básicas do povo brasileiro, a habitação figura depois de itens como alimentação, saúde, emprego, ensino e outros (SAERGS, 1977, p. 15).

Portanto, toda essa percepção do contexto urbano e social somada ao processo de aceitação “do arquiteto e suas responsabilidades perante a comunidade” (SAERGS, 1977, p. 15) culminou na estruturação de um Programa que acabou se tornando base para consolidação da Lei nº 11.888 de 2008. Foi no ano de 1976 que surgiu o Programa de Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica (Programa ATME), através do Sindicato de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (SAERGS) junto ao Conselho de Engenharia e Arquitetura (CREA) da 8ª Região¹³ e o Instituto dos Arquitetos do Brasil do Rio grande do Sul, que acaba sendo lançado sobre o formato de livro (Figura 8) (SAERGS, 1977).

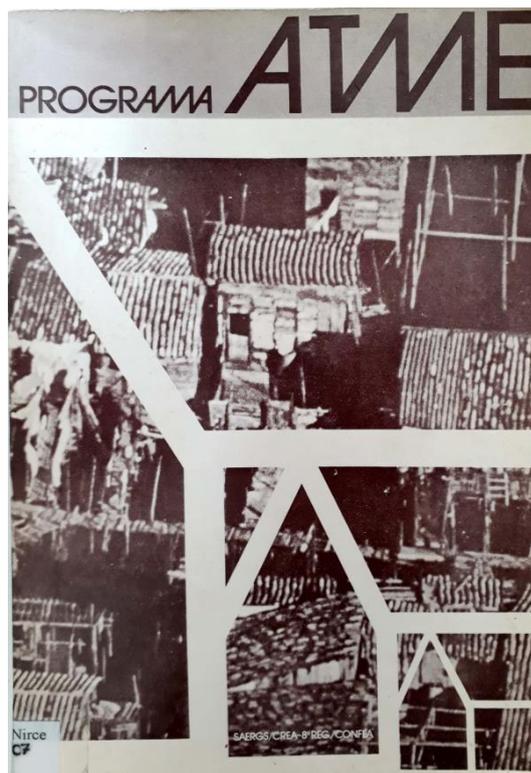


Figura 8 - Capa do livro - Programa ATME

Fonte: Foto do livro do acervo pessoal Profa. Nirce Saffer Medvedovski.

¹³ Conforme a Resolução nº 002, de 23 de Abril de 1934, o CREA do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina estava classificado como sendo o da 8ª Região. Em 1966, com a criação da Lei nº 5.194, que até hoje regulamenta as profissões do Conselho, é incluída no Sistema a profissão de Engenheiro Agrônomo e, a partir daí, os Conselhos passam a se chamar Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. O Conselho passa a se chamar CREA do Rio Grande do Sul em fevereiro de 1979 (CREA/RS).

O Programa ATME (Figura 8), estruturado para auxiliar problemas habitacionais a pessoas carentes de recursos, expõe em sua introdução o olhar social e a reflexão na qual a profissão se deparava:

Se o arquiteto, até agora, muito pouco participou do equacionamento das soluções para a problemática da ordenação espacial do país, tarefa essa que lhe permite diretamente, por formação e definição profissionais, já parece ser chegado o momento de mais proximamente se confrontar com a função social inerente à prestação de seus serviços (SAERGS, 1977, p. 15).

De acordo com o livro, o programa nasce dessas “isenções de responsabilidade técnica” (SAERGS, 1977, p. 16), pois os CREAS, como órgãos fiscalizadores, expediam atos normativos, existindo então a isenção de responsabilidade técnica para o projeto de pequenas construções. Isso porque eram justificados como sendo uma forma de prestar atendimento as classes sociais mais baixas, diminuindo a prática de acobertamento e desafogando as fiscalizações do Conselho.

O fato é que conforme a região do CREA, as dimensões para isenção variavam entre 50 e 80m² e em determinado momento as Prefeituras Municipais pressionavam, por questões políticas, para aumentar esses limites. No CREA da 8ª Região, as habitações podiam ter área de até 80m² para construção em madeira, sendo que podiam possuir até 18m² em alvenaria. Entretanto, com as novas propostas e tendo-se ciência de que em outras regiões do CREA existiam propostas com aumentos maiores, de até 120m², acabou por se rejeitar esse aumento de área (SAERGS, 1977).

Com base nesses acontecimentos, o SAERGS enfatiza a necessidade de revisar as isenções e entende que o CREA da 8ª Região não poderia simplesmente alterar essas medidas, pois estaria alterando as atribuições dos profissionais conforme a Lei nº 5194 de 1966¹⁴. Então, expressa seu ponto de vista, no qual as isenções eram um modo errado de enfrentar o problema social:

Assim sendo, quer sob o ponto de vista profissional, quer sob o ponto de vista socioeconômico, não estaria aí a solução do problema, mas sim na instituição de um programa oficial de assistência técnica de arquitetura, em bases previdenciárias (SAERGS, 1977, p.17).

¹⁴ Lei nº 5194 de 1966, Lei que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo (BRASIL, 2019).

Dessa forma, o SAERGS e o IAB/RS enviaram ofícios com mesma redação ao CREA da 8ª Região com os seguintes argumentos:

1 – A legislação em vigor é uma conquista da classe profissional e que seu campo de atividade – definido em Lei – não pode ser reduzido por resolução, ato ou decisão.

2 – A resolução para o problema se afigura no campo da previdência social, colocando a assistência técnica para a habitação no mesmo nível da assistência médica, jurídica e social, já incorporadas aos problemas de ação social do poder público.

3 – As recomendações relativas ao tema 4, aprovadas pelo IV Encontro de Câmaras de Arquitetura dos Creas, realizada em Vitória, em novembro próximo passado, refletem em essência o pensamento dos arquitetos e apontam caminhos mais efetivos para a abordagem e solução do problema, conforme transcrevemos a seguir:

1) Reconhecer que o problema da habitação de interesse social não pode ser resolvido por caminhos que impliquem na ausência dos profissionais e em sua alienação ao processo.

2) Que o problema das pequenas moradias deve ser incluído no âmbito das instituições já existentes (Cohabs, Inocoop, Cecap, Prefeituras Municipais e Sindicatos), que deveriam dar assistência aos proprietários isolados, através de profissionais habilitados.

3) Que é desejável a adoção de medidas urgentes que impeçam a anulação das conquistas profissionais e as restrições ao campo de trabalho dos Arquitetos e dos técnicos de Grau Médio.

4) Que é desejável a criação de mecanismos e de corpos técnicos especializados que possibilitem a participação dos profissionais, de maneira ativa, na problemática da casa para a população de baixa renda.

5) Que o simples fornecimento gratuito de plantas não pode, por si só, resolver o problema. (OFÍCIO N° 405/76 e OFÍCIO N°176/76-77 apud SAERGS, 1977, p.17).

Esses ofícios foram consultados pelo Conselho, o qual emitiu o seguinte parecer:

No que tange ao objeto das isenções pretendidas no PROJETO, é problema exclusivamente de ordem TÉCNICA, devendo o plenário conceituar o que seja obra de engenharia, arquitetura e agronomia, ou o que seja até onde alcança o conceito de OBRAS E SERVIÇOS TÉCNICOS (SAERGS, 1977, p. 18).

A partir desse momento, segundo relata o livro, rejeitou-se em plenária a modificação do Ato n° 1/70¹⁵, que previa aumento de área de isenção. Assim, a Câmara de Arquitetos do Plenário do CREA/RS passou a rejeitar toda e qualquer proposta de isenção de responsabilidade técnica, pois entendia que o problema era

¹⁵ O Ato n° 1/70, no seu artigo 1º, alíneas a e b, isentou da exigência de responsável técnico, legalmente habilitado, as construções de madeira residenciais, depósitos e galpões com área de 80m², de um só pavimento e sem estruturas especiais, podendo possuir até 18m² de alvenaria, e ainda aumentados ou construção de alvenaria simples com área de até 18m² (PROGRAMA ATME, 1977, p. 16).

de natureza social e econômica. Dessa forma, a Comissão de Legislação Profissional do SAERGS continuava a debater e aprofundar o assunto até amadurecer e chegar a Proposta de Assistência Técnica à Moradia Econômica, que foi levada ao IX Congresso Brasileiro de Arquitetos¹⁶, onde foi aprovada e recebeu contribuições.

Com esse apoio e fortalecimento mediante as repercussões da proposta, a Direção do SAERGS e o CREA da 8ª Região conseguiram apoio para o estudo de viabilidade do programa através do Ofício nº 1.036 de 1976, iniciando o Programa ATME (SAERGS, 1977).

O Programa ATME é uma proposta parcial de solução da questão habitacional brasileira (e que tem plena consciência de sua parcialidade, na medida em que a possui também do problema com que se confronta), através de uma nova escala de atuação profissional do arquiteto (SAERGS, 1977, p. 20).

Assim, a comissão organizadora do programa, que era composta pelos arquitetos Clovis Ilgenfritz da Silva, Newton Burmeister, Carlos Maximiliano Fayet e Claudio Roberto Z. D. Casaccia, sobre a coordenação executiva do advogado Manoel André da Rocha, lança o Programa ATME. Esse é estruturado em três pontos: a caracterização do beneficiário, a caracterização dos agentes promotores e os recursos. Nele também foram descritas as condições operacionais, como: (1) a credenciação dos profissionais e dos registros das cooperativas por eles instituídas; (2) a prestação dos serviços técnicos; (3) a fiscalização dos profissionais e das cooperativas; e (4) a remuneração dos profissionais e das cooperativas, mostrando a forma de implementação do Programa (SAERGS, 1977).

Percebendo a estrutura do Programa ATME, podemos identificar que experiências como o Brás de Pina e as primeiras assessorias do final dos anos 1970, assim como o exemplo do cooperativismo e das assessorias técnicas uruguaias e suas interrelações, acabaram auxiliando na sistematização do mesmo. De fato, todos esses exemplos acabaram por disseminar essa temática no Brasil, chegando às universidades e incentivando a instituição de mais assessorias técnicas.

¹⁶ De acordo com o portal *cronologia do urbanismo*, da UFBA, o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos teve como tema O Arquiteto e sua Atuação Profissional – Perspectivas e ocorreu em São Paulo no ano de 1976.

Em 1982, é criado o LABHAB da Faculdade de Belas Artes, ocorrendo a inserção do tema no campo universitário no estado de São Paulo (SANCHES, 2015), marcando “o início da prática de estudantes e professores na prestação de serviços à comunidade”, conforme Barros (2013, p. 83) aponta, inaugurando um uma série de possibilidades para atuação nesse campo da arquitetura. Segundo Sanches (2015), o LABHAB, para além da assessoria técnica, visava atender as reais necessidades dos movimentos de moradia e queria formar alunos em função desse contato direto entre população e problema, visto que o país no início da década de 1980 passava pelo processo de redemocratização com avanços dos sindicatos e movimentos sociais.

As ações e experiências do Laboratório de Habitação foram pioneiras em São Paulo, e contribuíram para a construção de uma prática profissional e de um saber, denominados pelos movimentos de moradia de “técnicos da comunidade” e posteriormente, de Assessoria Técnica (SANCHES, 2015, p. 139).

Professores e alunos das Belas Artes acabaram investigando práticas semelhantes, como descreve Sanches (2015). Chegaram às instituições de fora do país, como o exemplo do México, onde a *Universidad Autogobierno de México* trabalhava em suas disciplinas de projeto com as reais demandas das comunidades, e aos Institutos de Assistência Técnica do Uruguai, pois participaram do *Encuentro sobre Vivienda Popular*, promovido pela FUCVAM, o que ocasionou na troca de experiências na década de 1980, como já relatado.

O LABHAB acaba encerrando suas atividades em 1986. Como consequência das demissões de seus professores, assim como das oportunidades permitidas aos estudantes e aos movimentos de moradia, acaba repercutindo na criação de “vários órgãos congêneres em outras Universidades” (BONDUKI, 1986 apud BARROS, 2013, p. 84). Assim, são instituídos o Habitafaus, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos, o Laboratório do Habitat, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade de Campinas e o Laboratório de Habitação do Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade da Universidade Estadual de Campinas (BONDUKI, 1986; BARROS, 2013; SANCHES, 2015).

Muitos dos alunos que passaram pelo laboratório de Belas Artes acabaram trabalhando na produção habitacional da gestão da prefeita Erundina de Sousa em

São Paulo, onde foi implementado o Programa de Produção de Habitação por Mutirão e Autogestão, que tinha como objetivo fortalecer a participação da população na gestão de políticas sociais, com projetos de excelente qualidade à custos menores. Na época, alguns atuaram no setor público como servidores e outros como assessores técnicos, pois acabaram formando grupos de Assistência Técnica e tiveram a oportunidade de trabalhar na produção e inovação habitacional (POMPEIA, 2006 apud SANCHES, 2015).

Quanto às assessorias técnicas, em 1987, antes da gestão de prefeita Luiza Erundina, temos a formação da primeira na cidade de São Paulo, o Grupo de Assessoria a Movimentos por Habitação, chamado GAHMA, composto por membros da SASP, tendo o arquiteto Reginaldo Ronconi como um dos principais articuladores. O GAHMA acaba sendo encerrado, pois o sindicato percebe que era necessária “uma estrutura maior para o desenvolvimento dos projetos”, assim como acabaram encontrando dificuldades em relação à atuação dos arquitetos, principalmente quanto a “remuneração e a falta de financiamento dos órgãos públicos para os projetos” (BARROS, 2013, p. 87-88).

Com a gestão Erundina (1989-1993) foi possível atuar em conjunto com a administração pública, pois os recursos foram direcionados para a periferia da cidade, ocorrendo um investimento nas políticas sociais. Foi através do Funaps Comunitário que muitas organizações jurídicas se consolidaram, pois o programa definia que as assessorias eram responsáveis perante os movimentos de moradia. Onde as assessorias técnicas deveriam “prestar assistência técnica, jurídica, contábil, administrativa e social” (BARROS, 2013, p. 89), com remuneração prevista de no máximo 4% do valor total do financiamento. O final dos anos 1980 até o início dos anos 1990 foi um período onde um número expressivo de assessorias técnicas foram formadas, conforme a Tabela 2, elaborada por Ronconi (1995) e descrita por Barros (2013).

Tabela 2 - Assessorias Técnicas descritas por Ronconi em 1995

ANO	SIGLA	NOME
1986	UNICAMP	UNICAMP – Laboratório de Habitação
1987	GAHMA	Grupo de Assessoria a Movimentos
1989	POPULARES	POPULARES
1989	TETO	TETO – Assessoria a Movimentos Populares
1990	HABITADO	HABITADO
1990		Oficina de Habitação
1990	CAAP	Centro de Assessoria e Autogestão Popular
1990	CASA	CASA - Assessoria técnica
1990	USINA_CTAH	USINA – Centro de Trabalho para o Ambiente
1992	AMBIENTE	Ambiente
1993	PEABIRU	
	ABA	Associação Benemétrica e Abrigo
	AD	Assessoria em Habitação aos Movimentos Populares
	APOIO	Associação Profissional de Apoio ao Movimento
	CEPO	
	CO-OPERA-ATIVA	
		Espaço de Formação, Assessoria e Documentação
		Núcleo de Arquitetura
	SCS	SCS – Assessoria a Movimentos Populares
		Sociedade Comunitária Habitacional PRÓ-FAVELA
	URBI	URBI – Assessoria Habitacional aos Movimentos

Em relação a formação da USINA, teve início com alguns professores que passaram pelo LABHAB, assim como o Laboratório de Habitação da Unicamp. Os membros avaliaram a possibilidade de constituir com uma estrutura própria que permitisse “continuar tratando do problema da moradia junto com os movimentos sociais organizados”. E foi em junho de 1990 que foi fundada a Usina, assumindo a forma jurídica de uma organização não governamental, uma assessoria técnica para movimentos populares (LOPES, 2015). A Usina CTAH desde então tem atuado como uma organização não governamental, “no sentido de articular processos que envolvam a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores” (PLATAFORMA USINA, 2019). O primeiro serviço prestado pela Usina foi para a Associação Comunitária Terra é Nossa, em Osasco (SP), conforme descrito pela Usina no livro *Usina: entre o projeto e canteiro*, publicado em 2015.

[...] o grupo elaborou os projetos de arquitetura e urbanismo para a implantação de um conjunto de moradias para 520 famílias da Favela Terra é Nossa, que pretendiam construir suas novas casas por mutirão numa área vizinha à favela que vinha sendo negociada com a COHAB (USINA, 2015, p. 210).

O IAB (2010) relata que iniciativas lideradas pelos movimentos sociais e equipes de assessorias técnicas dos anos de 1980 em São Paulo acabaram por

efetuar experiências com Assistência Técnica coletiva, que eram executadas em regime de autogestão, tanto para projetos quanto para obras de conjuntos habitacionais, o que acabou expandindo também para outros estados. Dessa forma, acabaram surgindo outras assessorias, como a *Ambiente Arquitetura*, iniciada em 1992 em São Paulo, a *PEABIRU Trabalhos Técnicos Comunitários e Ambientais*, fundada em 1993 em São Paulo, e a *Teia – Casa de Criação*, fundada de 2002 em São Carlos.

A Assistência Técnica passou a permear as escolas de arquitetura e seus laboratórios e projetos de extensão, que então se envolviam com o direito à cidade e habitação, no final de 1990, influenciando a criação do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA)¹⁷, onde os acadêmicos poderiam atuar junto às comunidades de baixa renda (IAB, 2010, p.11). Assim sendo, escritórios modelos acabam sendo criados nas faculdades de arquitetura ao longo dos anos, chegando a 52 escritórios, conforme levantamento da FeNEA (Figura 9).

¹⁷ A FeNEA (Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) tem origem nos primeiros Grêmios de Arquitetura fundados no país. Desde 1932 esse movimento organiza-se através de amplas discussões sobre Arquitetura e Urbanismo, suas condições de ensino, o papel da Universidade e a conjuntura político-social brasileira. Porém, somente em 1988 transformou-se em uma Federação com seu estatuto aprovado no XIII ENEA Belo Horizonte, em 1989 (FENEA).

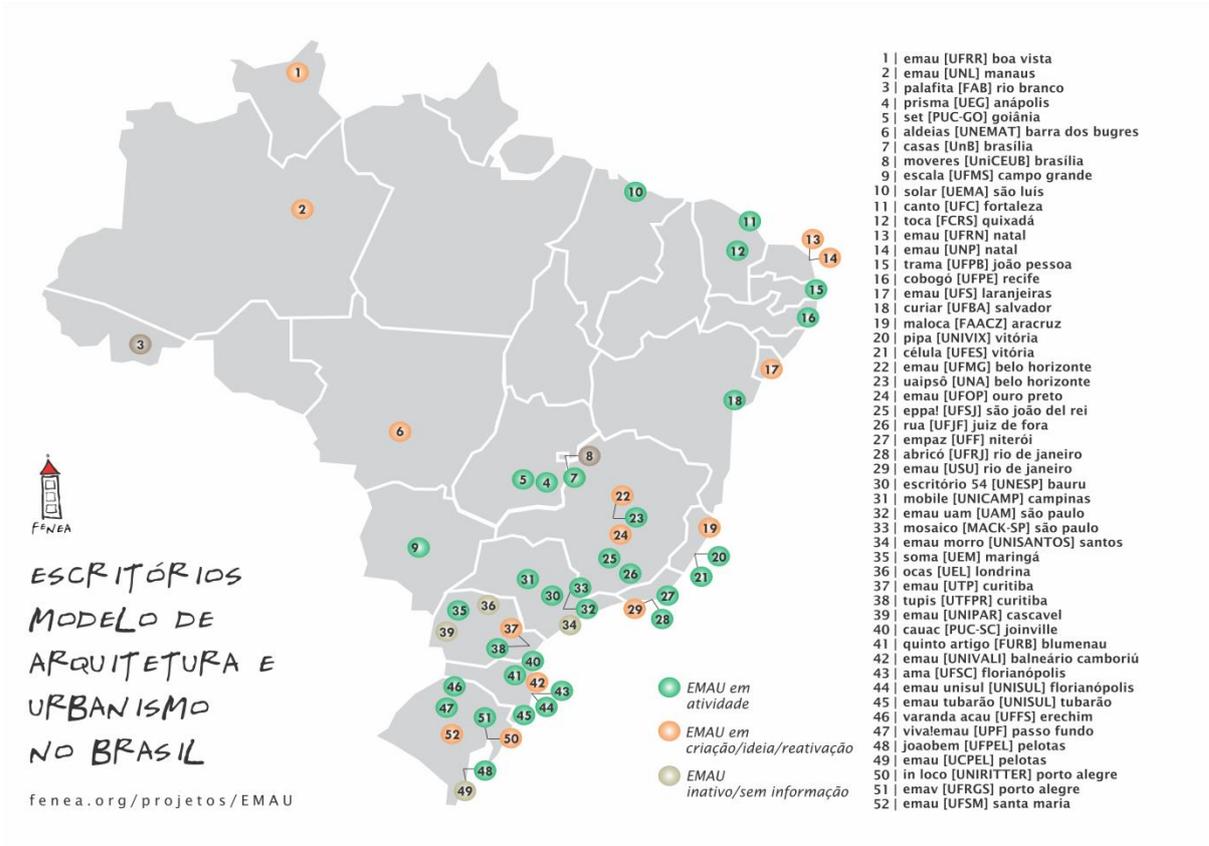


Figura 9 - Mapa de EMAU no Brasil
Fonte: Mapa publicado no site da FeNEA.

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Escritório Modelo de Habitação Popular e Desenvolvimento Urbano surge na década de 1980. O objetivo do escritório era “preencher a lacuna na comunicação com a sociedade” (CALLEGARO; RIBEIRO, 2014, p. 25). Posteriormente foi reestruturado para o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU/FAURB), “um dos mais antigos, criado em 1995” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, p. 27), ainda em atividade, conforme o mapa apresentado na Figura 9. É “composto por uma equipe horizontal”, onde professores, alunos de graduação e pós-graduação, tanto da FAURB quanto de outras unidades acadêmicas da UFPel, atuam em conjunto, de forma multidisciplinar. “As ações e projetos a serem desenvolvidos têm como premissas a incorporação de um processo participativo, entre comunidade, técnicos e eventuais instituições de interesse” (CALLEGARO; RIBEIRO, 2014, p. 25).

Além do EMAU, a FAURB/UFPel também cria seu Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (NAURB) em 1999, um laboratório que desenvolve

historicamente projetos de pesquisa, ensino e extensão na área de ensino de arquitetura, com parcerias com diversas instituições¹⁸. Os principais temas abordados são a qualidade do meio ambiente construído, avaliação pós-ocupação e as relações entre ambiente-comportamento e habitação de interesse social. Entre os serviços que o laboratório desenvolve estão: o desenvolvimento de processos, métodos e técnicas participativos com comunidades, diagnóstico da situação habitacional de núcleos já consolidados, diagnóstico da gestão de uso e manutenção de empreendimentos habitacionais, diagnóstico e estabelecimento de tipologia de Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), assessoria a planos de habitação de interesse social, regularização urbanística e requalificação urbana, avaliação pós-ocupação de conjuntos habitacionais, assentamentos e áreas e equipamentos comunitários. O NAURB também mantém um cadastro de Habitação de Interesse Social de Pelotas/RS, um acervo analógico e digital, aberto a consultas (NAURB, 2019).

Portanto, nos escritórios acadêmicos, assim como nos laboratórios, inicia-se a oportunidade de desenvolvimento de “projetos arquitetônicos, orientados por profissionais, para população de baixa renda, como um arquiteto-residente” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, p.27). Nesse contexto, movimentos diversos em prol da habitação foram desenvolvidos através das universidades.

Paralelo a esse movimento acadêmico, a política voltada para a habitação social avançava no final dos anos 1990 no estado do Rio Grande do Sul. Clovis Ilgenfritz da Silva, com bases no Programa ATME, consegue em 1999 aprovar como vereador em Porto Alegre a Lei Complementar Municipal nº 428, que instituía “o programa de assistência técnica ao projeto e construção de moradia econômica a pessoas de baixa renda” (PORTO ALEGRE, 1999). Essa Lei foi a primeira no Brasil a garantir esse serviço como direito do cidadão e dever do Estado, nesse caso, dever do município.

¹⁸ O laboratório estabeleceu “parcerias com diversas instituições nacionais, principalmente os grupos de APO e Qualidade do Ambiente Construído da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC) e latinoamericanas, como a Rede Universitária Latinoamericana de Cátedras de Vivenda (Rede ULACAV), obtendo financiamentos de órgãos como FINEP, CNPq e FAPERGS. O laboratório ainda possui vínculo direto com o programa de Mestrado PROGRAU/FAURB/UFPel, através da linha de pesquisa “Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário” (NAURB, 2019).

O livro *Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil*, de 2007, também relata que, além da Lei nº 428, a experiência gaúcha acabou incentivando a própria Lei Orgânica do município de 1990, que incorporou a Assistência Técnica na responsabilidade municipal. Aponta, também, que essas experiências, junto a crescente necessidade social na área, acabou criando um movimento nacional, sendo que outras ações no Brasil foram incentivadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e prefeituras, como as de Campo Grande (MS), São Paulo (SP), Vitória (ES) e Belo Horizonte (MG). Essas, por sua vez, acabaram criando programas e Leis para a Habitação de Interesse Social (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007)¹⁹.

Todo esse movimento e atividades em torno de melhorias na habitação, no urbanismo, na participação social da sociedade, na mudança de pensamento do profissional Arquiteto e Urbanista, na inserção do direito à cidade e habitação nas universidades e nos grupos de trabalho em prol das classes de menor renda, culminou no auxílio das conquistas legais do Brasil no final do século XX e início do século XXI, pois esses reflexos acabaram ganhando aos poucos institucionalidade. Como relatado por Maricato (2004), durante os anos 1980, o aumento das forças democráticas nutriu a articulação entre os movimentos sociais, sindicais e setores urbanos, que juntos apresentaram por iniciativa popular a emenda constitucional pela Reforma Urbana na Assembleia Nacional Constituinte. Portanto, a primeira Constituição brasileira que tratava da questão urbana foi a de 1988, que foi promulgada quando as populações das cidades já estavam com mais de 80% do total da população, conforme relata Bassul (2002).

Chiarelli (2014) aponta que essas emendas tinham temas urbanos e diversas matérias de interesse social mais avançadas e com os votos de 130.000 eleitores é que foi possível inserir os artigos 182 e 183 na Constituição. Sendo assim, foi estabelecida a função social da propriedade, o direito de moradia e o interesse público.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei, tem por

¹⁹ Relato do Livro *Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil*, publicado pelo Ministério das Cidades e pela Secretaria Nacional de Habitação.

objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante Lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da Lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (BRASIL, 1988).

Os artigos 182 e 183 da constituição foram regulamentados através do Estatuto da Cidade, que tramitava no congresso desde a década de 1980, como diz Maricato (1996). “O projeto foi apresentado em 28 de junho de 1989 e recebeu a identificação oficial de ‘Projeto de Lei do Senado’ (PLS) nº 181, de 1989 (Estatuto da Cidade)” (BASSUL, 2002, p. 80), sendo seu autor o Senador Pompeu de Sousa. Assim, após mais de uma década de espera (11 anos), a Lei nº 10.257 de 2001, o Estatuto da Cidade, é então aprovada em setembro do mesmo ano.

O Estatuto da Cidade, como aborda Maricato (2004), significa o embate à apropriação privada dos investimentos públicos na construção da cidade e tem em vista a realização da função social da propriedade e da cidade, sendo o objetivo para a política de desenvolvimento urbano.

Como a aplicação desses instrumentos se dá por meio do Plano Diretor, o planejamento urbano assume uma importância ímpar para os anos de 2005 e 2006, quando o Estatuto das Cidades obriga a elaboração ou revisão de Plano Diretor Participativo nos municípios com população acima de 20 mil habitantes e de Plano de Transportes nos municípios com mais de 500 mil habitantes (MARICATO, 2004, p. 55).

Através do Estatuto da Cidade “foi possível dar visibilidade e valor à Assistência Técnica para o brasileiro construir sua casa de acordo com seu sonho e também tornar a moradia um direito reconhecido do cidadão” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, p. 23). Em meio às políticas públicas voltadas para habitação de interesse social surgidas nos anos 2000, ainda mais com o Ministério das Cidades e o Plano Nacional de Habitação envolvidos nesse contexto social, acabou sendo oportuno dar início a tramitação de um Projeto de Lei sobre a Assistência Técnica (IAB, 2010). Pois com o Art.º 4 do Estatuto, que fala dos instrumentos da política urbana, tem-se um aparato legal, que cria condições políticas e sociais para um Programa já pensado e estruturado em 1977, o Programa ATME (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

V – Institutos jurídicos e políticos:

r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

Durante 30 anos, o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Rio Grande do Sul (SAERGS) lutou pelo direito da Assistência Técnica, desde 1976 (IAB, 2010). Até que o Arquiteto e Urbanista e Deputado Federal pelo estado do Rio Grande do Sul, Clóvis Ilgenfritz da Silva²⁰ (Figura 10), apresentou em 2002 o projeto de Lei nº 6.223²¹, Projeto de Lei ATME, o qual instituía o Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) à pessoas de baixa renda (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

²⁰ Como já abordado, atuou no CREA, foi o primeiro presidente do SAERGS, foi presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) e foi por três vezes vereador de Porto Alegre. Além disso, também foi secretário municipal de Planejamento e conselheiro e vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) (CAU/BR, 2018).

²¹ O Projeto de Lei nº 6.223 de 2002 foi o primeiro projeto de Lei apresentado ao Congresso Nacional (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

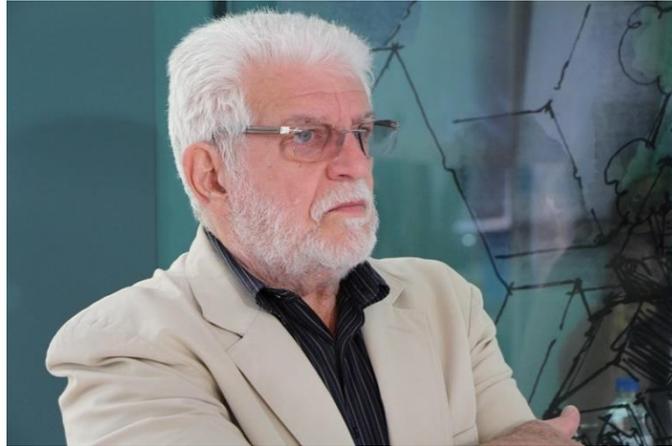


Figura 10 - Arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva
Fonte: CAU/BR (2018).

Em entrevista ao CAU/BR (2018), o arquiteto relata que logo nos primeiros anos de formado teve uma sociedade com dois colegas: Inês D'Ávila e Rui Fiorin. Disse, também, que o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop), um órgão criado pelo BNH, credenciava equipes através de editais públicos, conseguindo realizar alguns projetos, como o Condomínio Jardim América. Relatou: “a gente fez esse projeto quando o BNH ainda permitia que profissionais e interessados trabalhassem juntos (escolhessem terreno, debatessem projeto etc.)” (ILGENFRITZ, 2018).

Desde estudante sempre tive muito interesse em conhecer essa área que chamavam “arquitetura sem arquitetos”: a maior parte dos trabalhos de assessoria de atendimento técnico com as famílias – com as pessoas – era feito por engenheiros, desenhistas, empreiteiros ou por ninguém. Não tenho nada contra estes profissionais. No entanto, no histórico brasileiro, a arquitetura, que é a mais antiga das profissões da área da construção, teve um momento onde foi relegada ou não foi estimulada por influência da industrialização (ILGENFRITZ, 2018)²².

Com o deputado não concorrendo novamente ao cargo, o projeto passou para o seu colega, também Arquiteto e Urbanista, José Eduardo Vieira²³ (Figura 11), conhecido como “Zezéu Ribeiro”, também deputado pelo Partido dos Trabalhadores, mas pelo estado da Bahia. Como descrito no livro *Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil*, de 2007, Zezéu passou a ser o principal divulgador e

²² Entrevista concedida ao CAU/BR em 20/04/2018.

²³ Foi presidente do Sindicato dos Arquitetos da Bahia, do Instituto dos Arquitetos do Brasil e membro do então Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Exerceu o mandato de vereador em três legislaturas, tendo sido eleito deputado federal pela primeira vez em 2002 e reeleito em 2006 e 2010. Em 2011 foi Secretário de Planejamento da Bahia e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Planejamento (Conseplan) (CAU/BR, 2015).

defensor da proposta, apresentando o projeto de Lei nº 6.981 de 2006²⁴, o qual foi sancionado no ano de 2008, virando então a Lei nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Essa Lei “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005” (BRASIL, 2008).



Figura 11 - Arquiteto Zezéu Ribeiro
Fonte: FNA (2015).

Como deputado responsável pelo andamento da lei de assistência técnica, buscou debater e buscar subsídios para melhor estruturação da lei:

[...] Nós entendemos que já existiam leis garantindo a assistência social, defensoria pública, o Ministério Público para defensoria jurídica mas para o direito à assistência técnica não tinha, então deveria ter uma Lei específica. Essa foi uma questão construída e debatida com o próprio Ministério das Cidades. A necessidade da Lei ser em relação à assistência técnica, ao projeto, à construção, reforma e ampliação (RIBEIRO, 2007).

Para tanto, entre o período de 2002 até a aprovação da lei em 2008, aconteceram mudanças no projeto e muitas delas foram provenientes de debates sobre a Assistência Técnica ocorridos no Brasil. Em 2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, ocorreu uma oficina sobre a Universalização da Assistência Técnica, sendo articuladas formas de debate nacionalmente. Assim como apontado no Livro *Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil*, “foram sugeridos realizar seminários regionais e um nacional para que houvesse consulta pública e discussão democrática sobre o tema” (FNA, 2007). A Federação Nacional dos Arquitetos (FeNEA) e o deputado Zezéu Ribeiro incentivaram essa proposta, tanto

²⁴ O projeto de Lei nº 6.981 de 2006 foi um projeto apresentado em 2006 pelo deputado federal Zezéu Ribeiro (PT-BA) após a incorporação das sugestões dos seminários sobre o tema realizados em vários estados brasileiros, que depois virou a Lei nº 11.888 de 2008.

que Zezéu segurou a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados para incorporar as sugestões dos debates ao projeto proposto em 2003.

Os seminários foram realizados em 15 estados e em 2005 ocorreu o Seminário Nacional, na cidade de Campo Grande/MS, denominado *Assistência Técnica, um direito de todos: construindo uma política nacional*, com data definida para o dia 3 de outubro de 2005, pois foi uma data escolhida por diversas entidades internacionais como sendo o “Dia Mundial pelo Direito à Cidade, à Habitação e à Terra”. No Seminário Nacional, participaram mais de 300 pessoas de diversos lugares do país, desde jovens estudantes, profissionais, até protagonistas da discussão desde 1970, que resumiram os anseios pela arquitetura e engenharias públicas de uma forma coletiva (MINISTERIO DAS CIDADES, 2007). Desses seminários surgiu um livro (Figura 12) que relata as discussões, oficinas e experiências em habitação de interesse social (HIS) que vinham sendo realizadas no país.

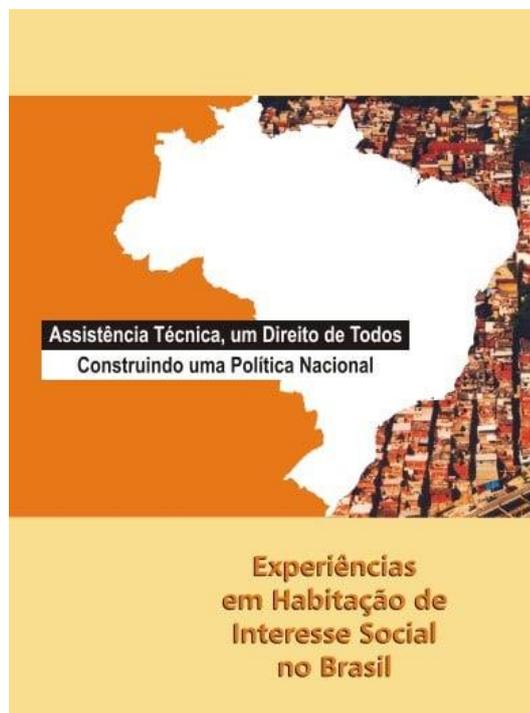


Figura 12 - Livro Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil
Fonte: FNA (2019).

Quanto as experiências de HIS descritas no livro, foram apontadas 79 experiências em 17 estados mais o Distrito Federal, sendo esses estados: Amazônia, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte,

Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Dessas 79 experiências, 12 foram apresentadas no primeiro dia do Seminário, o que propiciou ajuda para melhor compreensão do público em relação as principais necessidades dos projetos de Assistência Técnica para a Habitação de Interesse Social, deixando mais claro os principais pontos de discussão para o então Projeto de Lei nº6.981 de 2006²⁵ (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

O caráter democrático e participativo de uma proposta é um grande referencial para aceitação da Lei no legislativo. A primeira instância que analisou o projeto, rumo à aprovação, destacou o debate por todo o país para chegar ao texto do Projeto de Lei 6.981 de 2006 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, p. 34).

2.4 A Lei de ATHIS e seus desdobramentos

Coexistente às políticas de produção de habitação social no Brasil, a Lei de Assistência Técnica, depois de aprovada em 2008, andou durante quase sete anos a passos lentos, não sendo protagonista como forma de atuação como se esperava. O que ocorreu foi a não apropriação por parte dos profissionais da área, assim como pela gestão pública, deixando de beneficiar milhares de pessoas, como descreve o arquiteto idealizador da Lei:

Falta que a gente mostre para os prefeitos que dá certo. Falta pressionar o Governo Federal, para que abra uma linha de crédito ou de subsídios. Falta vontade política. Milhões de pessoas moram em vilas paupérrimas e precisam de assistência. Elas podem receber uma casa nova ou reformar a que já existe. E eu tenho por experiência que é melhor deixá-las onde estão (ILGENFRITZ, 2018)²⁶.

Os seminários, encontros e oficinas acerca do tema seguiram em discussão no cenário nacional, pois as novas experiências e movimentos após a Lei vigorar possibilitavam o conhecimento e a difusão da mesma. Assim, algumas publicações para auxiliar na implantação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) foram lançadas, como: o *Manual para Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social* (Figura 13), lançado pelo IAB em 2010; a coletânea

²⁵ O projeto de Lei nº 6.981 de 2006 foi um projeto apresentado em 2006 pelo deputado federal Zezéu Ribeiro (PT-BA) após a incorporação das sugestões dos seminários sobre o tema realizados em vários estados brasileiros, que depois virou a Lei nº 11.888 de 2008.

²⁶ Entrevista concedida ao CAU/BR em 20/04/2018.

Assistência Técnica e Direito à Cidade (Figura 14), lançado pela FNA, com patrocínio do CAU/RJ, que organizou uma Oficina para debater Assistência Técnica e Direito à Cidade, sendo esses encontros filmados e as 28 palestras transcritas e reproduzidas nessa publicação no ano de 2014; e o *Caderno ATHIS – Oficina de Assistência Técnica em Habitação Social* (Figura 15), uma publicação que agrupou de forma sintética as discussões realizadas em Oficinas de ATHIS realizadas em seis cidades do estado de São Paulo entre novembro de 2015 e maio de 2016. Essas oficinas foram realizadas pela Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, em correalização com o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP) e patrocínio do CAU/SP e Caixa Econômica Federal.



Figura 13 - Manual Implantação ATHIS
Fonte: FNA (2019).

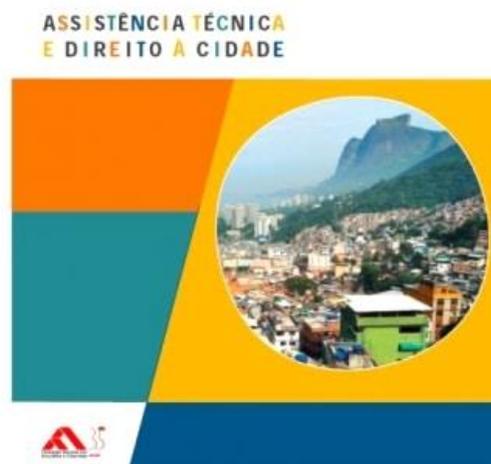


Figura 14 - Assistência Técnica e Direito à Cidade
Fonte: FNA (2019).

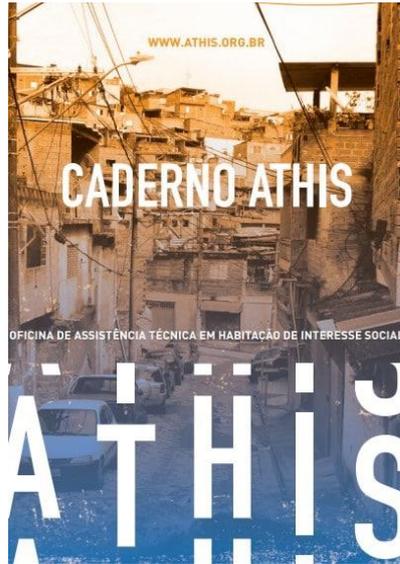


Figura 15 - Caderno ATHIS
Fonte: FNA (2019).

Todo esse registro através de produção de material foi importante para demonstrar que, mesmo não sendo protagonista, sempre existiu atuação na área da ATHIS, resistindo à falta de incentivo público, conhecimento e interesse de muitos profissionais. Isso muda de cenário a partir de 2015, com a pesquisa lançada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) junto ao Instituto DataFolha.

Foi com o objetivo de otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação, que discussões em relação à Lei despontaram em decorrência dessa pesquisa realizada no ano de 2015 pelas duas instituições. O DataFolha realizou mais de 2.400 entrevistas em 177 municípios que foram aprofundadas em grupos de discussão realizados nas cinco regiões do país, tendo resultados que 85% das reformas e construções realizadas no Brasil são feitas sem auxílio técnico de arquitetos e engenheiros. A mesma pesquisa apontou que pessoas que constroem apenas com pedreiros tiveram experiências ruins, com aumento de custos, atraso e desperdício de materiais, sendo identificado um elevado índice de autoconstrução no país pela população (CAU/BR; DATAFOLHA, 2015).

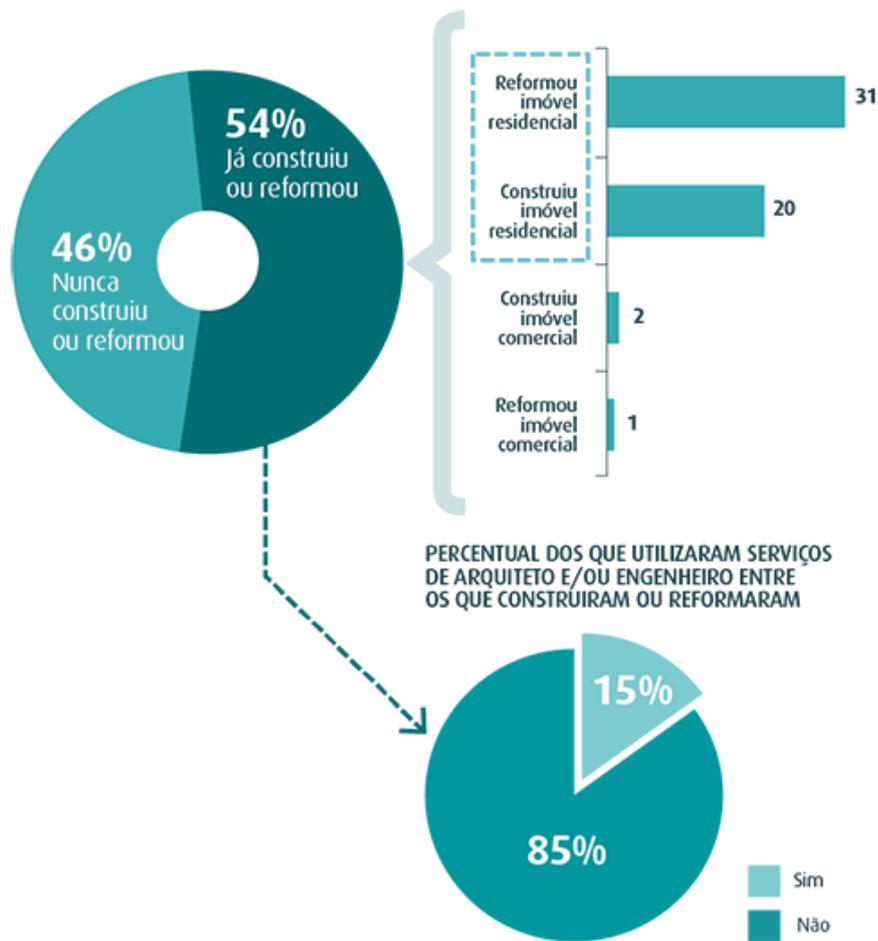


Figura 16 - Pesquisa CAU/BR DATAFOLHA
Fonte: CAU/BR (2015).

Na pesquisa, como mostra a Figura 16, do total de entrevistados, 54% já fizeram reformas ou construções e, desses, menos de 15% utilizaram os serviços de um arquiteto ou engenheiro na obra. A solicitação de um profissional, independentemente se mestre de obra/pedreiro, engenheiro ou arquiteto/urbanista, também está diretamente relacionada à escolaridade e à classificação econômica: quanto mais privilegiadas, maior a utilização, o que aponta para a necessidade de aplicação da Lei nº 11.888/2008, que foi concebida para atuar nesse nicho, o mais amplo no mercado.

Conforme especificado na Lei de ATHIS, o direito à Assistência Técnica abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra, os quais devem estar a cargo de profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. O §1º do art. 2º ainda aponta que esses trabalhos são tanto para a construção quanto para reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação,

o que beneficia tanto as famílias, que recebem apoio técnico qualificado, quanto os profissionais habilitados, que ampliam seu campo de atuação. Com muitos profissionais no mercado, a Lei amplia uma linha de trabalho pouco priorizada no Brasil, estimulando a prática e o estudo voltado para essa demanda, como apontado na pesquisa acima, pois tanto os técnicos já formados, quanto os que ainda estão inseridos no ambiente acadêmico, estão previstos na Lei. Conforme o art. 4, inciso III, temos a prestação de serviços através de:

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área (BRASIL, 2008).

Acabar com a concepção de que a arquitetura de qualidade é aplicada somente para as classes de renda mais alta é um dos pontos importantes que a Lei busca alcançar. Haja vista que todo cidadão possui direito à habitação digna, assim exposto no Art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da ONU, tornando-se um direito social em 2000 na Constituição Brasileira.

Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

Hoje, arquitetos e engenheiros trabalham para uma minoria da população, sendo 15% dos que já construíram ou reformaram, como já apontado na pesquisa de 2015. Tendo-se consciência de que o percentual de famílias de baixa renda é o mais alto, preencher essa lacuna acaba sendo uma troca mútua de conhecimento e cidadania. Conforme a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínuo), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dezembro de 2018, os indicadores de rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas no último trimestre (set-out-nov./2018) foi de R\$2.238,00, não atingindo três salários mínimos²⁷, renda máxima fixada na Lei de ATHIS, aumentando assim a necessidade de prestação de serviços para essa faixa de renda²⁸.

²⁷ O salário mínimo no ano de 2018 era de R\$ 954,00 (PORTALBRASIL, 2019).

²⁸ Conforme CENSO 2010 do IBGE, o percentual de famílias conviventes residentes em domicílios

Outro ponto importante para inserção da ATHIS é a qualidade da habitação, assim como do seu entorno, o que acaba refletindo no modo de vida e na saúde dos seus moradores, tanto física quanto mental, pois ambientes adequados, que atendem as necessidades básicas dos seus usuários, facilitam e melhoram o dia a dia dos mesmos e ainda impedem que doenças se instalem ou se alastrem. Como aborda Estevão (FNA, 2014, p. 125), os impactos das precariedades e das melhorias podem ser observados em diferentes escalas: “sobre o indivíduo, as precariedades comprometem a saúde física e mental e as melhorias podem promover saúde, conforto, aumento da autoestima” e isso acaba se repetindo também sobre a família, o território e cidade. Manter as precariedades é uma forma de agravar a segregação urbana, enquanto que se forem realizadas melhorias, pode-se reverter esse processo, chegando a impactar na paisagem.

Após um dia de trabalho extenuante exercido sem a necessária e compensatória alimentação e uma caminhada longa ou uma viagem em circunstâncias pouco cômodas, o operário que não encontra em casa um ambiente que lhe propicie o necessário descanso físico e mental torna-se um revoltado contra a ordem de coisas que o escraviza a um trabalho mal remunerado (FERREIRA, 1942 apud BONDUKI, 2017, p.92).

Assim como Ferreira (1942 apud BONDUKI, 2017) abordam as relações entre habitação e saúde, Estevão (apud FNA, 2014) também exemplifica:

Para aprofundarmos essa relação Saúde e Meio Ambiente, temos alguns exemplos: a instabilidade estrutural e do solo põem em risco a vida; a presença de umidade que pode ser agravada pela falta de ventilação, iluminação e de revestimentos e está relacionada a problemas respiratórios e à atração de animais peçonhentos como lacraias; instalações hidrossanitárias precárias contaminam a água do ambiente causam problemas gastrointestinais e favorecem doenças dermatológicas; a falta de espaço para acomodar toda a família prejudica a privacidade e favorece a proliferação de doenças; calor excessivo que pode provocar a desidratação; instalações elétricas inseguras que podem causar incêndios; ausência de elementos de segurança, obstáculos, uso de revestimentos inadequados e terrenos acidentados são responsáveis por queda e comprometem a acessibilidade e o desenvolvimento infantil no sentido de que as crianças não podem engatinhar nesses ambientes impróprios (FNA, 2014, p. 124).

Assim, acidentes e doenças provenientes da péssima condição das construções ou pela falta de infraestrutura urbana podem ser prevenidos com reparos e auxílio técnico, onde os técnicos capacitados podem interferir de forma positiva levando segurança e salubridade aos ambientes, o que conseqüentemente

diminui riscos de morte e enfermidades. Além do crescimento profissional do técnico, o que ocorre são melhoras no cotidiano e vida das famílias orientadas através da ATHIS, o que contribuiu para termos cidades mais democráticas e justas, sendo construídas de forma coletiva (GORDILHO SOUZA, 2013).

Com a pesquisa CAU/BR e DataFolha (2015), o assunto a respeito da Lei de ATHIS ergue-se e um marco importante para seu fomento ocorre através da iniciativa do CAU/BR. Nos dias 21 e 22 de julho de 2016 ocorreu a Plenária ordinária nº 56²⁹, realizada em Brasília. Nessa Plenária, foram apresentadas as “Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU – exercício 2017”, o qual previu a alocação de no mínimo 2% do total das receitas de arrecadação do CAU/UF (anuidades, RRT, taxas e multas) para destinação ao Fundo de Apoio e ao Centro de Serviços Compartilhados para ações estratégicas de Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social (ATHIS). Ou seja, como relatado na ATA da 56ª da Reunião da Plenária Ordinária pelo conselheiro Sanderland Ribeiro, os CAU’s passaram:

[...] a ter recursos para projetos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, buscando com que os arquitetos começassem a vencer as barreiras, não sendo mais vistos pela população com uma visão elitista, mas com uma visão social e de transformação da sociedade brasileira (CAU/BR, ATA 56, 2016).

Ribeiro, na abertura da sessão agradeceu a presença de Clóvis Ilgenfritz da Silva, convidado para compor a mesa e apresentar sua visão acerca da realidade brasileira na promoção de Assistência Técnica. Já durante a discussão da pauta, o conselheiro Anderson Fioreti informou que 2% dos recursos eram equivalentes a um volume de no mínimo 2 milhões e 555 mil reais para aplicação em ATHIS no ano de 2017 e frisou que era uma diretriz de aplicação mínima, não impedindo o Estado de aplicar mais recursos nesse tipo de projeto (FIORETI, 2016).

Assim, de acordo com o CAU/BR (2016), essa destinação orçamentária para ATHIS tinha o objetivo de:

- (i) Promover o serviço para quem precisa e não pode contratar os serviços;
- (ii) Atender a demanda onde ela está, sem desterritorialização;

²⁹ As Plenárias Ordinárias ocorrem mensalmente no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com pautas predefinidas, que serão apreciadas para posterior votação (CAU/BR, 2017).

- (iii) Custear o serviço técnico fora do valor de construção;
- (iv) Enfrentar o preconceito/desconhecimento da categoria por parte das comunidades; e
- (v) Promover a qualidade de vida através da arquitetura (CAU/BR, 2016).

Essa repercussão e preocupação sobre o tema nos últimos dois anos é notória, onde editais, seminários, palestras, cursos, empreendimentos e projetos baseados na Lei estão em pauta, ainda mais levando em consideração o fechamento do ciclo de dez anos da aprovação da Lei para ATHIS no ano de 2018. Conforme os comparativos levantados nos sites dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal apresentados nos Gráficos 4, 5 e 6, fica evidenciado esse estímulo e o retorno ao debate sobre a ATHIS no Brasil. Isso porque no período de 2014 a 2016 ocorreram somente nove eventos comparados ao período entre 2017 e 1º semestre de 2019, quando ocorreram 88 eventos.



Gráfico 4 - Quantidade de eventos por CAU/UF (2014-2016)³⁰
Fonte: a autora (2019).

³⁰ Detalhamento dos eventos nos apêndices A, C, D e E.

Eventos CAU

(2017 - 1 sem 2019)

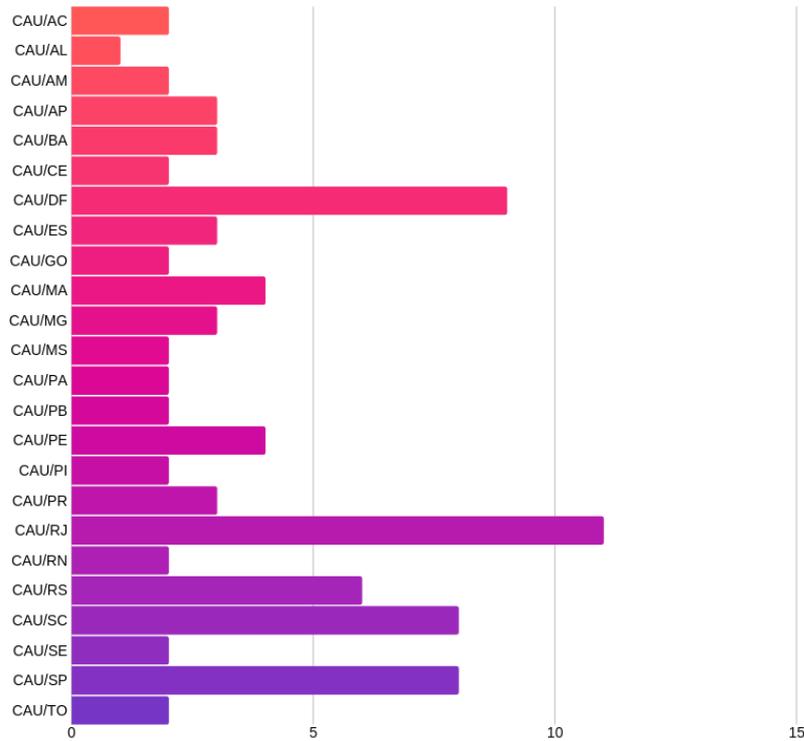


Gráfico 5 - Quantidade de eventos por CAU/UF (2017-1ºsem. 2019)
Fonte: a autora (2019).

Eventos CAU

(2014 - 1 sem 2019)

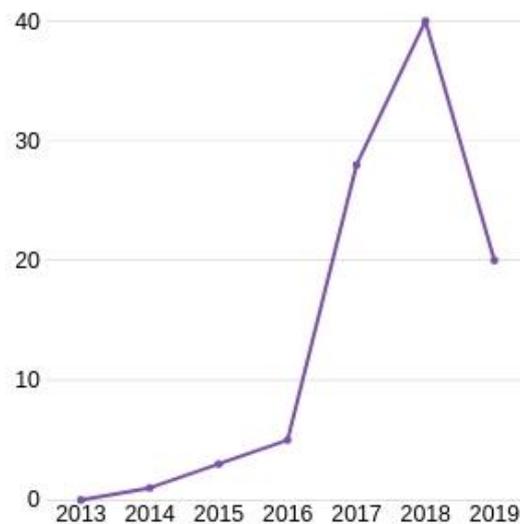


Gráfico 6 - Linha de crescimento (ano x quantidade de eventos)
Fonte: a autora (2019).

Então, conforme o Gráfico 6, fica evidenciado o crescente número de eventos no segundo período (2017 ao 1º sem. de 2019) se comparado ao primeiro (2014 a 2016), pois houve um aumento de 877,77%, comprovando que a decisão do CAU/BR em apoiar essas iniciativas influenciou nesse resultado. Ainda em relação ao CAU/BR foram verificados os editais para destinação orçamentária de 2% para incentivo da Assistência Técnica, o que, como apontado nos Gráficos 7, 8 e 9, também teve aumento, com 56,7% de editais lançados pelos CAU's em 2018 se comparados aos 23,3% de 2017, ano que iniciou essa destinação orçamentária, e, ainda, aos 20% do primeiro semestre de 2019. Outra análise relevante é que das 27 unidades de Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo (CAU/UF e CAU/DF), 63% lançaram editais para o fomento da ATHIS nos períodos mencionados, ou seja, 17 Conselhos, sendo o CAU/PR o conselho com mais editais lançados, com quatro editais (um em 2017 e três em 2018).

Unidades CAU X Edital ATHIS

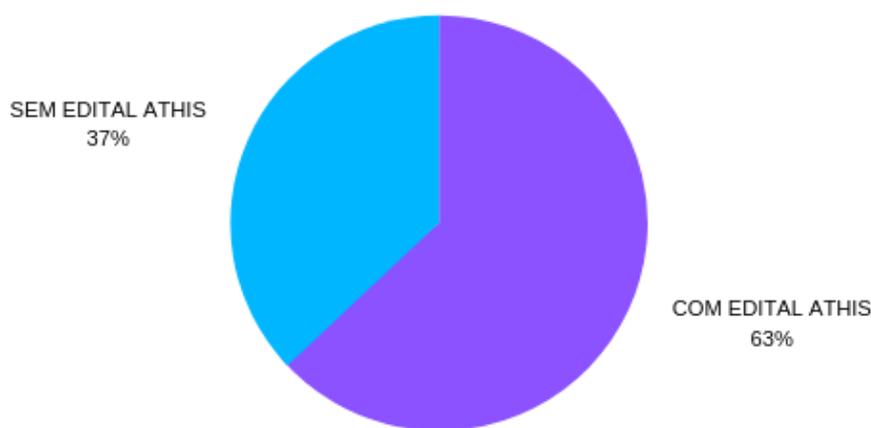


Gráfico 7 - CAU/UF X Edital ATHIS³¹
Fonte: a autora (2019).

³¹ Detalhamento dos editais nos apêndices B, C, e F.

Editais por ano

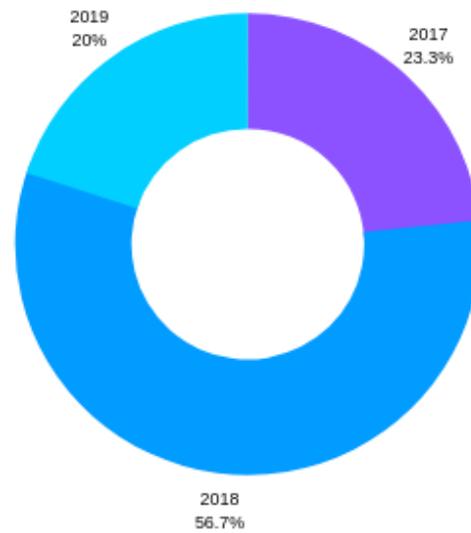


Gráfico 8 - Editais ATHIS/Ano
Fonte: a autora (2019).

Editais por CAU/UF

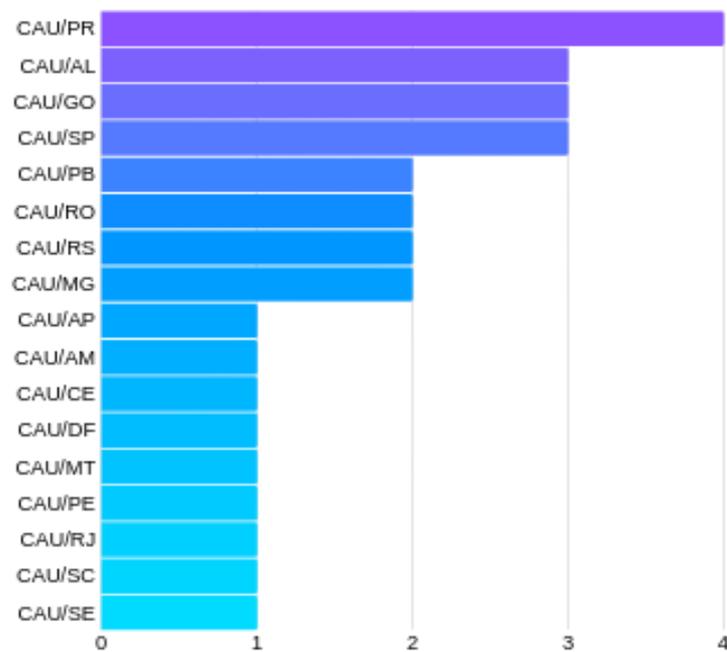


Gráfico 9 - Quantidade de Editais por CAU/UF
Fonte: a autora (2019).

Dessa forma, refletindo sobre todo o processo de amadurecimento e consolidação da Lei ATHIS, bem como toda a repercussão ocorrida após a decisão do CAU/BR junto aos 10 anos da Lei, foi possível identificar novos agentes promotores de Assistência Técnica. Para isso, foi estudado um representante de cada modalidade de aplicação, atuantes nesse contexto, no período entre 2017 e 2018, amparados pela Lei de Assistência Técnica, e que têm por objetivo melhorar o meio ambiente construído e a qualidade de vida das pessoas.

3 Metodologia

Neste capítulo serão abordados os métodos e as técnicas de pesquisa adotadas para alcançar o objetivo desse estudo. Portanto, será exposta a seleção dos objetos de estudo, definidos através de critérios anteriormente expostos. Posteriormente, será apresentada a coleta e a análise qualitativa dos dados, encerrando com as interpretações, conclusões e considerações sobre essa análise.

Para a pesquisa, utilizou-se da busca por referências na internet, em livros, em trabalhos científicos, em textos e artigos, em normativas e legislações e demais publicações sobre o tema, bem como em relatos de eventos, seminários, palestras, entrevistas e acontecimentos com relevância sobre o assunto. Isso porque se trata de uma abordagem contemporânea que se encontra na agenda nacional.

Para fenômenos contemporâneos, segundo Yin (2001):

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Yin (2011) relata que o estudo de caso auxilia na compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos e que vem sendo uma estratégia comum nas áreas da psicologia, sociologia, ciência política, administração, trabalho social e do planejamento. Portanto, a pesquisa com estudo de caso qualitativo, dentro de um determinado período de tempo, inserida dentro de um contexto histórico e social, auxilia a entender o "como" e o "porque" do fenômeno estudado.

3.1 Seleção do objeto de estudo

O estudo parte da temática Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) e das possibilidades de atuação para a sua prática, conforme as modalidades regulamentadas pelo art. 4º da Lei nº 11.888 de 2008, Lei de Assistência Técnica. Dessa forma, com base na legislação e nos períodos levantados através de editais e eventos promovidos pelos CAU/UF, principalmente entre os anos de 2017 e 2018, foi possível elencar quatro agentes, representantes dessas diferentes esferas, que são: os Servidores Públicos, as ONG's, a Residência Acadêmica e os Profissionais de Escritórios de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (AU+E) que atuaram com ATHIS.

Os quatro agentes selecionados para o estudo de caso participaram do Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica (Ciclo CAAT) organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) junto ao Núcleo de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura (NAURB) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ocorrido no ano de 2017. Esse ciclo foi organizado com o intuito de atualizar e fomentar as novas práticas de ATHIS, sendo um ponto de partida para as escolhas dos agentes.

Posteriormente, com as pesquisas dos eventos promovidos pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, foi verificado que os mesmos estavam entre os 10 agentes com maior presença nos seminários, palestras e jornadas de ATHIS realizadas nos últimos anos (2014 ao 1º semestre de 2019), principalmente entre os períodos de 2017 a 2018, sendo mais uma justificativa para seleção dos mesmos. É importante ressaltar que o período de 2017 a 2018 teve um grande incremento no número de eventos relacionados ao tema de ATHIS. Como mencionado no capítulo anterior, foi a partir de 2017 que o CAU/BR determinou uma dotação orçamentária específica para ATHIS. Outro ponto importante foi a movimentação em um cenário de debate nacional que ocorreu no ano de 2018 com o fechamento do ciclo de 10 anos da Lei de Assistência Técnica, colaborando para reflexão da atuação profissional nessa área.

Portanto, como estudos de caso foram selecionadas as atuações da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), a

Organização não Governamental Soluções Urbanas (ONG Soluções Urbanas), o Programa de Residência Acadêmica em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (RAU+E/UFBA) e o Escritório Arquitetura Humana do Rio Grande do Sul, representando os agentes envolvidos no processo de aplicação da ATHIS.

3.2 Métodos e técnicas de coleta de dados

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes métodos para coleta de dados:

- levantamento bibliográfico;
- levantamento documental; e
- questionário estruturado com o Arquiteto e Urbanista Gilson Paranhos, a Arquitecta e Urbanista Mariana Estevão, a Arquitecta e Urbanista Ângela Gordilho e a Arquitecta e Urbanista Paola Maia.

3.2.1 Levantamento Bibliográfico

O levantamento bibliográfico foi realizado através de dados de fontes primárias e secundárias referentes à origem da habitação social no Brasil, autoconstrução, direito à cidade, consolidação das cidades, políticas públicas e, principalmente, Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. A base de dados das leituras foram retiradas de fontes nacionais e internacionais.

3.2.2 Levantamento Documental

Ponto relevante para a pesquisa, o levantamento de documentos produzidos pelos agentes promotores de ATHIS, foco deste estudo, foi verificado como forma de enriquecer o conteúdo da pesquisa, justificar a escolha dos agentes e extrair informações relevantes para análise, conclusões e encaminhamentos. A busca

ocorreu através de editais, projetos, livros, cartilhas, matérias, entrevistas e sites nos quais os agentes participaram ou produziram o conteúdo.

3.2.3 Questionário Estruturado

O questionário estruturado, disponibilizado no apêndice, foi enviado em formato digital aos quatro representantes das modalidades de estudo, que foram os arquitetos e urbanistas: Gilson Paranhos (CODHAB), Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas), Ângela Gordilho (RAU+E) e Paola Maia (AH! Arquitetura Humana). Esses, por sua vez, representam a prática de ATHIS das respectivas instituições/empresas onde coordenam ou atuam na área.

O questionário foi aplicado ao final do estudo, como forma de extrair informações relevantes para a análise dos estudos de caso, assim como para a estruturação do diagnóstico final, conclusões e encaminhamentos. O questionário também serviu como base complementar, com as visões dos agentes de acordo com o foco de atuação de cada um, buscando compreender os principais entraves e as possíveis formas de melhorar a prática de ATHIS.

O questionário buscou, além da atualização de dados pessoais e de formação, através de 13 questões, extrair pontos relevantes para a compreensão da aplicabilidade de ATHIS nas quatro modalidades estudadas. Para isso, procurou a identificação de aspectos negativos e positivos e de possíveis melhorias para o aumento da prática profissional nessa área.

3.3 Análise

Com base nos levantamentos bibliográficos e documentais, assim como no questionário estruturado, que visam compreender a avaliação e percepção dos agentes perante o processo de ATHIS, foi desenvolvido um diagnóstico sobre os processos de aplicabilidade dentro de cada modalidade. Como ponto de partida para os estudos de caso foram criadas fichas para cada modalidade estudada, com a área de atuação e a identificação de seu agente representante, com o qual foi

realizado contato para a aplicação dos questionários estruturados. Após a criação das fichas foram realizadas as descrições sobre a consolidação dessas modalidades, apontando a base institucional, os agentes envolvidos no ciclo de ATHIS, a identificação de recursos e dos trabalhos desenvolvidos por eles. Cada ficha também apresenta um infográfico das conexões entre os diversos atores de cada modalidade com um resumo dessas descrições.

Como aborda Topalov (1973, p. 63), quando se realiza um tipo de mercadoria em lote urbano dentro do ciclo capitalista, pressupõe-se uma série de atividades que se agrupam segundo etapas diferenciadas da realização do capital, classificadas por eles como funções de “promoção, financiamento, produção e comercialização”. Essa mesma lógica é adotada para identificar os tipos de agentes envolvidos em cada estrutura dos estudos de caso.

Dentro do processo de promoção de mercadoria examinados por Topalov (1973, 1982), no caso dos loteamentos existe uma figura de agente promotor, onde esse agente possui a atividade de “dar partida” ao empreendimento, podendo concentrar em si todas as etapas ou ainda repassar para outros agentes. O autor também relata que existe uma distribuição entre várias figuras do mercado, que acabam sendo condicionadas a fatores como o momento histórico, o valor da terra, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a divisão técnica do trabalho.

Tratando-se de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, onde também existe uma série de fatores condicionantes para que a mesma seja aplicada e também existem vários agentes envolvidos no processo de aplicação, essenciais para a sua efetivação, foram realizadas as identificações desses agentes e suas funções. Eles foram classificados de forma a auxiliar o processo de análise e os resultados.

Para realizar os infográficos com as análises dos estudos de caso foram priorizadas formas simples e de fácil compreensão para uma leitura visual, estruturando uma sistematização por ícones e realizando uma identificação por cores, buscando sintetizar ao máximo as articulações entre os agentes envolvidos em cada modalidade estudada. Assim sendo, foram padronizadas cores e formas para cada tipo de agente e, posteriormente, gerados os infográficos das análises

como um produto final. Primeiramente, foram estruturados os infográficos de cada modalidade de ATHIS estudada e depois foram realizadas as comparações entre as modalidades, sendo feito um diagnóstico baseado na leitura deles, o qual auxiliou nas conclusões e nos encaminhamentos desta pesquisa.

Quanto aos símbolos gráficos, representando os agentes promotores de Assistência Técnica, ou seja, profissionais Arquitetos e Urbanistas, Engenheiros, Assistentes Sociais, entre outros, foi desenvolvida uma representação gráfica com a cor azul, sendo representada através da Peça Gráfica 1 apresentada na Figura 17.

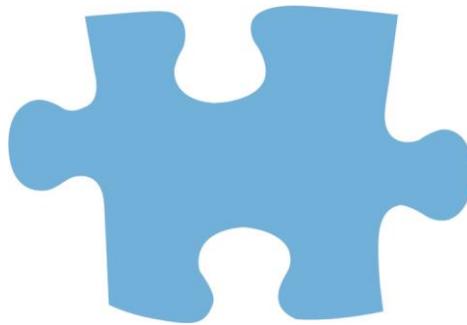


Figura 17 - Peça Gráfica 1 – Agente promotor de ATHIS
Fonte: a autora (2019).

Ainda em relação aos agentes promotores, identificando os representantes das modalidades de Assistência Técnica estudadas, ou seja, os profissionais Arquitetos e Urbanistas Gilson Paranhos (CODHAB), Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas), Ângela Gordilho (RAU+E) e Paola Maia (AH! Arquitetura Humana), foi desenvolvida uma representação gráfica (quebra-cabeça) com a imagem de cada um desses profissionais, conforme as Peças Gráficas 2, 3, 4 e 5 apresentadas nas Figuras 18, 19, 20 e 21.



Figura 18 - Peça Gráfica 2 – identificação do agente promotor Gilson Paranhos (CODHAB)
Fonte: a autora (2019).



Figura 19 - Peça Gráfica 3 – identificação do agente promotor Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas)
Fonte: a autora (2019).



Figura 20 - Peça Gráfica 4 – identificação do agente promotor Ângela Gordilho (RAU+E)
Fonte: a autora (2019).



Figura 21 - Peça Gráfica 5 – identificação do agente promotor Paola Maia (AH!)
Fonte: a autora (2019).

Para os agentes financiadores de Assistência Técnica, ou seja, instituições públicas, privadas, de economia mista, doações, entre outras, foram desenvolvidas representações gráficas com a cor amarela. As Peças Gráficas que os representam são 6 e 7, dispostas nas Figuras 22 e 23.

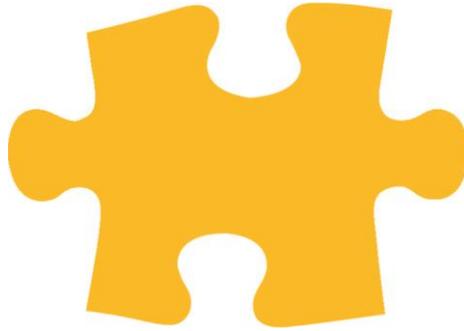


Figura 22- Peça Gráfica 6 – identificação dos agentes financiadores de ATHIS
Fonte: a autora (2019).



Figura 23 - Peça Gráfica 7 – identificação de recursos destinados à ATHIS no fluxograma
Fonte: a autora (2019).

Para os agentes mobilizadores de Assistência Técnica, ou seja, movimentos sociais, cooperativas e associações de moradores ou líderes comunitários, foram desenvolvidas representações gráficas com a cor laranja. As peças gráficas que os representam são a 8 e 9, apresentadas nas Figuras 24 e 25.

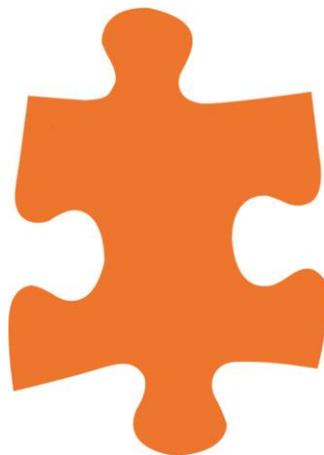


Figura 24 - Peça Gráfica 8 - Identificação dos agentes mobilizadores de ATHIS
Fonte: a autora (2019).



Figura 25 - Peça Gráfica 9 - Identificação de grupos mobilizadores de ATHIS no fluxograma
Fonte: a autora (2019).

Para os agentes receptores de Assistência Técnica, ou seja, os beneficiários, em grandes grupos ou famílias com um ou mais integrantes, foram desenvolvidas as representações gráficas com a cor roxa. As peças gráficas que os representam são 10, 11 e 12, apresentadas nas Figuras 26, 27 e 28.



Figura 26 - Peça Gráfica 10 - Identificação dos agentes receptores de ATHIS
Fonte: a autora (2019).



Figura 27 - Peça Gráfica 11 - Identificação de agente receptores de ATHIS individual
Fonte: a autora (2019).



Figura 28 - Peça Gráfica 12 - Identificação de agente receptor de ATHIS grupos
Fonte: a autora (2019).

Para os agentes reguladores, fiscalizadores ou propulsores de Assistência Técnica, ou seja, o CAU/UF, Conselhos, IAB, FNA, entre outros, foram desenvolvidas representações gráficas com a cor vermelha. As Peças Gráficas que os representam são 13 e 14, assim dispostas nas Figuras 29 30.

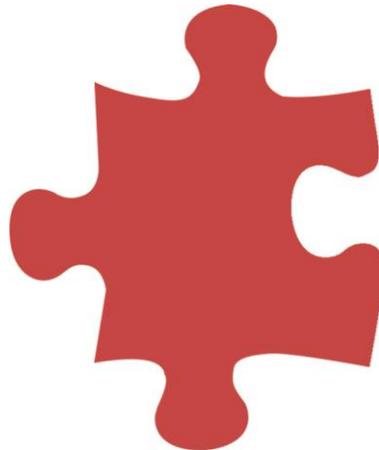


Figura 29 - Peça Gráfica 13 - Identificação de agentes reguladores de ATHIS
Fonte: a autora (2019).



Figura 30 - Peça Gráfica 14 - Identificação de grupos reguladores de ATHIS no fluxograma
Fonte: a autora (2019).

E para os agentes conscientizadores de Assistência Técnica, ou seja, projetos de economia solidária e sistema de mutirão ou de ajuda mútua, foram desenvolvidas representações gráficas com a cor verde. As peças gráficas que os representam são 15 e 16, que podem ser visualizadas nas Figuras 31 e 32.

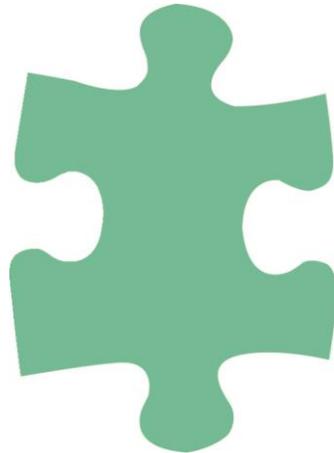


Figura 31 - Peça Gráfica 15 - Identificação dos agentes mobilizadores de ATHIS
Fonte: a autora (2019).



Figura 32 - Peça Gráfica 16 - Identificação de grupos mobilizadores de ATHIS no fluxograma
Fonte: a autora (2019).

Dessa forma, com a identificação de cada agente envolvido no processo de ATHIS, foram elaborados infográficos inspirados nos sistemas de quebra-cabeça. Nesses, as relações entre os agentes foram interpretadas através dos sistemas de encaixe, gerando as conformações para cada modalidade. Portanto, os agentes estudados são as peças-chave desse sistema (quebra-cabeça), por onde se iniciam as estruturas de conexões, fazendo a partir deles a união (relações de dependência) com os demais agentes, consolidando essas diferentes redes.

3.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados foram interpretadas e avaliadas as aplicações de ATHIS nas quatro diferentes modalidades estudadas. Foram realizadas análises individuais e comparativas e, ainda, apontados os pontos relevantes que interferem no processo, tanto os negativos quanto os positivos. Também foram sistematizadas as visões dos agentes perante o processo, com auxílio dos questionários estruturados, apontando possíveis desdobramentos e melhorias.

4 Resultados e discussão

Como abordado no capítulo 1, a Assistência Técnica já vinha sendo praticada antes mesmo de ser sancionada a Lei de ATHIS. Entretanto, com a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, conquista-se o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001), onde se estabelece as diretrizes gerais para política urbana. Essas, por sua vez, criam instrumentos legais, como os institutos jurídicos e políticos, onde a assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos é apontada.

Dessa forma, o projeto de Lei para Assistência Técnica é posto em tramitação no congresso, iniciando em 2002 com Ilgenfritz e terminando em 2008 com Ribeiro. Foi sancionado no dia 24 de dezembro de 2008, tornando-se a Lei nº 11.888 de 2008, ficando assim denominada, e a qual assegura: “às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005” (BRASIL, 2008, s./p.).

De acordo com a lei, famílias que recebem uma renda mensal com até três salários mínimos³², residentes de áreas urbanas ou rurais, possuem o direito à Assistência Técnica pública e gratuita. E esse direito abrange todos os trabalhos de projetos para edificação, reformas, ampliações e ainda o acompanhamento e a execução de obras a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. Também são previstos os trabalhos de regularização fundiária (BRASIL, 2008).

³² O salário mínimo no ano em que a Lei foi sancionada, 2008, era de R\$415,00. Atualmente, 2019, o salário mínimo é de R\$998,00 (PORTALBRASIL, 2019).

A Lei aponta quatro objetivos, além do direito à moradia:

- I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;
- II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;
- III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;
- IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental (BRASIL, 2008).

Conforme descrito em seu artigo 3º, a Assistência pode ser oferecida diretamente às famílias ou para cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados, sendo que os serviços devem priorizar as iniciativas que ocorrerem sob regime de mutirão e em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZEIS). Quanto aos serviços, esses devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, onde deve ser assegurada a devida Anotação de Responsabilidade Técnica para todas as modalidades (ART).

Em relação aos recursos, os serviços de Assistência podem ser custeados por verbas de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por verbas públicas orçamentárias ou por verbas privadas. Para isso, é essencial que os órgãos trabalhem de forma sistêmica, para que as ações da união, estado, distrito federal e municípios não se sobreponham, fazendo com que os resultados sejam otimizados (BRASIL, 2008).

Para esta pesquisa, a busca para os estudos de casos partiu das formas de atuação apontadas na Lei, conforme seu artigo 4º:

Art. 4º Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

- I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;
- III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;
- IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município (BRASIL, 2008, s./p.).

Portanto, tomando por base essas quatro modalidades apontadas na Lei nº 11.888/2008, foram escolhidos quatro representantes, um para cada atuação, de forma a exemplificar um agente promotor (executor) de Assistência em cada uma delas. Dessa forma, busca-se compreender como funciona a aplicação de ATHIS nessas quatro esferas.

4.1 As Aplicabilidades da Assistência Técnica

Como relatado, para os estudos de caso, que foram baseados conforme a classificação da própria Lei de ATHIS, definiram-se quatro modalidades de aplicação, sendo:

- A. Assistência técnica através de servidores públicos;
- B. Assistência técnica através de integrantes de equipes de organizações não governamentais;
- C. Assistência técnica através de profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia; e
- D. Assistência técnica através de profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas.

E como peças-chave desse estudo foram selecionados quatro representantes (Figura 33) dessas modalidades de aplicação, denominados aqui de *agentes promotores*, ou seja, profissionais que promoveram ATHIS, principalmente entre 2017 e 2018, num cenário de retorno de discussão e fomento da Lei, sendo selecionados:

- a. O Arquiteto e Urbanista Gilson Paranhos – Representando a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab);
- b. A Arquiteta e Urbanista Mariana Estevão – Representando a ONG Soluções;
- c. A Arquiteta e Urbanista Ângela Gordilho – Representando a Residência Acadêmica da FAU/UFBA; e
- d. A Arquiteta e Urbanista Paola Maia – Representando o escritório de Arquitetura e Urbanismo AH! Arquitetura Humana.

ESTUDOS DE CASO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATRAVÉS DE

SERVIDORES PÚBLICOS



GILSON PARANHOS

*Diretor presidente
da CODHAB (2015-2018)*



INTEGRANTES DE EQUIPES DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS



MARIANA ESTEVÃO

*Diretora-Executiva
da ONG Soluções Urbanas*



PROFISSIONAIS INSCRITOS EM PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA ACADÊMICA EM ARQUITETURA, URBANISMO OU ENGENHARIA



ÂNGELA GORDILHO SOUZA

*Coordenadora e Profª da Residência
AU+E/UFBA*



PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS OU INTEGRANTES DE EQUIPES DE PESSOAS JURÍDICAS



PAOLA MAIA FAGUNDES

*Sócia do Escritório AH!
Arquitetura Humana*



Figura 33 - Estudos de caso - Agentes promotores ATHIS estudados
Fonte: a autora (2019).

Portanto, a seguir serão descritos os estudos realizados a partir de cada caso.

4.2 Assistência técnica através de servidores públicos

ESTUDO DE CASO A

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATRAVÉS DE SERVIDORES PÚBLICOS



GILSON PARANHOS

Diretor presidente da CODHAB (2015-2018)

 **Nascimento:** 28/04/1955

 **Formação:** Arquiteto e Urbanista (UnB)

Data de formação: 20/12/1980



 **Local:** Brasília/DF

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF)

A CODHAB é vinculada à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), e é uma empresa pública que faz parte da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal.

Atuação: políticas e programas que visem o desenvolvimento das funções econômicas e sociais da população, preferencialmente de baixa renda, com o intuito de assegurar o bem estar das comunidades, a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

ATHIS

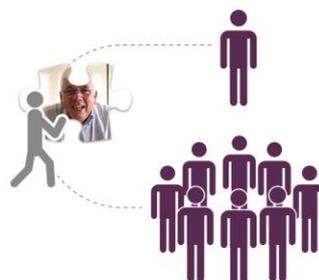


Figura 34 - Ficha estudo de caso A
Fonte: a autora (2019).

Embora algumas prefeituras venham atuando com escritórios públicos e processos de regularização fundiária para famílias de baixa renda, o estudo de caso selecionado para a Assistência Técnica (através de servidores públicos) foi o da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), com o Arquiteto e Urbanista Gilson Paranhos como Diretor Presidente entre o período de 2015 a 2018 à frente da sua estruturação. O caso selecionado parte da sua repercussão nacional, o qual desenvolveu um trabalho em larga escala com alcance às famílias de baixa renda, realizado através de ATHIS. Também por ser o primeiro caso no Brasil onde o poder público estruturou escritórios de Assistência Técnica em quantidade expressiva, com semelhança a estrutura dos postos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desde o ano de 2015, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, enquanto entidade do poder público, implementou, reformulando sua gestão e sua estrutura interna, os *Postos Avançados*, conforme nomenclatura da própria companhia. Esses postos são escritórios públicos de arquitetura e urbanismo dispersos pelo seu território, prioritariamente em áreas periféricas do Distrito Federal.

Entre os anos de 2017 a 2018, os trabalhos e as atuações da CODHAB foram tão significativos que, tanto o diretor responsável quanto alguns profissionais da CODHAB, nesse período participaram de diversos encontros e/ou seminários apresentando o trabalho desenvolvido no local, o qual é baseado na Lei de ATHIS, tornando-se um exemplo de estudo relevante. De fato, como apurado nas pesquisas levantadas nos eventos do CAU (Tabela 1), o arquiteto Gilson Paranhos e a CODHAB, entre o período de 2014 ao 1º semestre de 2019, estiveram presentes entre os palestrantes 26 vezes, onde, dessas, 21 vezes foram somente entre o ano de 2017 e 2018 do total de 97 eventos levantados, sendo o mais representativo entre todos os participantes dos eventos.

A CODHAB nessa gestão priorizou três frentes de atuação desde o ano de 2015, sendo estas: os concursos públicos de projeto, o ateliê de projetos para urbanismo, regularização e edificações e a assistência técnica em arquitetura e urbanismo, a qual será abordada de forma prioritária nesse estudo de caso.

O objetivo dessa gestão foi criar condições para a prática da arquitetura e do urbanismo social, como relatam Paranhos e Marinho (2018). E, para tanto, foram implantados os postos de Assistência Técnica, conforme a Figura 35, criando condições de proximidade dos técnicos com os beneficiários e com as realidades locais.

O intuito da Companhia foi descentralizar a administração, levando os técnicos para as áreas onde realmente seriam feitas as interferências urbanas, zonas que necessitam de maior auxílio técnico, “localizadas nas comunidades mais pobres e com maior problemática fundiária de Brasília” (CODHAB, 2018, online).

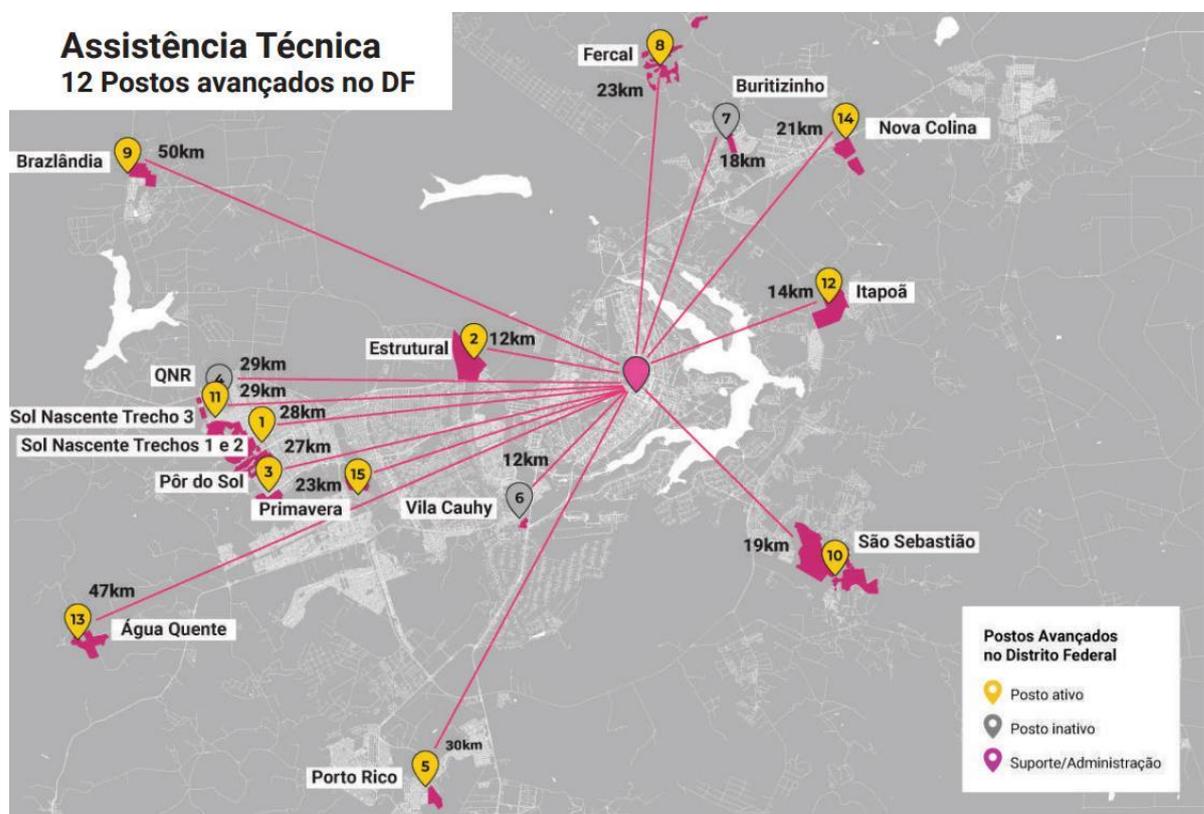


Figura 35 - Distribuição dos postos avançados CODHAB 2018
Fonte: Marinho (2018).

Conforme apresentação realizada por Paranhos (2018), a CODHAB no final de 2018 (Figura 35) chegou a 12 postos de Assistência Técnica ativos ao mesmo tempo, chegando a ter um total de 14 postos abertos em diferentes localidades do Distrito Federal, onde o posto mais próximo da sede administrativa estava a 12km e o mais afastado a 50km. O primeiro posto foi aberto no Sol Nascente (Figura 20), e o último foi o Nova Colina, conforme mapa de distribuição dos postos da Figura 35. Alguns postos, suprindo as demandas da localidade, foram desativados ou então realocados para outras regiões, tendo esses um conceito de flexibilidade, pois

conforme atuação da COHAB, visam num determinado período de tempo sanar os problemas urbanos e habitacionais da comunidade, sendo reativados em novas regiões de atendimento.

De acordo com Paranhos (2018), em entrevista ao CAU/BR, é necessário o profissional estar inserido no contexto para melhor entender a lei e as suas problemáticas. É, então, necessária a aproximação do profissional à realidade na qual ele vai trabalhar:

Para a gente ficou muito claro que o grande problema é a distância da teoria para a prática. Então, nós acreditamos, desde cedo que os arquitetos têm que estar submersos na comunidade. Não dá para você criar uma lei e uma norma se você não está dentro da comunidade, você vai criar uma norma e uma lei e ela vai estar equivocada... É essencial que a gente esteja submerso, imerso na realidade dessas famílias, aí sim a gente começa a construir cidades de verdade” (PARANHOS, 2018, transcrição da autora)³³.

O processo de implantação dos postos avançados passou por três momentos, sendo alguns alocados em espaços cedidos ou alugados pela própria comunidade (Figura 36), alguns estruturados em containers alugados (Figura 37) e, por fim, os escritórios estruturados em containers próprios (Figura 38), projetados e comprados pela Companhia. Segundo Paranhos (2018), esse foi um processo de crescimento e aprimoramento da estrutura dos postos, com escritórios padrão, moduláveis e itinerantes, facilitando as relocações. Contudo, para se colocar em prática a ATHIS nos postos, foi preciso seguir um caminho onde a vontade de se colocar em prática a assistência técnica é essencial, pois como aponta o referido arquiteto, não se inicia com um modelo ideal, onde “[...] ficar esperando ter as condições, nunca vamos ter, tem que montar da maneira que é possível” (PARANHOS, 2016, transcrição da autora)³⁴.

³³ Entrevista do Arq. e Urb. Gilson Paranhos ao CAU/BR em 12 de novembro de 2018.

³⁴ Palestra do Arq. e Urbanista Gilson Paranhos no Seminário de Assistência Técnica Pública e Gratuita para projeto e Construção de habitação de baixa renda realizado pelo IAB SC em 2016.



Figura 36 - Ponto Avançado Sol Nascente Trecho 1
Fonte: CODHAB (2018).



Figura 37 - Posto Avançado Estrutural
Fonte: CODHAB (2018).



Figura 38 - Posto Avançado Pôr do Sol, Ceilândia/DF
Fonte: CODHAB (2018).

Paranhos afirma que colocar a Lei de ATHIS em vigor é uma vitória para a sociedade. “Parece simples, mas é um choque, algo novo na maneira dos gestores agirem”. E ainda relata que a Assistência Técnica “faz um atalho, diminui a distância entre a realidade e a expectativas das pessoas, aproxima os dois lados” (IAB/DF, 2015, s./p.).

Quanto à atuação dos Postos Avançados da CODHAB, estão as melhorias urbanas, principalmente na parte de infraestrutura, as melhorias em espaços coletivos, os projetos mais pontuais, como os de melhoria habitacional, e ainda as regularizações fundiárias, onde o objetivo fundamental é:

[...] promover dignidade e qualidade à casa e ao espaço público, melhorando o déficit habitacional qualitativo e garantindo aspectos como salubridade, acessibilidade, sustentabilidade e segurança (IABRS, 2018, s./p.).

O primeiro posto instalado, no Sol Nascente (Figura 42), foi estruturado inicialmente com dois arquitetos, um assessor técnico e três estagiários de arquitetura e urbanismo. Os próximos seguiram essa mesma estrutura, porém, sendo aprimorados para equipes multidisciplinares, com profissionais arquitetos e urbanistas, engenheiros, assistentes sociais, agentes administrativos, funcionários da equipe de obras, estagiários das áreas da arquitetura e engenharia e também voluntários das mesmas áreas atuando de forma coletiva junto à comunidade (CODHAB, 2018).

Essas equipes trabalham diariamente oferecendo soluções técnicas, tanto para os problemas urbanos, quanto para problemas relativos à arquitetura, como melhoria habitacional, facilitando o atendimento à população e promovendo métodos participativos e democráticos para a gestão territorial. De acordo com a CODHAB (2018), cotidianamente são recebidas demandas comunitárias e realizados atendimentos para diagnosticar os problemas da região de abrangência dos postos. Nos territórios onde existe necessidade de regularização fundiária, o posto possui uma equipe, com um arquiteto coordenador responsável por essa demanda, assim como possui também um arquiteto coordenador responsável pelo processo de Assistência Técnica.

Para melhor exemplificar essa estruturação e atuação da CODHAB é importante salientar que existe uma base institucional de um sistema de gestão, o

Decreto nº 37.438 de 2016. Esse decreto institui o programa Habita Brasília no âmbito da política habitacional do Distrito Federal, criando legitimidade para sua implementação. Seus objetivos específicos são, conforme artigo 2º:

i - o incentivo para soluções de moradia de forma alternativa, com vistas a combater o déficit da inadequação habitacional, ii - o incentivo ao uso do espaço urbano já consolidado de forma a racionalizá-lo, aproveitando áreas que possuem infraestrutura urbana ou que estão próximas aos centros urbanos e/ou previstas nos planos de estruturação do DF para local moradias; iii - a promoção de moradia adequada através do estado partindo de ações ajustadas, principalmente na luta contra o uso ilegal do solo e na regularização fundiária urbana; vi- e o desenvolvimento das áreas destinadas à produção habitacional através do desenvolvimento econômico do Distrito Federal, para aplicar emprego e renda para as população que irá residir, em especial nas subzonas e conforme as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico (BRASÍLIA, 2016, s./p.).

O decreto também classifica, em seu artigo terceiro, quais são as principais linhas de ação do programa, sendo discriminadas cinco, como: o serviço de locação social, a produção de lotes urbanizados, a provisão habitacional por construção de novas unidades imobiliárias, a assistência à população de baixa renda e o incentivo à produção habitacional na aquisição de unidades imobiliárias. Foram essas linhas de ação que acabaram se transformando nos cinco principais eixos de atuação do Programa Habita Brasília, o qual classificou as ações com as seguintes nomenclaturas: Lote Legal, Morar Bem, Projeto na Medida, Aluguel Legal e Portas Abertas (BRASÍLIA, 2016).

E esses cinco eixos citados pelo programa devem atender às seguintes diretrizes gerais, classificadas em dez pontos, como: a promoção de formas de acesso à moradia digna; a priorização da provisão de moradia às famílias de baixa renda; a promoção de alternativas de moradia em áreas com infraestrutura urbana; a promoção do uso de imóveis urbanos ociosos para provisão habitacional; a promoção da Assistência Técnica; a priorização da atuação da Assistência Técnica em áreas caracterizadas como de interesse social; o incentivo a pesquisas e desenvolvimento de novas técnicas de produção; a implementação de meios adequados de acompanhamento e de controle do desempenho e de avaliação das ações do programa; a articulação da política habitacional com as demais políticas setoriais; e a promoção da ocupação do território de forma equilibrada (BRASÍLIA, 2016). Existem parâmetros legais que auxiliam no processo institucional. Entretanto, como alerta Paranhos, mesmo com toda uma base legal é preciso colocar em

prática e enfrentar a burocracia, que muitas vezes é um empecilho para o andamento dos processos.

[...] nós nos aproximamos da sociedade, principalmente do homem, a nossa contribuição a sociedade ela tem que ficar clara, nós não podemos nos perder nas normas e nas imagens da nossa profissão, temos que conduzi-la para que o respeito do homem ao nosso trabalho aconteça na prática (PARANHOS, 2018, transcrição da autora)³⁵.

Portanto, o coordenador da CODHAB iniciou a implementação dos postos de forma gradual, enfrentando dificuldades físicas e burocráticas como relata, porém, facilitando o acesso e o processo participativo aos moradores que, aos poucos, com os escritórios estruturados, se engajaram, facilitando todo o processo de atendimento. E a própria população, entendendo o trabalho que vinha sendo desenvolvido em outras regiões, passou a solicitar postos avançados em suas comunidades (IAB/SC, 2016).

Para participar do programa Habita Brasília, o cidadão deve estar inscrito ou se cadastrar no portal da CODHAB e, conforme o decreto, utilizar as linhas do programa. Essas podem ser utilizadas de forma complementar, ou seja, com exceção da linha que configura a aquisição de uma unidade habitacional, as demais não são excludentes entre si. Tem prioridade de atendimento as famílias que ganham até três salários mínimos³⁶ (HABITABRASÍLIA, 2016) e que se enquadram conforme a descrição a seguir.

O Lote Legal é uma linha do programa que entrega aos cidadãos, inscritos previamente no cadastro da companhia, lotes urbanizados e regularizados, ou seja, com rede de esgoto, abastecimento de água, rede de energia, iluminação pública e ruas pavimentadas. A prioridade desse eixo são terrenos próximos a centros urbanos, onde existe uma maior oferta de emprego, assim como escolas e postos de saúde (CODHAB, 2018).

O eixo Morar Bem é vinculado ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, o qual busca a construção de novas unidades habitacionais. O programa atinge cinco faixas de renda, onde a faixa 1 está classificada de zero até R\$1.800,00

³⁵ Depoimento do Arq. e Urb. Gilson Paranhos sobre o Programa de Assistência Técnica implantado em áreas de baixa renda de Brasília, DF, para o IAB em 19 de dezembro de 2018.

³⁶ Salário mínimo em 2016 R\$880,00, em 2017 R\$937,00 e em 2018 R\$954,00 (PORTALBRASIL, 2019).

reais e a faixa 4 acima de R\$9.000,00 até 12 salários mínimos. A política é que a implantação dessas novas habitações deve ocorrer em localidades com infraestrutura urbana adequada, onde exista rede de abastecimento de água, rede de esgoto sanitário, rede de energia elétrica, rede de iluminação pública, rede de instalações telefônicas, redes de drenagem de águas pluviais, pavimentação e equipamentos públicos, principalmente escolas, postos de saúde e de policiamento (CODHAB, 2018).

Tabela 3 - Faixa de renda eixo Morar Bem

Faixas de renda familiar	Renda mensal bruta
Faixa 1	De 0 a R\$ 1.800,00
Faixa 1,5	De R\$ 1800,00 a R\$ 2600,00
Faixa 2	De R\$ 2600,01 a R\$ 4000,00
Faixa 3	De R\$ 4000,01 a R\$ 7000,00
Faixa 4	De R\$ 7000,01 a 12 salários mínimos

Fonte: CODHAB (2019).

Outro eixo do programa Habita Brasília é o Aluguel Legal, também destinado às pessoas de baixa renda, especialmente as que já residem de aluguel e possuem um custo superior a 30% de sua renda para tal, além de idosos e pessoas em vulnerabilidade. O programa prevê local para moradia próximo a seus empregos e de serviços públicos e o valor cobrado está abaixo do praticado no mercado imobiliário. Os contemplados nessa linha também aguardam para ser contemplados em outras modalidades, como na lista para atendimento habitacional, no eixo Morar Bem.

Sobre o eixo intitulado Portas Abertas, esse consiste em incentivos do governo para o setor da construção promover e disponibilizar unidades habitacionais compatíveis com o praticado no programa Minha Casa Minha Vida. O público-alvo desse eixo é de famílias que possuem renda de até R\$6.500,00 mensais.

Já o Projeto na Medida tem o objetivo de garantir a qualidade das habitações de interesse social, atuando em edificações mais precárias, que necessitam de melhorias, como reforma ou ampliação, onde os arquitetos trabalham com projetos mais pontuais, caso a caso. Para tanto, a própria companhia lançou um esquema das possíveis intervenções para melhorias habitacionais, conforme a Figura 39. Essas ações de intervenção visam melhorias de iluminação e ventilação, ampliação de cômodos, reparos em coberturas, reforço estrutural, melhorias de pisos e

paredes com reboco e pinturas e reparos e melhorias em áreas molhadas, como banheiros, cozinhas e áreas de serviço, que são priorizadas e mais necessárias (CODHAB, 2018).

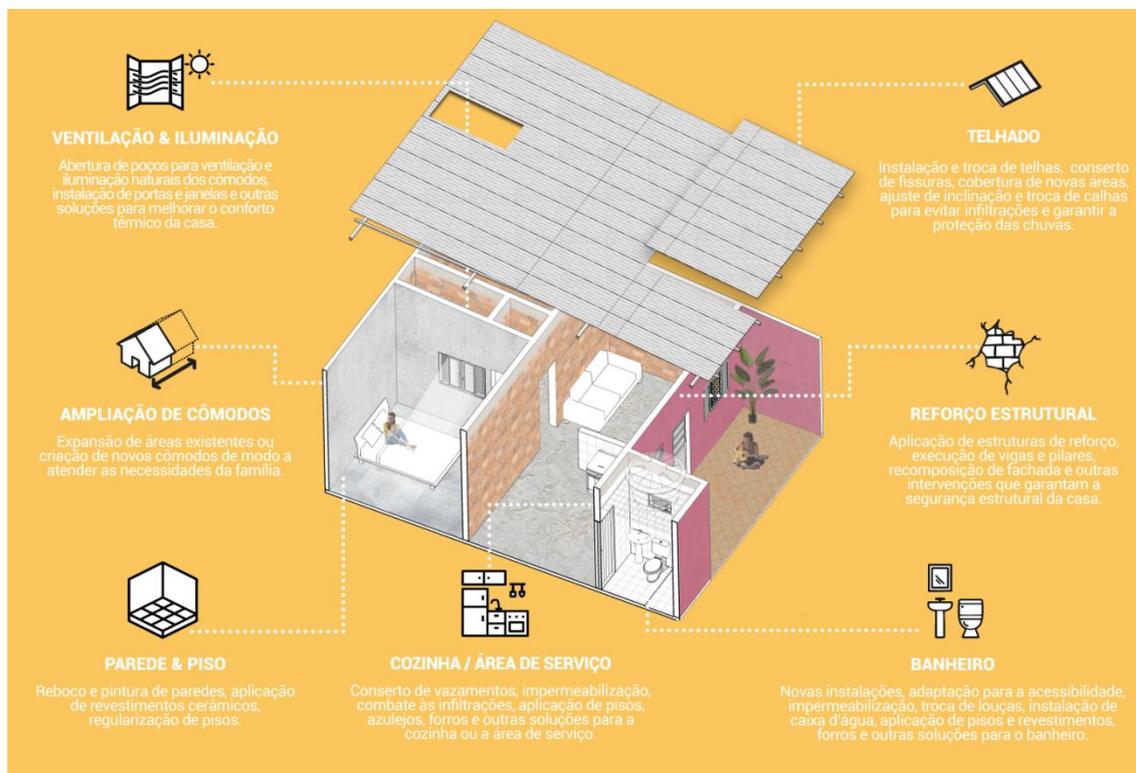


Figura 39 - Esquema melhorias habitacionais da CODHAB

Fonte: CODHAB (2018).

O projeto Na Medida ocorre através dos *Postos Avançados*. Esses recebem os moradores da região de abrangência que necessitam de auxílio para os projetos, execuções e fiscalizações das obras, realizando assim a Assistência Técnica e colocando em prática a Lei de nº 11.888/2008, aproximando o profissional do usuário final. O programa prevê um orçamento máximo de R\$13.500,00³⁷ por família para realização de projetos e obras de reforma. Os requisitos para participar desse programa são:

- ter renda familiar mensal de até três salários mínimos³⁸;
- morar no Distrito Federal há pelo menos cinco anos;

³⁷ Valor disponibilizado a Fundo Perdido, com recursos provenientes de Fundos do Governo do Distrito Federal (CODHAB, 2018).

³⁸ Salário mínimo em 2016 R\$880,00, em 2017 R\$937,00 e em 2018 R\$954,00 (PORTALBRASIL, 2019).

- morar em área de interesse social regularizada ou passível de ser regularizada;
- ser responsável pela residência;
- não possuir outro imóvel no Distrito Federal;
- a habitação apresentar problemas de salubridade e/ou segurança;
- e apresentar toda documentação necessária para tal (CODHAB, 2018).

As famílias interessadas nessa linha, cadastradas no programa, podem entrar em contato com os escritórios da CODHAB, com os postos avançados ou com as empresas executoras credenciadas, contratadas pela própria CODHAB, que também podem identificar os casos prioritários e encaminhar as famílias para entrevistas e avaliações. Como primeiro passo do processo é realizada uma visita pelos assistentes sociais na moradia, onde são coletados os dados socioeconômicos da família e recolhida toda documentação da família para posterior verificação. Depois é realizada uma visita técnica na habitação, que ocorre dentro de um prazo de até 10 dias, por profissionais arquitetos ou engenheiros, os quais realizam o levantamento técnico dessa habitação, gerando um formulário e um parecer técnico para a mesma (CODHAB, 2018).

Após a família ser habilitada pelo programa, é realizado um termo de adesão para se iniciar um estudo preliminar, onde a equipe técnica do posto avançado apresenta uma proposta de projeto junto à família. Essa proposta, que está sujeita à revisão, é apresentada através de *layout* e maquete e nesse momento é realizada uma ata dessa reunião de apresentação. Caso a família não aprove o projeto é realizada uma nova proposta dentro de um prazo de cinco dias para uma nova apreciação da família. Com o projeto aprovado, a equipe técnica possui um prazo de 15 dias para desenvolver o projeto executivo para a família, o qual é composto por desenhos técnicos, planilhas orçamentárias e um memorial descritivo, tudo entregue e registrado em ata. Quando a proposta entregue é aprovada pela família e pela CODHAB é feito um termo de recebimento que é encaminhado para a empresa executora, a qual realiza visita ao local junto à equipe técnica de projeto, onde são apresentadas as condições da obra e da família e, então, assinado o termo de início de obra (CODHAB, 2018).

Durante o andamento da obra, tanto a equipe técnica, quanto a equipe de assistência social acompanham a mesma junto à empresa executora, realizando relatórios sociais diários e mensais. Com a conclusão da obra, em um prazo estipulado de 20 dias, é realizado um termo de recebimento e as duas equipes (técnica e social) realizam um relatório técnico final e um relatório social de pós-intervenção. Para melhor compreensão das etapas, todo esse trâmite de ATHIS foi sintetizado pela CODHAB e divulgado de forma informativa para a população, conforme a Figura 40, disponível no site na companhia, na aba Assistência (CODHAB, 2018).



Figura 40 - Etapas de habilitação para melhoria habitacional
Fonte: CODHAB (2018).

Como resultado desse processo de melhoria habitacional, na Figura 41 podemos comparar um desses projetos de ATHIS com o antes e depois de uma

reforma realizada através do programa Projeto na Medida. O projeto realizado na casa da moradora Luiza Rosa melhorou as condições de salubridade na sua habitação, visto que a beneficiária não possuía cozinha, tinha sua habitação com paredes em alvenaria aparente, sem revestimento no piso e paredes e não tinha iluminação nem ventilação (CODHAB, 2018).



Figura 41 - Casa Luiza Rosa, reforma antes e depois
Fonte: CODHAB (2018).

Conforme o Portal CODHAB, até maio de 2018 o programa realizou 231 projetos executivos, beneficiou 1155 pessoas, realizou 9.240m² de intervenção, executou 137 reformas e ainda estava com 30 obras em andamento. Já na atualização de junho de 2019, o programa realizou 460 projetos, beneficiou 2300 pessoas, realizou 18.400m² de intervenção, executou 230 reformas e ainda possuía 50 obras em andamento³⁹.

Complementando o eixo Projeto na Medida são realizadas as chamadas Ações Urbanas Comunitárias, que ocorrem em formato de mutirão com a participação de profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo, tanto da companhia, quanto voluntários, e ainda contam com o auxílio dos moradores das comunidades locais. O intuito dessas ações, conforme a companhia descreve, é

³⁹ Projetos e obras custeados com verbas de Fundos do Governo do DF (CODHAB, 2018).

mudar de forma coletiva o espaço público, conectando governo e sociedade, tornando a sociedade protagonista dessa mudança.

As áreas selecionadas para realização dessas ações seguem os seguintes critérios: o interesse e a articulação da comunidade para melhorar e dar manutenção ao lugar; a área estar de acordo com o projeto urbanístico; a área estar regularizada ou apresentar facilidade de regularização; a existência de espaços residuais ou vazios urbanos que possam ser incorporados ao espaço público; a possibilidade de arborização e paisagismo; a existência ou iminência de implantação de infraestrutura; a conexão com praças ou espaços de relevância; o grande fluxo e permanência da comunidade; e o potencial do espaço para receber transformação (CODHAB, 2018).

Os eixos de atuação das ações urbanas ficam divididos em quatro frentes, conforme o Manual de Ações Comunitárias lançado pela CODHAB em 2017: revitalizações de fachadas; mobiliário urbano com material reciclado; arborização e plantio de hortas e jardins; e galeria de arte urbana.

Para o Arquiteto e Urbanista Luiz Sarmiento, responsável pelo projeto Ações Urbanas Comunitárias, é preciso “tirar a arquitetura do papel porque essa não vale muita coisa. Arquitetura social é uma valorização das práticas” (CAU/BR, 2017). Portanto, as ações tem o intuito de obter transformação de forma coletiva, onde a sociedade e o governo são os protagonistas dessa mudança. Sarmiento ainda aponta que “a troca de experiências, proporcionada pelo contato com as pessoas nos bairros contribui para melhorar a percepção dos profissionais sobre o ambiente em que estão inseridos” (CAU/GO, 2016).

Para efetivação de cada ação, além da participação da comunidade, dos voluntários sociais e técnicos, existe uma equipe de coordenação. Tal equipe, é composta por um coordenador técnico do posto avançado de ATHIS, um coordenador técnico voluntário, um coordenador comunitário, um coordenador da administração local e um artista convidado para realizar um painel para a galeria urbana da CODHAB.

Para um bom andamento das ações, elas são organizadas em oito etapas, com:

- a identificação dos desejos da comunidade, realizado a partir de reuniões com a comunidade;
- a identificação de locais ou áreas com potencial para a realização da ação, feitos através de mapas, imagens e visitas aos locais;
- a definição do local da ação, baseado nos critérios de seleção;
- a realização de desenho preliminar para intervenção;
- uma reunião com a comunidade e todos agentes envolvidos para apresentar o estudo preliminar, que também é realizado em formato de oficina, para definição do projeto final;
- a realização do projeto final mais o planejamento do mutirão, onde são feitos os levantamentos e a captação de recursos necessários para realizar a ação. Também é feita a organização da logística da ação, com a divulgação para comunidade;
- um mutirão, realizado por todos agentes envolvidos, onde as atividades são predefinidas pelos coordenadores para cada frente de trabalho. A inserção das crianças no mutirão também é prevista, assim como a alimentação para os envolvidos durante o dia da ação;
- a pós-ocupação, realização de visitas periódicas ao local com registro por meio de fotos, vídeos, entrevistas e anotações (CODHAB, 2017).

Um relatório geral divulgado no site da CODHAB sobre as ações urbanas realizadas entre o período de outubro de 2015 a abril de 2018, mostra que foram realizadas um total de 73 ações, sendo uma em 2015, 25 em 2016, 39 em 2017 e oito até abril de 2018. Nas ações, 163 ruas foram transformadas, 493 fachadas foram renovadas, sendo 438 fachadas pintadas e/ou rebocadas e 55 painéis artísticos realizados. Essas ações acabaram impactando 227 famílias de forma direta e 4.995 de forma indireta, totalizando 5.222 beneficiários (CODHAB, 2018).

O painel realizado no Sol Nascente trecho 1 (Figura 42) faz parte do projeto de uma das ações comunitárias realizadas, onde no local, entre os períodos de março a julho de 2017, foram efetuadas sete ações (numeradas como 35, 36, 37, 38, 42, 45 e 46), nas quais participaram 100 pessoas, entre voluntários externos e da comunidade junto aos integrantes da CODHAB. A coordenação geral foi dos arquitetos Luiz Sarmiento e Manuella Coelho. Foram realizados dois painéis

artísticos, a revitalização de 100 fachadas, como a destacada na Figura 43, plantadas 61 mudas, instalados três bancos e containers para descarte de resíduos sólidos (CODHAB, 2018).

A Galeria Urbana, como são chamados os painéis artísticos, são criadas para cada ação urbana comunitária, onde a comunidade auxilia no processo de criação, “[...] criando referências do lugar no espaço urbano, trazendo um cenário mais colorido e pleno de vida, tornando esses lugares únicos” (CODHAB, 2017). Dessa forma, os painéis acabam formando uma rede de espaços artísticos que podem ser mapeados como uma galeria de arte urbana aberta.



Figura 42 - Painel Artístico Ação Urbana no Sol Nascente trecho 1
Fonte: CODHAB (2018).



Figura 43 - Revitalização de Fachadas Ação Urbana no Sol Nascente trecho 1
Fonte: CODHAB (2018).

4.2.1 Agentes e Ações da CODHAB

O processo de Assistência realizado pela CODHAB em seus postos avançados envolve uma equipe com os seguintes profissionais servidores públicos agentes promotores de Assistência: arquitetos e urbanistas; engenheiros civis; e assistentes sociais.

A estrutura de Assistência Técnica, nesse caso, está inserida no programa do governo, o Habita Brasília, o qual é responsável pelo financiamento da mesma, ou seja, o técnico presta o serviço de ATHIS de forma gratuita à família, como previsto na Lei de ATHIS, mas é remunerado pelo seu serviço pelo governo, pois são profissionais concursados ou contratados pela companhia, sendo o governo também o agente financiador dessa Assistência Técnica. Em relação ao financiamento para execução dos projetos de ATHIS, isso também está previsto dentro do mesmo programa, quando a família é cadastrada e avaliada, sendo esse um projeto realizado com garantia de valor para execução, onde existe uma facilidade no processo de obtenção de recursos por estar inserido num mesmo organismo, a CODHAB.

Quando aos movimentos sociais, grupos organizados ou lideranças comunitárias, com a inserção dos postos avançados dentro das comunidades, o contato e a identificação com esses grupos se torna mais acessível e transparente, facilitando todos os processos de projeto e execução, pois se obtém maior diálogo e proximidade com as realidades envolvidas. Os postos acabam facilitando os processos participativos, que se tornam mais abrangentes, propiciando a participação do núcleo predominante dentro desse processo, os beneficiários. Salienta-se que esse processo também aproxima os moradores que não são envolvidos ou não estão inseridos dentro de grupos mobilizadores, não sendo esse um pré-requisito para que ocorra a assessoria técnica.

Cabe salientar que as ações comunitárias são processos que envolvem a conscientização entre os envolvidos, além de criar confiança entre os profissionais e os moradores, aumentando o grau de envolvimento e satisfação. Todavia, as ações não estão condicionadas ao processo de ATHIS nas localidades, não sendo um pré-requisito para que as melhorias ocorram, tanto na escala urbana, quanto para os

casos isolados, não sendo conectadas a outros agentes na análise do estudo de caso.

Nessa esfera, as entidades de classe, como o IAB, o CAU e os sindicatos, entram como órgãos essenciais para divulgação dessa aplicabilidade, de forma a difundir que é possível aplicar e replicar o sistema de postos avançados em outros estados e municípios. Porém, o IAB e os sindicatos não estão vinculados de forma direta nesse processo, sendo a CODHAB a principal articuladora. Quanto ao CAU, destaca-se que a instituição acaba cumprindo seu papel de entidade reguladora e fiscalizadora da profissão de arquitetura e urbanismo, garantindo as RRT's, como prevê a Lei nº 11.888/2008. Sendo uma propulsora, está então vinculada aos projetos da CODHAB de forma direta. As ações identificadas e desenvolvidas pela companhia são: regularização fundiária; projeto de melhorias habitacionais; projeto de melhorias urbanas e ações comunitárias urbanas.

4.2.2 Aplicabilidade de ATHIS pela CODHAB

De forma a sintetizar o processo de Assistência Técnica realizado pela CODHAB, foi feita uma análise das conexões realizadas entre os principais agentes envolvidos nesse processo, buscando entender quais são esses agentes, suas funções e como eles se relacionam. Assim sendo, foi criado um sistema de infográfico (como um quebra-cabeça), de forma a compreender essas interrelações, sintetizando essas ligações entre os agentes encontrados.

Para a leitura do infográfico 1, temos as seguintes definições:

- a. agente promotor de ATHIS: CODHAB – servidores públicos arquitetos e urbanistas, engenheiro civil e assistente social;
- b. agente financiador de ATHIS: Caixa Econômica Federal e Governo do DF;
- c. agente mobilizador de ATHIS: grupos sociais, associações de moradores, lideranças comunitárias, movimentos sociais;
- d. agente receptor de ATHIS: beneficiários que podem estar em grandes grupos ou em famílias com um ou mais indivíduos; e
- e. agente propulsor/fiscalizador de ATHIS: CAU/DF, IAB e Sindicatos.

Para melhor identificação visual, conforme metodologia adotada, os agentes promotores de Assistência Técnica são identificados com sua imagem na Peça Gráfica, os agentes financiadores de Assistência Técnica são identificados com a cor amarela, os agentes mobilizadores são identificados com a cor laranja, os agentes receptores de Assistência Técnica são identificados com a cor roxa e os agentes reguladores/fiscalizadores são identificados com a cor vermelha, como ilustrado no Infográfico 1.



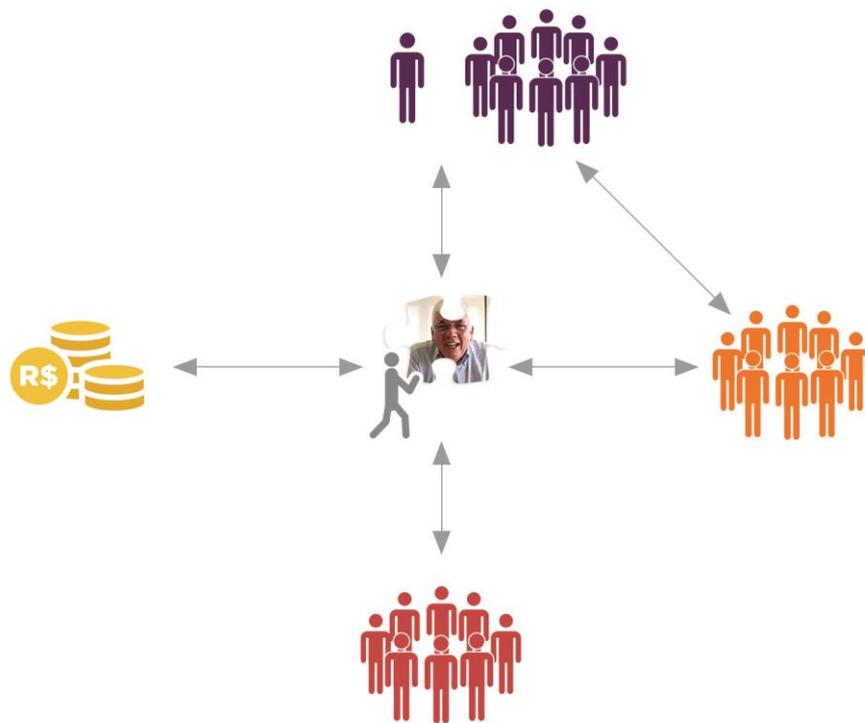
Infográfico 1 - Aplicabilidade de ATHIS pela CODHAB
Fonte: a autora (2019).

No esquema acima, a CODHAB é identificada no processo de Assistência Técnica na modalidade servidores públicos. Como agente central, a companhia é representada através dos profissionais dos postos avançados, que são os servidores públicos. Esses estão ligados diretamente aos beneficiários (roxo), aos grupos sociais (laranja), ao agente financiador de ATHIS (amarelo) e a entidade reguladora/fiscalizadora, o CAU, (vermelho).

Neste estudo, os agentes promotores atuam de forma direta junto aos beneficiários, independente dos mesmos estarem ligados a grupos mobilizadores ou participarem de ações conscientizadoras. Quanto aos beneficiários, identifica-se que os mesmos podem estar ligados à grupos mobilizadores e participarem de ações

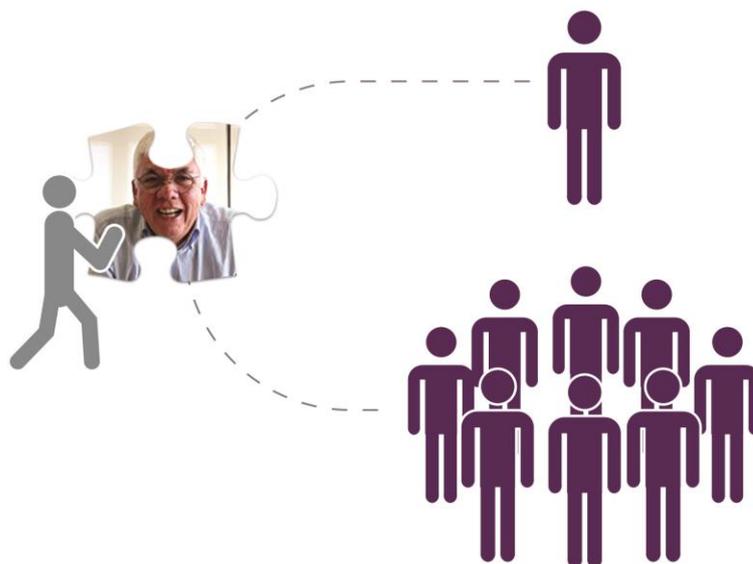
conscientizadoras, porém, essa relação não é um pré-requisito para que a aplicação da Assistência Técnica ocorra, mas um auxiliar do processo. Em relação ao agente financiador, nesse caso, ele está vinculado diretamente ao agente promotor, onde os dois fazem parte de um mesmo organismo, facilitando o aporte de recursos. Outras entidades entram no processo de forma indireta, como apoiadores e divulgadores do processo de ATHIS, como IAB e Sindicatos.

Nesse caso, é possível constatar que a CODHAB é um agente centralizador do processo de Assistência Técnica, sendo responsável pelas principais conexões. Isso porque ela atua de forma direta junto às comunidades, é responsável pelo aporte e aplicação dos recursos estando conectada com as entidades e se articula com os outros agentes para que a ATHIS ocorra, como ilustrado no Infográfico 2.



Infográfico 2 - Fluxograma ATHIS CODHAB
Fonte: a autora (2019).

Quanto à prioridade ou as formas de atendimento desse agente promotor, são identificados dois tipos, conforme o Infográfico 3: assistência técnica para grandes grupos ou de forma individual, pois os projetos realizados pela companhia atendem as escalas macro, para grandes grupos, e as escalas micro, para beneficiários individuais, com projetos caso a caso, como o das melhorias habitacionais.



Infográfico 3 - Identificação dos beneficiários de ATHIS pela CODHAB
Fonte: a autora (2019).

Portanto, com base nessas identificações, foi estruturado o Infográfico 4, mostrando todo o processo de ATHIS realizado pela CODHAB. Esse processo foi sintetizado e padronizado para aplicações através de agentes públicos, como um padrão para essa modalidade.

INFOGRÁFICO CODHAB

AGENTES ENVOLVIDOS



AGENTE PROMOTOR

- Servidores Públicos Arquitetos e Urbanistas
- Servidores Públicos Engenheiros Civis
- Servidores Públicos Assistentes Sociais



AGENTE REGULADOR/ FISCALIZADOR/PROPULSOR

- CAU/DF
- IAB
- Sindicatos



AGENTE FINANCIADOR

- Governo do Distrito Federal
- Caixa Econômica Federal



AGENTE RECEPTOR

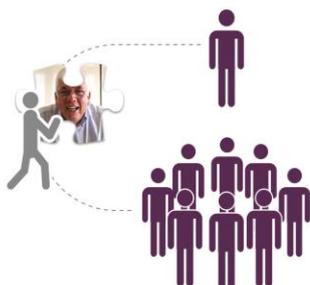
- Moradores do Distrito Federal inscritos no Programa Habita Brasília



AGENTE MOBILIZADOR

- Movimentos Sociais
- Associações de Moradores
- Líderanças Comunitárias

BENEFICIÁRIOS



SÍNTESE TEÓRICA



ATHIS

- Regularização fundiária
- Projetos de Melhoria Habitacional
- Projetos de Melhoria Urbana
- Ações Urbanas Comunitárias

4.3 Assistência técnica através de Organizações não Governamentais

ESTUDO DE CASO B

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATRAVÉS DE

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL



MARIANA ESTEVÃO

Diretora-Executiva da ONG Soluções Urbanas

 **Nascimento:** 15/06/1972

 **Formação:** Arquiteta e Urbanista (UFF)

Data de formação: 05/12/2008



 **Local:** Niterói/RJ

Organização sem fins lucrativos - ONG Soluções Urbanas

É uma organização composta por uma equipe interdisciplinar experiente em projetos de planejamento urbano, habitação e desenvolvimento socioambiental.

Atuação: trabalhar na promoção da habitação saudável e do desenvolvimento socioambiental junto às populações de baixa renda, através de desenvolvimento e aplicação de soluções técnicas de arquitetura e urbanismo capazes de serem apropriadas e re-aplicadas pelos membros das comunidades.

ATHIS



Figura 44 - Ficha - estudo de caso B
Fonte: a autora (2019).

O segundo estudo de caso, representando a segunda modalidade de aplicação da Lei de Assistência Técnica, através de integrantes de equipes de organizações não governamentais, é a ONG Soluções Urbanas. A ONG será analisada pelo fato de estar desenvolvendo o Programa Arquiteto de Família desde o ano de 2008, promovendo ações participativas para melhorias habitacionais (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

De acordo com o levantamento dos eventos do CAU (Tabela 1), a ONG Soluções Urbanas, através da Arquiteta e diretora Mariana Estevão, entre o período de 2014 ao 1º semestre de 2019, esteve presente entre os palestrantes dos eventos 20 vezes, onde 17 dessas vezes foram somente entre o ano de 2017 e 2018, num total de 97 eventos levantados. Entre todos os participantes dos eventos, ela foi a segunda mais representativa.

A ONG Soluções Urbanas é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Niterói no Rio de Janeiro. A instituição criada no ano de 2002 possui reconhecimento pelo seu trabalho⁴⁰, com sete premiações. Atua com um quadro profissional interdisciplinar, habilitados em projetos de planejamento urbano, habitação e desenvolvimento socioambiental para população de baixa renda, seguindo os moldes da estratégia da Saúde da Família (CAU/BR, 2018).

A diretora executiva e fundadora da ONG, a Arquiteta e Urbanista Mariana Estevão, possui formação pela Universidade Federal Fluminense, em 2008. Também é especialista em Saneamento Ambiental e em Gestão de Espaços Físicos de Saúde pela Escola de Saúde Pública da Fiocruz e mestre em Gestão do Espaço Urbano pela Universidade Federal Fluminense, sendo a idealizadora do Projeto Arquiteto de Família, o qual coordena.

A ONG foi criada como forma de captar recursos para colocar em prática o Projeto Arquiteto de Família, uma metodologia que promove melhorias habitacionais

⁴⁰ A ONG recebeu o 10º Prêmio Arquiteto e Urbanista do Ano em 2015 pela Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), o Título de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro em 2014 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Título de Utilidade Pública do Município de Niterói em 2013 pela Prefeitura Municipal de Niterói, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social em 2013 pela Fundação Banco do Brasil, o Prêmio FINEP de Inovação em 2013 pela Financiadora de Estudos e pesquisas, o Prêmio Generosidade em 2012 pela Editora O Globo e o *Building the Americas Award* em 2008 pela *3trd. Annual Comrades de la Construcción Awards GA* (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

com foco na promoção da saúde. Baseada na Lei nº11.888/2008, o intuito é a promoção, através de ATHIS, de desenvolvimento de tecnologias sociais e princípios de economia solidária para viabilizar suas obras. O propósito da instituição é o desenvolvimento de habitação saudável e o desenvolvimento socioambiental junto às populações de baixa renda, através do desenvolvimento e da aplicação de soluções técnicas de arquitetura e urbanismo que são capazes de serem apropriadas e reaplicadas pelos membros das comunidades (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

A Soluções Urbanas teve aporte financeiro do Instituto Vital Brazil⁴¹ para remuneração dos profissionais envolvidos nesse projeto. Com uma metodologia que reúne estratégias, como o reconhecimento dos problemas do território e os problemas da unidade habitacional, a ONG realiza a Assistência Técnica de forma individual com as famílias que recebem projeto para melhoria habitacional. Para tal, atua com o auxílio de profissionais arquitetos e urbanistas, engenheiros e assistentes sociais, com ações de viabilização de captação de recursos para mão de obra e materiais e, ainda, com a promoção da gestão da obra (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

O projeto atua com reformas habitacionais em residências autoconstruídas e visando diminuir riscos à saúde e a segurança dos moradores, com perspectivas à chamada habitação saudável e sustentável, como é a premissa do programa (SOLUÇÕES URBANAS, 2018). Como forma de incentivar a participação, compreensão e valorização do processo de projeto e obra, o método da instituição é trabalhar com projetos participativos, iniciando com um mapeamento de riscos, passando por um diagnóstico, até a elaboração de um programa de necessidades, realizados sempre de forma horizontal, com contato entre os profissionais e os beneficiários, que dão suporte durante todas as etapas, inclusive nas execuções das obras.

⁴¹ O Instituto Vital Brazil foi criado em 3 de junho de 1919 pelo médico Vital Brazil Mineiro da Campanha. Fica localizado no bairro de Vital Brasil, na cidade de Niterói, RJ, e é um órgão da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro vinculado à Secretaria de Estado de Saúde. O instituto é uma sociedade por Ações, de Economia Mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado que tem como missão contribuir para a promoção da saúde por meio de pesquisa, difusão de conhecimento científico e fabricação de produtos, com ética e responsabilidade social e ambiental (INSTITUTO VITAL BRASIL, 2019).

Para Mariana, o arquiteto que atua com melhorias habitacionais através da Assistência Técnica deve:

[...] ser capaz de executar e orientar a execução das intervenções que idealizou, deve estar preparado para lidar com as surpresas típicas das reformas, mas nem sempre usuais pelas características dessas construções (FNA, 2014, p.125).

De uma forma ilustrativa e didática, o método de avaliação dos problemas da habitação realizado pela ONG, denominado Mapas de Riscos, é um instrumento utilizado no processo de reconhecimento dos problemas da habitação. Essa técnica desenvolve a percepção dos moradores sobre as manifestações patológicas da mesma, como rachaduras, fissuras, umidade, infiltração, falta de iluminação, falta de ventilação, inacessibilidade, problemas elétricos, deformações, riscos externos, entre outros. Todas essas informações são representadas em formato de símbolos, os quais são transformados em adesivos, classificados em três cores, onde cada cor representa um grau de risco verificado durante a etapa de diagnóstico, sendo o amarelo um risco pouco grave, o laranja um risco de grau mediano e o vermelho um risco grave. Segundo o depoimento da Arquiteta:

Um dos pontos importantes é agir com rapidez [...] foi observado que quando o atendimento não é feito no momento do chamado, as famílias acabam realizando as benfeitorias sem acompanhamento técnico. Quando ele é feito, o arquiteto e urbanista define em conjunto com as famílias os pontos de patologia das residências e traça um plano de trabalho com ajuda de uma planta e de adesivos indicativos dos problemas a serem solucionados (FNA, 2015, s./p.).

Esse sistema de adesivos (metodologia da ONG) é preparado previamente (Figura 45) para que durante a visita técnica sejam colados sobre o croqui da habitação que está sendo visitada pela equipe. São os técnicos, junto aos moradores da residência, que identificam e colam os adesivos nos pontos onde se verificam danos.



Figura 45 - Oficina realizada na FAURB/UFPEL por Mariana Estevão
Fonte: Naurb (2017).

Portanto, o mapeamento de riscos é realizado de forma participativa (Figura 46) e é uma ferramenta que auxilia a detectar as falhas da construção. A metodologia também auxilia na compreensão dos principais problemas pelos moradores, alertando os mesmos a prevenir futuros danos, pois no momento do diagnóstico são relatados e observados os porquês dos danos detectados na habitação, como realizado na oficina feita no bairro Dunas na cidade de Pelotas, durante o Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica em 2017, coordenado pela Marina Estevão.



Figura 46 - Mapeamento de Risco realizado no Bairro Dunas em Pelotas
Fonte: Naurb (2017).

Da mesma forma que o diagnóstico é realizado, o programa de necessidades e o projeto de reforma são desenvolvidos junto aos beneficiários, onde cada caso é estudado e planejado para melhor servir e qualificar a vida dos moradores. Depois de aprovado e pronto, o projeto aguarda como será a forma de execução, que pode ocorrer:

- através da autoconstrução, que é realizada pelos moradores e principalmente quando um familiar é capacitado para executar, sempre com apoio técnico da ONG;
- através de mutirão, quando o morador é associado à feira de trocas e aos subsídios, pois assim são reduzidos os riscos de desperdício e o processo conta com auxílio de pelo menos um pedreiro; ou
- por empreitada, com a contratação de profissionais para a execução das intervenções, salientando que quando são associadas ao microcrédito habitacional, a instituição aponta que existe grande possibilidade de se ter resultados com maior qualidade (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

Para concretização das obras, a ONG tinha a intenção de utilizar recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para Assistência Técnica, como vinha utilizando na fase inicial de diagnósticos e elaboração de projetos. “A ideia era que a partir desse resultado, com projetos e orçamentos elaborados, pudéssemos acessar recursos da mesma fonte para a execução das obras” (FNA, 2014, p. 127). No entanto, os recursos do FNHIS não puderam ser mais acessados para esse fim e a instituição passou a buscar outras fontes de recursos.

A Feira de Trocas Solidárias foi a primeira estratégia pensada para captar recursos e foi inspirada nos processos de economia solidária, pois alia o incentivo à educação ambiental e a valorização dos produtos adquiridos pelos moradores. A Feira de Trocas é um projeto que passou a andar junto ao programa, pois oferece materiais de construção para as famílias que fazem parte do projeto comprar o que necessitam para suas reformas. Os moradores compram os produtos da feira com

uma moeda local, que é conquistada com a doação de embalagens Tetra Pak⁴² (FNA, 2014).

Essas embalagens são enviadas a um fabricante parceiro da instituição, sendo recolhidas e destinadas à reciclagem. Deixando de virar resíduo, elas viram matéria-prima para a fabricação de telhas ecológicas, retornando para a Feira e sendo utilizadas nas reformas dos telhados das casas. A feira também recebe doação de materiais de lojas de construção que estão em bom estado de conservação, além de produtos arrecadados através de outros doadores, como sobras da construção civil (FNA, 2014).

A feira, realizada a cada dois meses no centro comunitário do Morro Vital Brasil⁴³ (Figura 47), foi uma das estratégias desenvolvidas para facilitar a compra de produtos na área da construção. O centro comunitário também foi resultado de uma das ações estratégicas do projeto, construído durante uma oficina de capacitação ofertada aos moradores, como forma de instruir, habilitar e qualificar profissionais da localidade, que possam reformar suas habitações e de outros moradores da comunidade. Na oficina são abordadas estratégias e formas de intervenção que impactam na qualidade da moradia, com intuito de alertar e socializar esse conhecimento (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

⁴² A Tetra Pak é uma empresa líder mundial em soluções para processamento e envase de alimentos, criada em 1951, como AB Tetra Pak foi fundada em Lund, na Suécia, por Ruben Rausing e possui sede no Brasil desde 1978. Com o objetivo de promover a coleta seletiva no Rio de Janeiro, a empresa fez uma parceria com o Projeto de Família, onde para adquirir as telhas, as famílias da região podem trocar embalagens do tipo longa vida pós-consumo pela moeda social “trocado vital”. Cada quatro embalagens (caixinhas de Leite, molho de tomate, suco, leite condensado e outros) equivalem a um trocado vital e a telha vale cinco trocados. O principal objetivo é permitir que as famílias atendidas tenham acesso a um material de qualidade, sem uso do dinheiro e, com isso, possam fazer as melhorias propostas pelo projeto (TETRA PAK, 2012).

⁴³ O Morro Vital Brasil está localizado no bairro Vital Brazil no município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro (PREFEITURA DE NITERÓI, 2015).



Figura 47 – 7ª Edição da Feira de Trocas
Fonte: Soluções Urbanas (2012).

Além da oficina, que construiu o centro comunitário, a ONG promove outros cursos de capacitação na área da construção civil para que os próprios moradores possam auxiliar nas execuções dos projetos na comunidade e também como um incentivo a geração de emprego e renda. A capacitação é importante, pois a etapa de execução foi o maior empecilho apontado pelo projeto Arquiteto de Família, onde algumas famílias não podem desprender grandes recursos para contratação da execução. Dessa forma, como relata Estevão, “[...] percebemos que o trabalho só se conclui com a obra executada e, nesse sentido, criamos uma série de instrumentos para viabilizá-las” (FNA, 2014, p. 126).

A princípio, entendíamos que a partir da elaboração dos projetos de arquitetura e planejamento das obras teríamos instrumentos suficientes para que as famílias conseguissem promover as suas obras por conta própria. Mas em seguida percebemos que apesar da relação que estabelecemos com as famílias ter despertado o interesse de muitas em promover melhorias em suas casas, apenas os projetos não levaram à execução de obras, salvo raras exceções, ainda assim não garantiram a qualidade das mesmas (FNA, 2014, p. 126).

Assim, passou-se a entender que os “[...] pilares para a melhoria habitacional são a Assistência Técnica para projeto e obra, a mão de obra qualificada e a viabilização econômica” (FNA, 2014, p. 126). E para concretizar as obras foi criado o microcrédito, com um fundo de crédito rotativo, onde foram adotados valores baixos,

como R\$1200,00⁴⁴ para as famílias pagarem mão de obra e o material faltante para execução.

Como resultado do processo, através do antes e depois (Figura 48), a casa da Carina foi umas das habitações que conseguiu realizar o projeto e executar a obra, melhorando a sua qualidade de vida.



Figura 48 - Antes e depois reforma da Casa Carina
Fonte: Soluções Urbanas (2018).

Atualmente, o programa busca atuar em outras comunidades e procura outras parcerias e financiamentos para implementação da metodologia. Portanto, em julho de 2018 a ONG lançou uma plataforma de financiamento coletivo para arrecadar recursos para efetuar as reformas. A plataforma (Figura 49) foi criada exclusivamente para o Programa Arquiteto de Família e foi financiada com os recursos destinados à ATHIS pelo CAU/RJ, recurso proveniente dos 2% aprovados pelo CAU/BR (2018).

⁴⁴ Valor apontado no ano de 2014 pela arquiteta Mariana Estevão no Seminário de Assistência Técnica e Direito à Cidade. Salário Mínimo em 2014 era de R\$724,00 (PORTAL BRASIL, 2019).

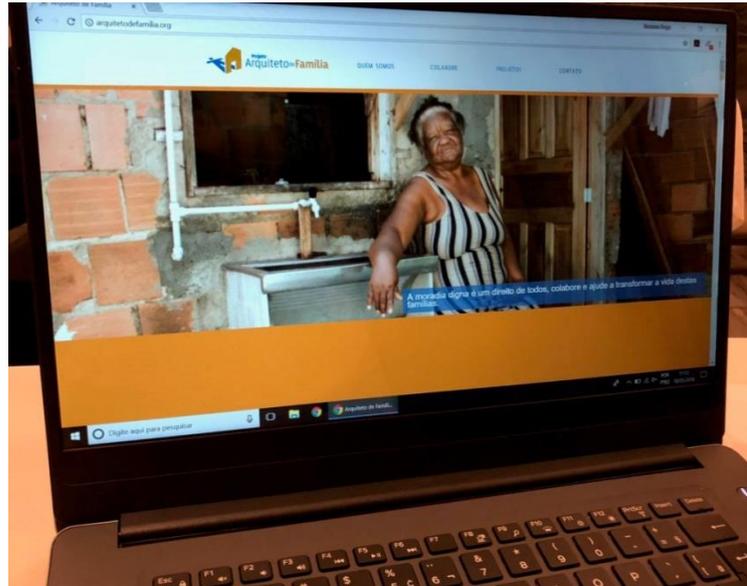


Figura 49 - Plataforma Arquiteto de Família
Fonte: CAU/BR (2018).

O intuito dessa plataforma virtual foi desenvolver uma forma de tentar solucionar o maior entrave do programa, que são os recursos. Sendo assim, é destacada na plataforma todas as informações sobre a família, o projeto e o valor necessário para execução da obra, onde qualquer cidadão pode acessar⁴⁵ (Figura 49) e fazer uma doação para que esse projeto possa se concretizar (CAU/BR, 2018).

De acordo com Mariana (2018), os recursos que são arrecadados para a execução das melhorias através do financiamento coletivo pela plataforma também podem ser somados a outras fontes de arrecadação de recursos, como o microcrédito e as feiras de trocas. A arquiteta destaca que no custo total a ser arrecadado para os projetos estão inclusos, além dos materiais e despesas com a mão de obra, quando é necessária, as despesas com a Assistência Técnica prestada para a família pelos profissionais habilitados, arquitetos e engenheiros, os quais devem ser remunerados pelo seu serviço (CAU/BR, 2018).

A diretora da ONG ainda aponta que a plataforma pretende atender profissionais arquitetos e urbanistas que prestam ou que desejam prestar Assistência Técnica de interesse social nessa área. Dessa forma, esses profissionais “poderão também cadastrar seus projetos para captação de recursos”,

⁴⁵ No site, www.arquitetodefamilia.org existe a opção “Colabore”, onde pode ser doado um valor mensal ou se realizar um pagamento de um valor único (CAU/BR, 2018).

o que deve permitir um aumento considerável na escala da plataforma (CAU/BR, 2018, s./p.). E relata:

A plataforma, contudo, pode ser uma janela de oportunidade para a geração de negócios no território e de abertura de um novo mercado de trabalho para arquitetos e urbanistas (CAU/BR, 2018, s./p.).

Além do projeto para criação da plataforma, Mariana sempre participou de palestras e ofereceu minicursos⁴⁶, como verificado nos dados levantados pelos eventos realizados pelo CAU, disseminando o programa e a metodologia desenvolvida pela instituição. Ela diz que as ferramentas da ONG Soluções Urbanas ficam disponíveis tanto para outras instituições quanto para outros profissionais de outras localidades, que gostariam de reproduzir o mesmo método ou ainda utilizá-lo como base para outras metodologias, podendo aprimorá-los. E descreve:

A ideia surgiu da demanda de profissionais que procuravam reproduzir nossa experiência em outras cidades. Percebi a necessidade de sistematizar nosso conhecimento e transformar as ferramentas usadas pela equipe em um meio que pudesse apoiar esses profissionais (REVISTA PROJETO, 2018, s./p.).

O projeto agora está com uma atuação no estado de São Paulo, na cidade de Mauá, que fica na região metropolitana de São Paulo, especificamente no bairro São Mateus. E a proposta, segundo o programa, é expandir para outros municípios do ABC paulista, em especial nas localidades onde o Banco do Povo Crédito Solidário⁴⁷ se encontra, pois essa instituição oferece crédito para famílias executarem seus projetos, custeando as obras e os profissionais.

Em Niterói desenvolvemos a metodologia, o que significou repensar toda a forma de atuação do arquiteto e o processo projetual para adequá-lo às necessidades e dinâmica das famílias e aos recursos disponíveis. Criamos estratégias, ferramentas e diretrizes de abordagem, comunicação, diagnóstico, priorização de intervenções, soluções construtivas, gestão de obras e acesso aos recursos para viabilizá-las (REVISTA PROJETO, 2018, s./p.).

⁴⁶ Somente em 2018 a ONG relata que foram 19 palestras e 8 oficinas de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, em 14 diferentes Estados do Brasil, com quase 2.000 participantes. E ainda divulga que ocorreram 02 capacitações com experimentação prática em São Paulo, para 37 pessoas e 15 famílias, as quais foram atendidas por profissionais de arquitetura que nunca tinham atuado com a população de baixa renda (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

⁴⁷ Banco que oferece serviços de microfinanças aos empreendedores populares e de baixa renda, fortalecendo suas atividades econômicas e contribuindo para o desenvolvimento local e sustentável. Possui oito unidades de atendimento no Estado de São Paulo, sendo uma delas em Mauá (BPCS, 2019).

Outra novidade que a ONG está desenvolvendo para facilitar a metodologia é a criação de um aplicativo interativo, onde se propõe cruzar dados sobre as condições das construções. A intenção é realizar de forma digital o mesmo processo já realizado manualmente com o mapeamento de riscos. A ideia é alimentar o programa com dados sociais e as informações sobre as moradias de um determinado local, para posterior mapeamento das condições das mesmas. Lançado junto ao projeto da plataforma virtual, Mariana explicou que o programa permite também georreferenciar as moradias, com intenção de futuramente ser vinculado a plataforma (CAU/RJ, 2016).

O aplicativo também cria mapas para diagnóstico do território a partir do georreferenciamento. A ideia é não apenas capacitar os profissionais, mas dar a eles o suporte necessário para atuarem individualmente, como organização, coletivo ou empresa, multiplicando a prática da ATHIS para melhorias habitacionais (REVISTA PROJETO, 2018, s./p.).

Em 2018 e com perspectivas para 2019, o objetivo da ONG é cumprir uma agenda com cursos de capacitação, denominado: *Vivência em Assistência Técnica para Melhorias Habitacionais*. Nessa, tem como meta formar profissionais na área de ATHIS utilizando a metodologia do Programa Arquiteto de Família. O propósito é atender, através dos cursos, 100 famílias na localidade de São Mateus, podendo para isso ter até quatro cursos com prática nessa região (CAU/BR, 2018). No período de 2018, a instituição aponta que já realizou duas capacitações com experimentação prática em São Paulo, atendendo 37 pessoas e 15 famílias (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

Empresas como a Arquitecasa, que trabalha com a criação de sistemas que apoiam o setor da construção civil, e o Banco do Povo Crédito Solidário, que oferta microcrédito, são parceiras do curso, assim como o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de São Paulo, apoiador da formação dessa prática profissional. Na Vivência, o banco oferece para as famílias que participam do projeto valores entre R\$7.000,00 e R\$10.000,00 a juros baixos e cerca de 10% do valor é destinado para pagar os arquitetos e urbanistas que elaboraram os projetos de Assistência Técnica (CAU/BR, 2018).

Em 2019, a data do primeiro curso ocorrido em São Mateus, em Mauá/SP, foi no dia 2 de fevereiro, com um seminário de encerramento no dia 08 de março, ocorrendo então em 10 dias. O curso é direcionado para profissionais e estudantes

das áreas de arquitetura ou engenharia, design e técnicos em edificações, como foco principal, podendo participar também profissionais de outras áreas de atuação, como, por exemplo, da área social (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

O curso é dividido em oito oficinas diárias, realizadas em sequência, sendo as cinco primeiras em formato de aula teórica e as três oficinas restantes focadas na prática, com visitas, diagnósticos e debates sobre os projetos (Figura 50). Com um intervalo de uma semana, ocorre a entrega dos projetos e orçamentos, que devem ser enviados de forma digital para a organização do curso. Após um período de pouco mais de duas semanas, ocorre um seminário de encerramento com a avaliação do processo e dos resultados (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).

A programação do curso está estruturada da seguinte forma:

- oficina 1: aula sobre complexidades socioambientais;
- oficina 2: aula sobre a metodologia do Programa Arquiteto de Família;
- oficina 3: aula com simulação sobre atendimento às famílias;
- oficina 4: aula com Arquitecasa e a simulação de planejamento de obra;
- oficina 5: aula sobre a ferramenta de diagnóstico;
- oficina 6: atendimento às famílias;
- oficina 7: debate sobre as prioridades de intervenção;
- oficina 8: debate sobre os projetos;
- entrega virtual: após diálogo com clientes e fornecedores, entrega dos projetos e orçamentos; e
- seminário de encerramento: avaliação dos processos e resultados (SOLUÇÕES URBANAS, 2018).



Figura 50 – Visita realizada durante a oficina em Mauá
Fonte: Rede Social ONG Soluções Urbanas (2018).

O curso foi estruturado para ocorrer no período noturno, das 18h às 22h, com exceção da oficina 6, com atendimento às famílias, que ocorre durante todo dia, das 8h às 18h, com programação preparada para ocorrer durante um sábado. O curso possui um valor de investimento de R\$834,00,⁴⁸ porém, a coordenadora salienta que com o auxílio do microcrédito, para os projetos executados, o valor de ATHIS será ressarcido aos profissionais, podendo o investimento ser zerado. “É um curso com experimentação prática. Você se inscreve, aprende a metodologia e depois é remunerado pelo trabalho”, afirma a arquiteta Mariana Estevão (CAU/BR, 2018, s./p.).

Uma enquete organizada pela ONG através das redes sociais verificou que outras cidades possuíam interesse pelo curso, sendo então programados workshops de um dia pela instituição com o objetivo de ampliar a rede de fomento e suporte a prática de Assistência Técnica. Esses workshops foram elaborados com base na experiência iniciada com o Projeto Arquiteto de Família e com as Vivências ministradas em São Paulo (SOLUÇÕES URBANAS, 2018). Assim sendo, no primeiro semestre de 2019 foram realizados seis workshops, iniciando pelo Rio de Janeiro em 23/03/2019, depois Porto Alegre em 30/03/2019 (Figura 51), Curitiba em

⁴⁸ Valor divulgado em reportagem do CAU/BR com a Arquiteta Mariana Estevão em 2018 (CAU/BR, 2018).

27/04/2019, Maceió em 25/05/2019, Juiz de Fora em 01/06/2019 e Belo Horizonte em 08/06/2019.



Figura 51 - Workshop realizado em Porto Alegre
Fonte: Facebook Soluções Urbanas (2019).

4.3.1 Agentes e Ações da ONG Soluções Urbanas

O processo de Assistência Técnica realizado pela ONG envolve uma equipe com os seguintes profissionais agentes promotores de Assistência Técnica: arquitetos e urbanistas, engenheiros civis, técnicos em edificações e assistentes sociais.

A estrutura de Assistência Técnica da ONG Soluções Urbanas já ocorreu com financiamento público, através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do financiamento do Instituto Vital Brasil, recursos esses de uma instituição de economia mista. Atualmente, seu principal recurso é proveniente de parcerias com instituições privadas, bancos solidários com aporte para microcrédito e doações, podendo assim ressarcir financeiramente os técnicos responsáveis pelo serviço de ATHIS, que é realizado de forma gratuita à família, como previsto na Lei de Assistência Técnica, mas remunerado pela instituição, pois são profissionais vinculados ao quadro de funcionários da ONG.

Nessa modalidade de aplicação de ATHIS, os valores para execução podem ser realizados através do microcrédito, do sistema mutirão, das Feiras de Trocas ou

ainda com a captação de recursos através das doações. Quanto ao sistema de doações, que pode ser feita pela plataforma virtual, não existe uma garantia do valor da execução, podendo o projeto ficar em um período de espera para poder ser executado.

Quando aos movimentos sociais, grupos organizados ou lideranças comunitárias, a ONG possui um trabalho atuante junto a esses agentes, atuando dentro de um território específico, sendo mais acessível a identificação dessas lideranças, o que facilita o contato direto com as famílias que mais necessitam de Assistência Técnica, traçando metas de trabalho e simplificando a atuação da ONG. Como a instituição não possui uma sede nesses locais, os centros comunitários ou associações são importantes para que ocorram as Oficinas de Capacitação, Feira de Trocas e reuniões com as famílias, facilitando todos os processos de projeto, pois se obtém maior diálogo e proximidade com as realidades envolvidas. Salienta-se, também, que nesse caso o processo acaba aproximando também outros moradores que não estão envolvidos ou inseridos dentro desses grupos mobilizadores, fazendo com que essas pessoas passem a se envolver e participar das atividades da instituição.

As entidades de classe, como IAB, CAU e os Sindicatos, entram como órgãos essenciais para divulgação dessa aplicabilidade, de forma a difundir que é possível realizar Assistência Técnica com foco em melhorias habitacionais que visam o bem estar e saúde dos moradores. Contudo, o IAB e os sindicatos não estão vinculados de forma direta nesse processo, sendo a ONG a principal articuladora.

É importante salientar que o CAU acaba cumprindo vários papéis nessa esfera, sendo o propulsor das atividades realizadas, principalmente quando destina verba para auxiliar nos projetos da instituição. Como exemplo disso, temos a Plataforma Arquiteto de Família, que também é um agente financiador, que apoia as práticas de ATHIS, e um agente regulador/fiscalizador, pois garante que esses locais tenham RRT facilitada a partir de novembro de 2019, onde a RRT social passou a vigorar.

As ações identificadas e desenvolvidas pela Soluções Urbanas são: projeto de melhorias habitacionais; oficina de capacitação na área da construção civil;

projeto de economia solidária – a Feira de Trocas; e oficinas e workshops de capacitação para a prática de Assistência Técnica.

4.3.2 Aplicabilidade de ATHIS pela ONG Soluções Urbanas

De forma a sintetizar o processo de Assistência Técnica realizado pela ONG, foi feita uma análise das conexões realizadas entre os principais agentes envolvidos nesse processo, buscando entender quais são esses agentes, suas funções e como eles se relacionam. Assim sendo, foi criado um sistema de infográfico (como um quebra-cabeça), de forma a compreender essas interrelações, sintetizando essas ligações entre os agentes encontrados.

Para leitura do Infográfico 5, temos as seguintes definições:

- a. agente promotor de ATHIS: ONG Soluções Urbanas - arquitetos e urbanistas, engenheiros civis, técnicos em edificações e assistentes sociais;
- b. agente financiador de ATHIS: Fundo de Nacional de Habitação de Interesse Social, Instituto Vital Brasil, CAU/RJ, fundos privados, Banco do Povo Solidário e doações;
- c. agente mobilizador de ATHIS: grupos sociais, associações de moradores, lideranças comunitárias e movimentos sociais;
- d. agente receptor de ATHIS: beneficiários, como grupos familiares, com um ou mais integrantes;
- e. agente regulador/fiscalizador/propulsor de ATHIS: CAU/RJ, IAB e Sindicatos; e
- f. agente conscientizador de ATHIS: ONG Soluções Urbanas – Feira de Trocas, sistema de mutirão ou ajuda mútua.

Para uma melhor identificação visual, conforme metodologia adotada, o agente promotor de Assistência Técnica estudado foi identificado com uma peça gráfica com sua imagem, os agentes financiadores de Assistência Técnica foram identificados com peças gráficas na cor amarela, os agentes mobilizadores foram identificados com peças na cor laranja, os agentes receptores de Assistência Técnica foram identificados com peças na cor roxa, os agentes

reguladores/fiscalizador/propulsores foram identificados com peças na cor vermelha e os agentes conscientizadores foram identificados com peças na cor verde, como ilustrado no Infográfico 5.



Infográfico 5 - Aplicabilidade de ATHIS pela ONG Soluções Urbanas
Fonte: a autora (2019).

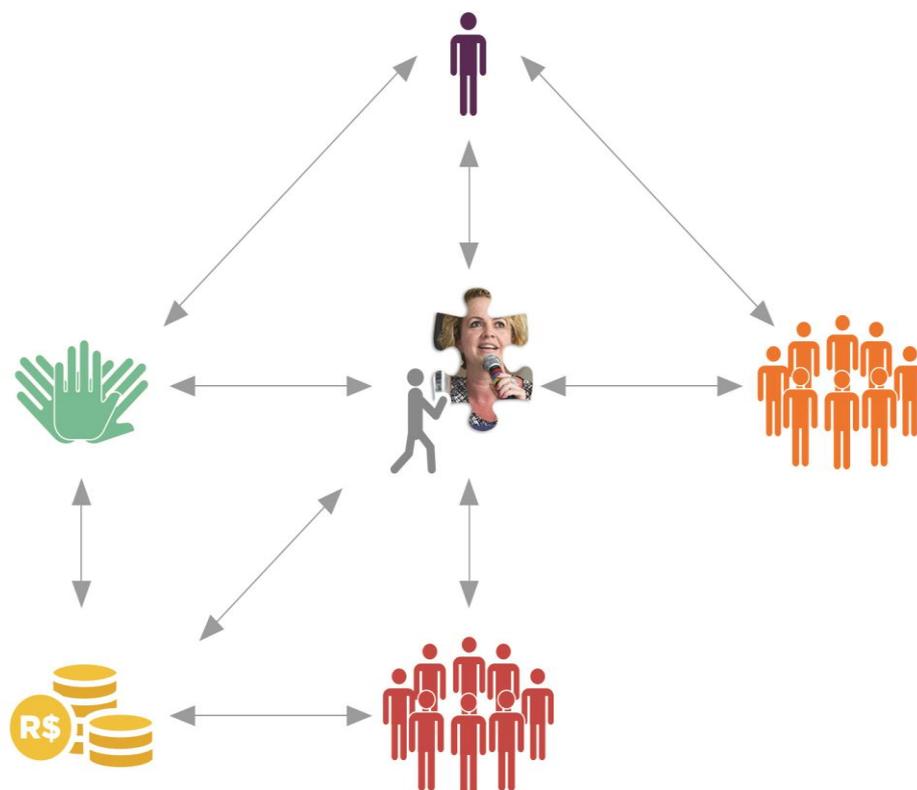
No esquema apresentado no Infográfico 5, é identificado o processo de Assistência Técnica realizado pela ONG Soluções Urbanas. O agente ao centro, a ONG Soluções Urbanas, atua através dos profissionais vinculados ao quadro da instituição, que estão ligados diretamente aos beneficiários (roxo), aos grupos mobilizadores (laranja), aos agentes financiadores de ATHIS (amarelo), à entidade propulsora/reguladora, o CAU (vermelho), e às atividades conscientizadoras (verde).

Quanto aos beneficiários, eles podem estar ligados também aos grupos mobilizadores, porém, esse não é um pré-requisito para que a aplicação da Assistência Técnica ocorra, mas um auxiliar do processo. O contrário ocorre com o agente conscientizador, que é a própria ONG, atuando através das ações solidárias, as quais são um pré-requisito para que o beneficiário seja atendido pela instituição, participando das Feiras de Trocas, dos mutirões, reuniões e oficinas, fazendo com

que a ONG atue em duas frentes de trabalho: como promotora e como conscientizadora.

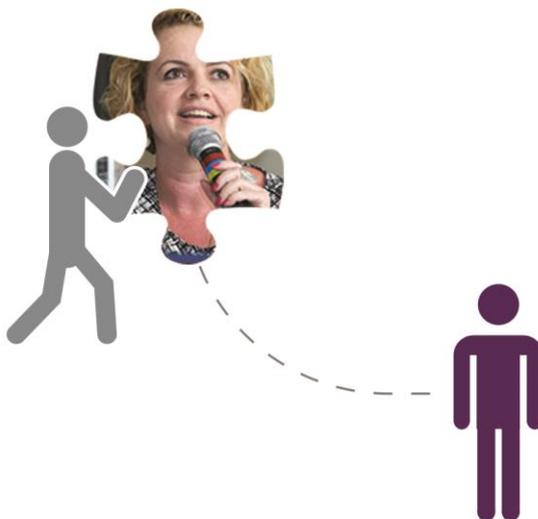
Nesse caso, é possível constatar que a ONG descentraliza o processo de ATHIS e o beneficiário tem um papel importante no processo. Isso porque é necessário ele estar conectado às ações da instituição para buscar recursos financeiros para seu projeto e execução, sendo também um responsável pela articulação do processo.

A ONG, sem um aporte financeiro público, precisa buscar fontes de recursos diretamente nas instituições privadas, bancos ou doações, tanto para sua manutenção, quanto para auxiliar seus beneficiários. Possui, portanto, um papel importante na busca de financiamento, de forma direta ou através de agentes propulsores, como o CAU/RJ. Assim, o fluxograma da ONG fica estruturado da seguinte forma:



Infográfico 6 - Fluxograma ATHIS ONG Soluções Urbanas
Fonte: a autora (2019).

Quanto a prioridade ou as formas de atendimento desse agente promotor, é identificado somente um tipo: para grupos familiares, com um ou mais integrantes. Isso porque os projetos atendem as escalas micro, beneficiários individuais, com projetos caso a caso, como as melhorias habitacionais.



Infográfico 7 - Beneficiários de ATHIS pela ONG Soluções Urbanas
Fonte: a autora (2019).

INFOGRÁFICO ONG SOLUÇÕES URBANAS

AGENTES ENVOLVIDOS



AGENTE PROMOTOR

- Arquitetos e Urbanistas
- Engenheiros Cívicos
- Técnicos em Edificações
- Assistentes Sociais



AGENTE REGULADOR/ FISCALIZADOR/PROPULSOR

- CAU/RJ
- IAB
- Sindicatos



AGENTE FINANCIADOR

- Fundo Nacional de HIS
- Fundo de Instituição de Economia Mista
- Fundos Privados
- Banco do Povo Solidário
- Doações
- CAU/RJ



AGENTE RECEPTOR

- Moradores do local de atuação da ONG, participantes do projeto Arquiteto de Família



AGENTE MOBILIZADOR

- Movimentos Sociais
- Associações de Moradores
- Líderanças Comunitárias



AGENTE CONSCIENTIZADOR

- Feira de Troca Solidária
- Sistema de Mutirão
- Oficinas de Capacitação

BENEFICIÁRIOS



SÍNTESE TEÓRICA



ATHIS

- Projetos de melhoria habitacional

- Oficina de capacitação para construção civil

- Projeto de economia solidária: a feira de trocas

- Oficinas de capacitação para a prática de ATHIS.

- Workshop de capacitação para a prática de ATHIS

Infográfico 8 - Quadro geral de ATHIS ONG Soluções Urbanas
Fonte: a autora (2019).

4.4 Assistência Técnica através da Residência Acadêmica

ESTUDO DE CASO C

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATRAVÉS DE RESIDÊNCIA ACADÊMICA



ÂNGELA GORDILHO SOUZA

Coordenadora e Prof^ª da Residência
AU+E/UFBA

 **Nascimento:** 14/07/1949

 **Formação:** Arquiteta e Urbanista (UFBA)
Data de formação: 1/12/1975



 **Local:** Salvador/BA

Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - RAU+E

Curso de pós-graduação *lato sensu* para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade

Atuação: viabilizar capacitação profissional e cidadã para assistência técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada para comunidades carentes e municípios aderentes, como atividade integrada de ensino, pesquisa e extensão, de forma participativa e pluridisciplinar, para implementação de projetos inovadores nessas áreas de atuação, contribuindo para melhor qualidade de moradia e inclusão social.

ATHIS

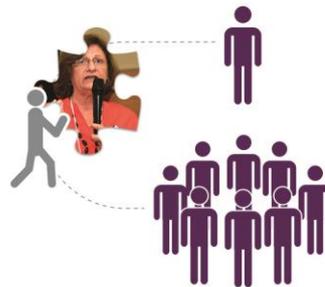


Figura 52 - Ficha - estudo de caso C
Fonte: a autora (2019).

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) realizou um programa de Resistência em Arquitetura e Urbanismo, na área de Planejamento e Gestão Urbana, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo. Apesar disso, o estudo de caso selecionado para essa aplicabilidade será o da Residência Acadêmica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

A FAU/USP realizou um curso com duração de um ano, que ocorreu entre 03 de novembro de 2015 a 29 de novembro de 2016, com uma turma de 32 participantes, selecionados entre 210 candidatos. O programa foi criado na área das políticas de cultura e extensão da USP, combinando atividades teóricas e práticas, sendo uma formação estratégica tanto para a Universidade quanto para a sociedade (LEME; MARTINS 2018).

A residência da FAU/USP foi criada para que o profissional adquirisse capacitação para atuar em atividades que envolvessem políticas de intervenção na realidade socioespacial das cidades brasileiras. Para isso, buscou uma parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, onde o programa combinou aulas teóricas, laboratoriais e práticas (LEME; MARTINS 2018).

Visto que a estratégia e o campo de atuação teórico e prático são relativamente parecidos, a Residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia da UFBA (RAU+E) será estudada. Isso porque, ao contrário da Residência da FAU/USP, que teve somente uma edição, a RAU+E já está se encaminhando para sua 4ª edição, com 73 residentes formados⁴⁹, sendo a primeira residência nesse formato no Brasil.

O curso da UFBA foi aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade em dezembro de 2011, mas efetivamente iniciado em outubro de 2013, sendo uma “proposta pioneira nessa área de atuação, pautada na Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro” (GORDILHO SOUZA, 2016, p. 12). Portanto, o Programa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia será exemplificado dentro das modalidades previstas na Lei de ATHIS, no que se refere aos profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura,

⁴⁹ Dado divulgado em reportagem do CAU/BR à Coordenadora Ângela Gordilho (CAU/BR, 2018).

urbanismo ou engenharia ou programas de extensão universitária. Haja vista que, com três turmas formadas, já possui um processo de aprimorando de sua metodologia e uma continuidade através das edições.

O curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, no formato *lato sensu*, denominado Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, teve sua primeira turma entre 2013 e 2014. A partir daí, seguiu com mais duas turmas consecutivas, 2015 a 2016 e 2017 a 2018, onde a partir dos trabalhos realizados obteve desdobramentos tanto qualitativos quanto quantitativos, que acabaram criando um acervo⁵⁰ de referências projetuais para o programa. Pode-se dizer que esses desdobramentos acabaram por potencializar a política universitária extensionista na pós-graduação de forma continuada, com vistas na implantação de um programa de residências profissionais multidisciplinares em rede nacional que impactará nas cidades brasileiras, diante da ampla demanda por esses serviços (CAU/BR, 2018).

A RAU+E foi estruturada e lançada baseada na Assistência Técnica e nos resultados de atividades implementadas no laboratório LabHabitar e no programa de Pós-Graduação da FAUFBA, onde são desenvolvidos pesquisa, ensino e extensão dirigidos para as relações entre habitação e cidade, também com a parceria da Escola Politécnica (GORDILHO SOUZA, 2013). A intenção do curso é envolver diversos tipos de profissionais nas diferentes instâncias sociais, além de promover a interiorização dos profissionais nessa área de atuação, principalmente nas periferias e em pequenos municípios, como forma de fomentar o direito à moradia digna.

Visa assim capacitar profissionais e cidadãos na elaboração de projetos participativos de melhoria da moradia, em termos mais amplos do que a unidade habitacional, atuando na inclusão urbana em projetos de interesse coletivo, como instrumento de potencialização de investimentos públicos nessa área de atuação e afins (GORDILHO SOUZA, 2017, p. 3).

De acordo com a Arquiteta e Urbanista Ângela Maria Gordilho de Souza, idealizadora e coordenadora⁵¹ do curso, o objetivo principal da RAU+E é viabilizar a Assistência Técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para

⁵⁰ O site do programa possui todos os projetos desenvolvidos pelos residentes do programa (RAU+E, 2019).

⁵¹ A estrutura da residência é composta pela coordenação e colegiado, onde a Profa. Dra. Ângela Gordilho Souza é a coordenadora do curso através do programa de pós-graduação da FAUFBA e a Profa. Dra. Elisamara Emiliano é a vice coordenadora também pela FAUFBA (RAU+E, 2018).

as comunidades carentes e municípios demandantes. Dessa forma, amplia também a inserção social da Universidade Pública, contribuindo para uma melhor qualidade de moradia dos moradores (GORDILHO SOUZA, 2017). Já os objetivos específicos do curso são destacados em:

- (a) “Fortalecer os planos municipais e estaduais de habitação, vinculados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social”;
- (b) “apoiar a elaboração de projetos em consórcios municipais”;
- (c) “apoiar as comunidades e municípios demandantes na elaboração de propostas de fomento e financiamentos de projetos”; e
- (d) “incrementar a formação de rede nacional e intercâmbios internacionais para atuação e divulgação ampliada de informações e experiências em Assistência Técnica desenvolvidas nessa área” (PORTAL RAU+E, 2018, s./p.).

Quanto à estrutura, o curso prevê um prazo mínimo de 14 meses e máximo de 16 meses entre teoria e prática, somando um total de 40 créditos acadêmicos com uma carga mínima de 1282 horas e máxima de 1368 horas. Desse total de horas, 442 horas, 26 créditos são para aulas teóricas e elaboração de trabalho final com orientação, ou seja, 340 horas (20 créditos para teoria), 102 horas (6 créditos para trabalho final e pesquisa orientada) e 840 horas (14 créditos) são para trabalho de campo e atividades de extensão (GORDILHO SOUZA, 2013).

As etapas do curso são classificadas em três períodos:

- 1° - a parte teórica, com duração de quatro meses, com disciplinas, seminários e orientação do projeto a ser desenvolvido;
- 2° - a parte prática, com duração de oito a dez meses, com a prática da residência para interação social e de campo; e
- 3° - a elaboração e apresentação do trabalho final orientado, com duração de dois meses (GORDILHO SOUZA, 2013).

As aulas teóricas do primeiro período do curso estão subdivididas em cinco disciplinas, com quatro horas de duração semanais, somando 68 horas-aula, que ocorrem no turno da manhã de segunda-feira à sexta-feira. Essas aulas compreendem os seguintes tópicos:

- 1 - Produção do espaço, políticas urbanas e direito à cidade;
- 2 - Projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente;
- 3 - Planejamento e projeto de arquitetura, urbanismo e engenharia para Assistência Técnica;
- 4 - Metodologias e técnicas para projetos participativos;
- 5 - Seminários temáticos (GORDILHO SOUZA, 2013).

Assim sendo, para cada dia da semana é ofertada uma disciplina, onde existe um professor responsável pela mesma. Todavia, com uma gama de professores vinculados a RAU+E, outros profissionais também participam das aulas de acordo com o tema ou as abordagens a serem trabalhadas. Tanto que na 1ª edição, a residência contou com 46 docentes credenciados⁵² (35 permanentes, integrantes da UFBA, e 11 colaboradores, sem vínculo com a UFBA), passando para a 3ª edição do curso com 54 professores e tutores credenciados⁵³ (sendo 33 professores permanentes, vinculados à UFBA, 15 professores colaboradores e 6 professores nucleados, sem vínculo com a UFBA).

O curso também recebe professores visitantes de outras instituições nacionais e internacionais, em convênios, seminários e oficinas, incluindo os nucleados. Além desses profissionais vinculados às Universidades (UFBA e Nucleadas), salienta-se que profissionais vinculados a outras instituições nacionais e internacionais, com no mínimo mestrado, além de profissionais especialistas, participam dos seminários temáticos, promovendo discussões, projetos e tecnologias inovadoras para a área de interesse social (GORDILHO SOUZA, 2018)⁵⁴.

Em relação à abordagem teórico-metodológica do curso, podemos citar, conforme destacado por Gordilho Souza (2017), a:

- (1) teoria associada à prática na definição de projetos participativos para apreensão coletiva;

⁵² Dado apontado no artigo Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA, pela autora Gordilho Souza (2017).

⁵³ Dados apontados pela coordenadora Angela Gordilho Souza em artigo publicado em 2018 (ANAIS ENAMPAR, 2018).

⁵⁴ ANAIS ENAMPAR, 2018.

- (2) participação da comunidade nas definições e prioridades por uma educação cidadã;
- (3) dimensão interdisciplinar do saber técnico e incorporação do saber popular;
- (4) métodos interativos, oficinas, jogos e artes, com foco na juventude local;
- (5) elaboração de tecnologias apropriadas para as realidades encontradas;
- (6) abrangência de melhoria habitacional associada aos espaços públicos, mobilidade, atributos paisagísticos, infraestrutura e inserção social de âmbito coletivo;
- (7) Assistência Técnica voltada ao conforto ambiental, segurança e sustentabilidade;
- (8) criatividade nos métodos de capacitação, referências e outras iniciativas de inovação; e
- (9) práticas propositivas para uma moradia digna, entendida para além da casa, pelo direto à cidade, no seu sentido da construção coletiva.

A primeira edição da RAU+E (2013-2014) contou com 23 profissionais⁵⁵, com arquitetos e urbanistas em sua maioria, uma assistente social e um engenheiro arquiteto. A segunda edição (2015-2016) contou com 23 profissionais⁵⁶, com arquitetos e urbanistas, uma assistente social, um engenheiro ambiental sanitарista e um cientista social. E a última edição (2017-2018) finalizada contou com 30 profissionais residentes (Figura 53), com um número de vagas ampliado se comparado às duas primeiras edições, devido a demanda de candidatos e a ampliação das nucleações, sendo composta em sua maioria por arquitetos e/ou urbanistas. Entretanto, nessa 3ª edição também participaram duas assistentes sociais, uma geógrafa, uma engenheira ambiental sanitарista e um engenheiro eletricitista. Isso, por sua vez, aumentou a interdisciplinaridade, agregando outros

⁵⁵ “O ingresso ao curso atendeu à seleção de candidatos, em processo de competição pública nacional, conforme edital publicado pela UFBA, prevendo-se, por turma, um máximo de 25 alunos. Do total de 39 inscrições, foram homologadas 35 candidaturas, sendo selecionados 23 profissionais-residentes. Houve desistência de 4 profissionais durante o curso e o ingresso de um aluno especial” (GORDILHO-SOUZA, 2017).

⁵⁶ Na 2ª Edição foram selecionados 25 profissionais, “sendo dois da área social e os demais das áreas de concentração” (GORDILHO-SOUZA, 2017).

profissionais que complementaram os trabalhos na área da arquitetura e do urbanismo, onde esses residentes atuaram e realizaram projetos dentro do seu domínio e formação.

O curso de especialização RAU+E possui sua sede no campus Federação da UFBA, próximo à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Denominada Casinha, ou Casa de Extensão, a edificação é uma antiga residência onde existia uma fazenda, a qual foi preservada pela Universidade. Com a criação do curso, a Casinha foi revitalizada para receber o programa, com dependências para secretaria e administração, duas salas de aula, banheiros e copa. Sendo assim, todas as aulas teóricas e orientações são realizadas nesse local, prioritariamente na sala multiuso.



Figura 53 - Aula inaugural da 3ª turma na sede da Rau+E
Fonte: RAU+E (2017).

Ao final do primeiro período do curso, ministrado durante os quatro primeiros meses, com as aulas teóricas, palestras, oficinas, leituras de textos e debates em prol da Lei de ATHIS, foram realizadas as apresentações das demandas das comunidades onde os residentes poderão atuar. Com a residência em sua 3ª edição, o curso conseguiu estruturar um bom diálogo com as entidades ou associações comunitárias, representantes de movimentos sociais e líderes comunitários, o que acabou gerando um banco de demandas prévio. Dessa forma, os representantes das comunidades participam de uma rodada de apresentação (Figura 54) junto aos

professores e estudantes residentes, com o intuito de apresentar e colocar em pauta as problemáticas e desejos dos moradores da sua localidade.



Figura 54 - Apresentação das demandas aos residentes na FAU/UFBA, 3ª edição, 2017.
Fonte: a autora (2017).

Após essa apresentação, ocorreram as visitas técnicas (Figura 55) até os locais das demandas, ou seja, visita técnica nas comunidades com a finalidade de avaliação dos territórios, buscando considerar os riscos, a articulação com os moradores e as principais necessidades deles. As visitas técnicas sempre são marcadas previamente com as lideranças comunitárias e acompanhadas por elas junto aos professores e residentes, como na visita realizada na comunidade da Gamboa de Baixo, na 3ª edição em 2017, como observado na Figura 55.



Figura 55 - Visita técnica a comunidade Gamboa de Baixo, 3ª edição, 2017.
Fonte: a autora (2017).

A seleção das comunidades ocorre por afinidades dos profissionais residentes, sendo eles orientados a trabalhar em pequenos grupos, nunca sozinhos dentro de um mesmo território, facilitando e agregando valor as atividades e oficinas participativas, aos primeiros contatos com os moradores e levantamentos junto à localidade de trabalho. Ao final das aulas teóricas, os grupos de trabalho já devem estar formados e assim se inicia a etapa de Assistência Técnica junto à região de intervenção escolhida. Nessa etapa, os residentes, ao longo do período de oito meses, realizam as atividades pertinentes para o alcance de resultados e objetivos dos moradores, sempre assessorados pelos seus orientadores e co-orientadores, norteadores e auxiliares do processo de ATHIS.

O profissional residente, na terceira etapa do trabalho, realiza o seu trabalho final, que de acordo com o grau de dificuldade pode variar de estudo preliminar a um anteprojeto, realizado de forma participativa e em consonância com os desejos e necessidades dos moradores da região de atuação. O trabalho final é apresentado à comunidade e, posteriormente à banca de avaliação, a qual é composta por um representante da comunidade, além dos professores. O trabalho (projeto) é doado aos moradores, com um Termo de Referência e a Anotação de Responsabilidade Técnica, de forma a fomentar a execução dos projetos desenvolvidos (GORDILHO SOUZA, 2013).

No ano de 2013, a Residência, já melhor estruturada, definiu uma alternativa de disseminação da sua experiência através da criação de residências associadas, que passaram a se denominar nucleadas. As primeiras nucleadas foram a Universidade da Paraíba (UFPB), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Tem-se como perspectiva o funcionamento da Residência AU+E/UFBA em rede de cooperação e intercâmbio, com a possibilidade de orientação de projetos para municípios de outros estados brasileiros, em cotutória, com a participação de professores orientadores da universidade de origem do residente e do Núcleo-UFBA. Viabiliza-se assim a divulgação ampliada e a possibilidade de replicação, com o incentivo para a formação de núcleos similares de Residência Profissional em outras universidades, consolidando, assim, uma rede interativa de banco de projetos e experiências diversificadas (Gordilho Souza, 2013).

Com as Nucleações, implementadas na 2ª e 3ª edição, ocorreram os convênios com outras universidades, ofertando-se vagas para os alunos através

dessas. No sistema de Nucleação, o profissional-residente não efetua todo o curso na sede da Residência na UFBA, somente os primeiros quatro meses, a parte teórica. Esse sistema facilita a manutenção do aluno, visto que não há bolsas de estudo, e ao mesmo tempo auxilia a faculdade nucleada a apropriar-se do sistema de ensino e da prática da Assistência Técnica, com o objetivo de pulverizar mais cursos em Assistência Técnica pelo Brasil. Decorridas as aulas teóricas, o residente da Nucleação retorna a sua cidade sede e aplica a prática profissional em uma comunidade local, sendo orientado por um professor tutor da Nucleação, previamente cadastrado e vinculado ao quadro da UFBA e um cotutor da Residência sede.

As bancas finais de avaliação para os alunos da Nucleação ocorrem em seus municípios, com a participação de professores da Residência sede, os quais se articulam e se descolam para participação junto aos professores da Nucleação, a convidados externos e representantes da comunidade local. Ao longo do período de inserção na comunidade, com as oficinas e a construção dos projetos, ocorrem as apresentações, as entregas intermediárias e os seminários, que auxiliam no acompanhamento desses alunos e no processo de atuação, interação e desenvolvimento dos projetos finais. Para as Nucleações, essas apresentações podem ocorrer através de *skype*, com a participação de professores Nucleados e da Residência Sede ou na própria sede da residência, RAU+E/UFBA.

A 1ª Nucleação ocorreu com a Universidade da Paraíba (UFPB), na segunda edição, entre 2015 e 2016, com a participação de dois residentes nucleados. Atualmente, a UFPB encontra-se em processo de implantação da sua residência, sob o comando da Profa. Dra. Elisabetta Romano. Na 3ª edição, iniciada em 2017 e concluída em 2018, já se ofertaram cinco vagas para as Nucleações do total das 30 quando aberto o processo seletivo. Foram duas vagas para a Universidade de Brasília (UNB) e três vagas para a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A Nucleação da UNB foi coordenada pela Profa. Dra. Liza Maria Souza de Andrade, a qual já estrutura uma futura Residência, em moldes transdisciplinares em Brasília. Já a Nucleação da UFPel contou com três professores conveniados à UFBA, o Prof. Dr. Eduardo Rocha, Prof. Dr. André de Oliveira Torres Carrasco e a Profa. Dra. Nirce Saffer Medvedovski, sendo a professora Nirce a coordenadora dessa Nucleação.

Pelotas almeja um segundo convênio de Nucleação na 4ª edição com a UFBA, antes de iniciar a estrutura da sua futura Residência.

Durante o transcorrer da 3ª edição, um dos alunos selecionados pelas vagas da sede, porém, da cidade de Fortaleza, junto ao Professor Renato Pequeno, da Universidade do Ceará, conquistou uma Nucleação, fazendo que esse profissional residente aplicasse a ATHIS em Fortaleza. Renato Pequeno e o residente Lucas Lessa iniciaram uma estrutura metodológica para implantação de uma futura Residência, também ainda em desenvolvimento.

A última edição finalizada (2017- 2018) teve 85 candidatos concorrendo as 30 vagas ofertadas, sendo 40% não moradores da cidade de Salvador ou do estado da Bahia, o que demonstra um interesse nacional pelo curso, justificando as nucleações. Para a seleção⁵⁷ dos residentes são analisados os currículos, os portfólios e realizadas entrevistas com os candidatos com base nas experiências e nas intenções dos profissionais em atuar na área da Assistência Técnica.

Por fim, a Residência vem se fortalecendo através das Nucleações e a cada edição com a formação de profissionais que acabam levando a diversas regiões brasileiras o conhecimento e a prática da Lei de Assistência Técnica, além de Universidades se articulando para que uma rede nacional seja consolidada. Como Arquiteta residente da 3ª edição, através da Nucleação da UFPel, posso reforçar que a importância de levar a Lei ao conhecimento da população, de órgãos públicos e de mais profissionais é importante para que essa se fortaleça, criando uma rede de conhecimento a favor de sua aplicação. Haja vista que para se fortalecer como política pública, a Lei precisa ser compreendida e dominada na teoria e na prática, como abordado no curso.

Nos últimos quatro anos, o resultado da Residência vem sendo demonstrado nos eventos e seminários que os CAU's veem realizando no Brasil. Conforme levantado através dos eventos dos Conselhos, a RAU+E, com seus coordenadores, professores e residentes, já participou de 11 eventos, sendo nove somente entre

⁵⁷ Os alunos que desejam entrar no curso de especialização em Assistência Técnica e Direito à Cidade devem participar do processo seletivo divulgado no site da Residência ou das Faculdades das Universidades Nucleadas, onde devem preencher o formulário de inscrição, o termo de disponibilidade e o termo de compromisso (RAU+E, 2019).

2017 e 1 ° semestre de 2019, sendo essa modalidade, conforme a Tabela 1, a quarta presente entre as aparições desses eventos.

4.4.1 Agentes e Ações da Residência Acadêmica AU+E

O processo de Assistência Técnica realizado pela Residência Profissional envolve uma equipe com os seguintes profissionais agentes promotores de Assistência Técnica identificados: residentes arquitetos e urbanistas; residentes engenheiros (civil, eletricista e ambiental sanitaria); residentes assistentes sociais; e residentes geógrafos.

A estrutura de Assistência Técnica da Residência não possui nenhum tipo de financiamento, recurso público ou privado para bolsas ou auxílios aos residentes. Portanto, os técnicos (profissionais residentes) responsáveis pelo serviço de ATHIS, que é prestado de forma gratuita às famílias, como previsto na Lei de Assistência Técnica, não são remunerados pela prática, pois são profissionais egressos ao corpo discente da Universidade, sem apoio financeiro até o momento, porém, com o ensino e a aprendizagem sendo sua contrapartida.

Quanto aos movimentos sociais, grupos organizados ou lideranças comunitárias, a RAU+E possui um trabalho atuante conquistado ao longo das edições, possuindo um banco de demandas para realização dos trabalhos de Assistência Técnica. Nessa modalidade, são importantes os contatos com os agentes mobilizadores, pois eles facilitam o contato direto com os moradores, com a realidade e a situação dos territórios de atuação, sendo um ponto de partida para as escolhas dos residentes. Como os residentes atuam em diversas localidades, na maioria em regiões periféricas, esse contato auxilia os residentes a se estruturarem no local, sendo importante uma sede para apoio aos trabalhos que serão desenvolvidos, como os centros comunitários ou as associações de bairro, que são utilizadas para as reuniões, oficinas, desenvolvimento e apresentação dos projetos. Nesse caso também se evidencia que o processo aproxima os moradores que não estão envolvidos ou engajados dentro desses grupos mobilizadores, não sendo excluídos do processo de Assistência Técnica. Os grupos mobilizadores, nesse

contexto, são apoiadores e facilitadores do processo, importantes para a prática da RAU+E.

As entidades de classe, como IAB, CAU e os Sindicatos, entram como órgãos essenciais para divulgação dessa aplicabilidade, de forma a difundir que é possível realizar Assistência Técnica através de profissionais residentes. Contudo, essas entidades não estão vinculadas de forma direta nesse processo, sendo a RAU+E o principal articulador. É importante salientar que o CAU acaba cumprindo seu papel de entidade reguladora e fiscalizadora da profissão de arquitetura e urbanismo, pois os residentes emitem as RRT's como prevê a Lei nº 11.888/2008, garantindo responsabilidade Técnica. Com a RRT Social, o CAU passará a ser também uma entidade propulsora e auxiliadora do processo de ATHIS, pois a partir das próximas edições os residentes poderão utilizar essa modalidade para seus projetos.

Por fim, as ações identificadas e desenvolvidas pela Residência são:

- Projetos de melhorias habitacionais;
- projetos de urbanismo e infraestrutura urbana;
- projetos arquitetônicos – habitacionais e institucionais;
- projetos paisagísticos, culturais e de monumentos;
- projetos de requalificação urbana e ambiental;
- projetos de requalificação arquitetônica;
- projetos de revitalização urbana e arquitetônica;
- regularização fundiária; e
- planos e diretrizes urbanísticas.

4.4.2 Aplicabilidade de ATHIS pela RAU+E

De forma a sintetizar o processo de Assistência Técnica realizado pela Residência, foi feita uma análise das conexões realizadas entre os principais agentes envolvidos nesse processo, buscando entender quais são esses agentes, suas funções e como eles se relacionam. Assim sendo, foi criado um sistema de infográfico (como um quebra-cabeça), de forma a compreender essas interrelações, sintetizando essas ligações entre os agentes encontrados.

Para leitura do Infográfico 9, temos as seguintes definições:

- agente promotor de ATHIS: profissionais residentes - arquitetos e urbanistas, engenheiros (civil, eletricitista e ambiental sanitarista), assistentes sociais e geógrafos;
- agente mobilizador de ATHIS: grupos sociais, associações de moradores, lideranças comunitárias e movimentos sociais;
- agente receptor de ATHIS: beneficiários, como grupos familiares, com um ou mais integrantes e grandes grupos comunitários; e
- agente regulador/fiscalizador ou propulsor de ATHIS: CAU/BR, IAB e Sindicatos.

Para a melhor identificação visual, conforme metodologia adotada, o agente promotor de Assistência Técnica estudado é identificado com uma peça gráfica com sua imagem, os agentes mobilizadores são identificados com peça gráfica na cor laranja, os agentes receptores de Assistência Técnica são identificados com peças gráficas na cor roxa e os agentes reguladores/fiscalizadores são identificados com peça gráfica na cor vermelha, como ilustrado no Infográfico 9.

RESIDÊNCIA ACADÊMICA AU+E UFBA



Infográfico 9 - Aplicabilidade de ATHIS pela RAU+E
Fonte: a autora (2019).

No Infográfico 9 é identificada a Residência Acadêmica no processo de Assistência Técnica. O agente ao centro, a RAU+E, atua através dos profissionais residentes egressos do curso na Universidade, que estão ligados diretamente com os beneficiários (roxo), com os grupos sociais (laranja) e com a entidade reguladora/fiscalizadora, o CAU (vermelho). Quanto aos beneficiários, eles podem estar ligados também aos grupos mobilizadores, porém, esse não é um pré-requisito para que a aplicação da Assistência Técnica ocorra, mas um auxiliar do processo.

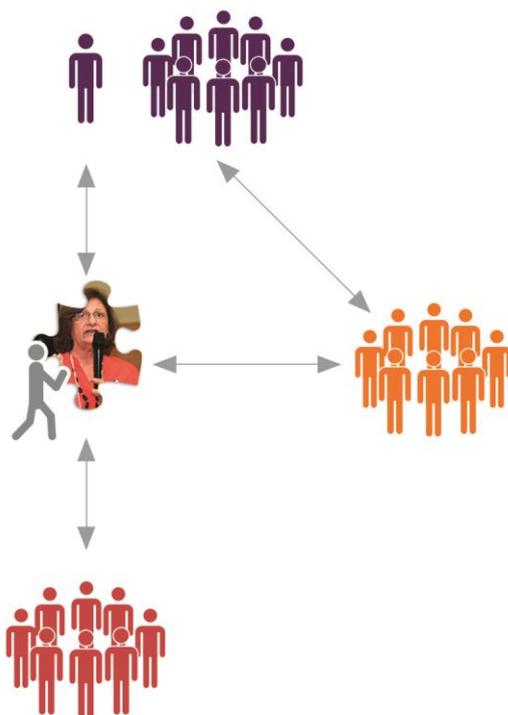
As entidades, como IAB, CAU e Sindicatos, acabam sendo propulsoras, atuando na divulgação da modalidade de ATHIS, participando de forma indireta. Contudo, o CAU atua também de forma direta, garantindo a RRT desses projetos, principalmente a partir de novembro de 2019, com a RRT Social em funcionamento.

Nessa aplicabilidade, ainda não temos um agente financiador, não ocorrendo a remuneração dos residentes pela prática da ATHIS, sendo o aprendizado a contrapartida para esses profissionais. Entretanto, com os projetos finalizados e aprovados pela banca e pelos moradores e com a entrega dos mesmos aos beneficiários, recomenda-se que os residentes auxiliem as comunidades na busca de recursos ou formas de execução dos projetos, podendo no futuro receber honorários pelo trabalho realizado.

Salienta-se que existem diversas ações e oficinas realizadas nas comunidades, processos que envolvem conscientização entre os envolvidos, criando confiança entre os profissionais e os moradores, aumentando o grau de envolvimento e satisfação. Porém, as ações não estão condicionadas ao processo de ATHIS nas localidades, não sendo um pré-requisito para que os residentes atuem com ATHIS, tanto na escala urbana, quanto para os casos isolados. Dessa forma, não existe um agente conscientizador ligado de forma direta ao processo nesse estudo de caso.

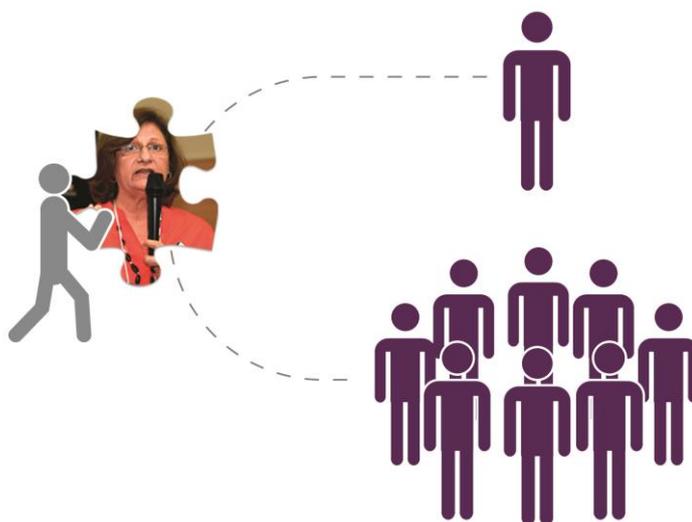
Nesse caso, é possível constatar que a RAU+E é um agente centralizador do processo, sendo o responsável pelas principais conexões para que a Assistência Técnica ocorra, como ilustrado no Infográfico 10, pois busca através dos agentes mobilizadores os locais de atuação, chegando aos beneficiários. Complementando

este processo, ocorre a doação dos projetos junto a RRT dos residentes aos beneficiários, garantindo sua regularidade.



Infográfico 10 - Fluxograma ATHIS RAU+E
Fonte: a autora (2019).

Quanto à prioridade ou as formas de atendimento desse agente promotor, são identificados dois tipos: para grupos ou de forma individual. Isso porque os projetos atendem as escalas macro e micro, com projetos para grandes grupos ou para casos individuais, como melhorias habitacionais, porém, possui uma abrangência e incentivo para atuar com grandes grupos.



Infográfico 11 - Beneficiários de ATHIS pela RAU+E
Fonte: a autora (2019).

INFOGRÁFICO RESIDÊNCIA AU+E/UFBA

AGENTES ENVOLVIDOS



AGENTE PROMOTOR

- Arquitetos e Urbanistas
- Engenheiros (Civil, Eletricista e Ambiental Sanitarista)
- Assistentes Sociais
- Geógrafos



AGENTE REGULADOR/ FISCALIZADOR/PROPULSOR

- CAU/UF
- IAB
- Sindicatos



AGENTE RECEPTOR

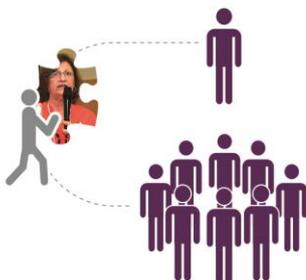
- Moradores do local ou região de atuação dos profissionais residentes



AGENTE MOBILIZADOR

- Movimentos Sociais
- Associações de Moradores
- Líderanças Comunitárias

BENEFICIÁRIOS



SÍNTESE TEÓRICA



ATHIS

- Projetos de melhorias habitacionais
- Projetos de requalificação arquitetônica
 - Regularização fundiária
- Planos e diretrizes urbanísticas
 - Projetos de urbanismo e infraestrutura urbana
 - Projetos arquitetônicos (habitacionais e institucionais)
- Projetos paisagísticos, culturais e de monumentos
 - Projetos de requalificação urbana e ambiental
 - Projetos de revitalização urbana e arquitetônica

4.5 Assistência Técnica através de Escritório de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia

ESTUDO DE CASO D

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATRAVÉS DE ESCRITÓRIO DE AU+E



PAOLA MAIA FAGUNDES

Sócia do Escritório AH! Arquitetura Humana

 **Nascimento:** 22/11/1985

 **Formação:** Arquiteta e Urbanista (PUC/RS)

Data de formação: 1/08/2014



 **Local:** Porto Alegre/RS

AH! Arquitetura Humana - Escritório de arquitetura e urbanismo

Fundado em 2014, é composto pela equipe Paola Maia, Karla Moroso e Taiane Beduschi

Atuação: é um escritório que surge do encontro de arquitetas que acreditam que a arquitetura gera cidade, proporciona vivências e encontros. Escritório que acredita na função da arquitetura sobre a sociedade, na aproximação humana e envolvimento comunitário.

ATHIS



Figura 56 - Ficha - estudo de caso D
Fonte: a autora (2019).

Para o estudo de caso, na modalidade Assistência Técnica através de profissionais autônomos ou integrantes de equipes de Escritórios de Arquitetura e Urbanismo, foi selecionado o escritório AH! Arquitetura Humana, que participou, entre os 88 eventos realizados pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, entre 2017 e 1º semestre de 2019, seis vezes, sendo um dos escritórios com mais representação nesses eventos, ficando em 8º lugar quanto ao número de aparições (Tabela 1). Como o escritório também esteve presente no Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica, realizado pela FAURB/UFPel e atua na área da ATHIS em prol de atividades de cunho participativo, que envolvam o técnico e o usuário, o mesmo será estudado.

O escritório AH! Arquitetura Humana se sobressai nos últimos dois anos pela promoção de projetos relevantes que alcançaram potencial discussão e fomento nacional. São exemplos de aplicação de ATHIS com o projeto participativo para o Assentamento 20 de Novembro e o Plano Estratégico de Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social do CAU/SC.

O escritório tem sede em Vila Flores na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e tem início com os cofundadores Franthesco Spautz, Paola Maia e Taiane Beduschi no ano de 2014. Atualmente, conta com as sócias Karla Moroso, Paola Maia e Taiane Beduschi, arquitetas e urbanistas que possuem uma base de trabalho e atuação buscando relações entre o indivíduo, a arquitetura e o espaço público. O AH! Arquitetura Humana promove qualidade arquitetônica, buscando solucionar problemas relativos ao direito à cidade e a moradia digna, com projetos participativos para promoção de cidades mais justas, como manifestado pelo escritório:

[...] Acreditamos na função da arquitetura, na influência sobre o destino da sociedade; não negamos que a arquitetura vive nas ruas, e as pessoas não são meros figurantes; elas são protagonistas, são a alma, criam espaços com fragmentos de memórias. Vemos como fundamental a apropriação humana e o envolvimento comunitário. Não acreditamos que a obra é nossa, a partir do momento que passa a ser vivenciado, cada pessoa se apropria como achar que deve. O AH! Arquitetura Humana é um grito de protesto que ecoa em nosso cotidiano, convidando a todos que experimentem a cidade (PORTAL ARQUITETURA HUMANA, 2018, s./p.).

No formato de empresa, como pessoa jurídica, o escritório se articulou para entrar no mercado de atuação na área de ATHIS a partir de editais e contratos

públicos. Sendo assim, uma das lutas e engajamento do escritório foi o projeto do Assentamento 20 de Novembro, o qual foi financiado pela Caixa Econômica Federal, através do programa Minha Casa, Minha Vida Entidades. Além disso, uma verba proveniente do projeto de Assistência Técnica Morar Sustentável, do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS/RS), com patrocínio do CAU/RS, viabilizou a revitalização sustentável do espaço. Esse recurso foi oriundo do Edital 001/2017, realizado através de chamada pública em 30 de maio de 2017 pelo CAU/RS, com recursos provenientes dos 2% destinados ao incentivo de ATHIS, viabilizando a execução de parte do projeto destinado a geração de emprego e renda pelos moradores.

A história do Assentamento 20 de Novembro se inicia com o processo da ocupação ocorrido em 20 de novembro de 2006, uma segunda ocupação realizada em um prédio localizado na Rua Caldas Junior com a Rua Mauá na cidade de Porto Alegre, onde depois passou a ter outra ocupação, denominada de Saraí. As famílias da ocupação foram despejadas do prédio no início de 2007, quando se iniciou um processo de negociação com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e, dessa forma, essas famílias permaneceram por cerca de seis anos ao lado do Estádio Beira Rio⁵⁸ (SUL 21, 2018)⁵⁹.

Ao final do ano de 2007, com a decisão que Porto Alegre iria sediar a Copa do Mundo e sendo o Beira Rio um dos estádios sede, ocorreu a remoção dessas famílias. Desde então, iniciou-se um processo de organização das famílias e do movimento com o desejo de reassentar esses moradores em uma região próxima ao centro. Paralelamente, ocorria a possibilidade de utilizar imóveis da União, em estado de abandono, como alternativa para habitação de interesse social, o que levou as famílias à edificação da década de 1960, como relata Maia (2018) em entrevista⁶⁰: “esse prédio, ele teve um pouco mais de 40 anos de abandono, ele é da

⁵⁸ Estádio de Futebol do Sport Clube Internacional situado próximo à área central de Porto Alegre e erguido à beira do Rio Guaíba, na Avenida Padre Cacique, 891.

⁵⁹ Reportagem sobre o Assentamento 20 de Novembro, realizada em 06 de maio de 2018 pelo O Sul 21, um veículo de comunicação com foco na defesa da democracia, dos direitos, da liberdade de expressão e do desenvolvimento social.

⁶⁰ Entrevista cedida para reportagem sobre o Assentamento 20 de Novembro, realizada em 06 de maio de 2018 pelo O Sul 21, um veículo de comunicação com foco na defesa da democracia, dos direitos, da liberdade de expressão e do desenvolvimento social.

época da ditadura militar, dos anos 60, e ele foi construído para ser um hospital dos ferroviários” (SUL 21, 2018, transcrição da autora).

A coordenação foi realizada pelos próprios moradores ligados ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e pela Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), que organizados em uma cooperativa lutaram por seu lugar na sociedade. Spautz relata que “a rede ferroviária foi extinta e vários imóveis ficaram ociosos, a cooperativa conseguiu o direito real de uso” (SUL 21, 2018, transcrição da autora). De fato, em 2016, a escritura do imóvel (Figura 57) passou a pertencer às famílias do Assentamento 20 de Novembro, nome de batismo da Cooperativa que ali foi criada em 2006. E no mesmo ano foi assinado um contrato com a Caixa Econômica Federal para que as obras se iniciassem (SUL 21, 2018).



Figura 57 - Situação atual do prédio da cooperativa
Fonte: Site. AH! Arquitetura Humana (2018).

O AH! Arquitetura Humana iniciou os primeiros contatos com essas famílias e a edificação (Figura 57) de forma voluntária, por compreender o papel social do arquiteto e acreditar na causa do direito à cidade, participando de reuniões junto ao movimento, como diz Maia (SUL 21, 2018). Posteriormente, o projeto de recuperação do prédio foi aprovado pela Caixa Econômica Federal, dentro do

programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (MCMV-E) e no mesmo ano o escritório passou a assumir a responsabilidade técnica do projeto (CAU/BR, 2018).

Para o projeto, participaram, além das três arquitetas do escritório, os Arquitetos e Urbanistas Franthesco Spautz e Paulo Bicca. O Arquiteto Spautz descreve que durante o processo de projeto eles estiveram com bastante frequência no local, fazendo as medições, conhecendo todos os apartamentos e realizando processos de planejamento participativo com reunião com as famílias. Aí se definiu o programa de necessidades para entender realmente o que eles precisavam, até mesmo quanto ao trabalho, para se pensar na sustentabilidade financeira do edifício e das famílias. “Esse não é um projeto que parte do arquiteto para o cliente. Claro que há um processo de lapidação e organização daqueles sonhos em algo mais sólido, mas tudo é construído com eles (SUL 21, 2018, transcrição da autora).

O projeto (Figura 58) viabiliza acomodação para habitação popular à 40 famílias de baixa renda, sendo as habitações localizadas ao fundo do prédio principal. Também possui espaços para atividades complementares, como uma ciranda, uma pequena biblioteca e um centro cultural. Em relação aos tijolos maciços e terrosos que a edificação possui, os mesmos serão removidos da pré-existência e retornarão ao prédio na forma de *cobogós*, “uma característica da arquitetura brasileira, de paisagismo e de mobiliário das áreas externas” (CAU/BR, 2018, s./p.).

A edificação que possui uma área de 2,9 mil metros quadrados terá 40 apartamentos que variam entre um ou dois dormitórios e abrigará uma creche, cozinha e lavanderia que funcionarão de forma comunitária. O projeto propõe uma área destinada à geração de renda, para auxiliar nas taxas condominiais, com um largo cultural para a realização de eventos e uma sala de reuniões (SUL 21, 2018).



Figura 58 - Projeto AH! Arquitetura Humana
Fonte: AH! Arquitetura Humana (2018).

Atualmente, o projeto já está aprovado pela Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária (CAADHAP) na prefeitura de Porto Alegre e encontra-se na Caixa Econômica Federal em Brasília para contratação da execução da obra. Além do Assentamento 20 de Novembro, o escritório também participa, atua e auxilia outras ocupações, como são os casos da ocupação Primavera e ocupação 2 de Julho em Porto Alegre, bem como a ocupação Canto de Conexão em Pelotas, sempre com apoio técnico e realização de processos participativos.

A ocupação 2 de Julho, iniciada com 20 esposas de cabos e soldados militares da Brigada Militar que ocuparam um prédio de 12 andares no centro de Porto Alegre em 02 de junho de 1999, é mais um projeto de Assistência Técnica que tem como foco a moradia em pré-existências em zonas centrais.⁶¹ Há mais de 20 anos ocupada, a edificação abriga mais de 50 famílias. O prédio do Estado faz parte do inventário do Instituto de Previdência do Estado (IPERGS) e ao longo de anos passa por um processo de reintegração de posse, porém, no ano de 2018, ocorreram avanços sobre o processo onde a Ocupação conseguiu fundar uma cooperativa⁶², criando um vínculo oficial entre os moradores do prédio.

⁶¹ AH! Arquitetura Humana, publicação na rede social do escritório (Facebook) em 03/05/2019.

⁶² A cooperativa foi fundada em abril de 2018 e foi registrada na Junta Comercial de Porto Alegre em julho, no Departamento Municipal de Habitação (Demhab) (SUL 21, 2018).



Figura 59 - Reunião entre AH! e a Cooperativa 2 Julho em maio 2019.
Fonte: AH! Arquitetura Humana (2019).

É importante salientar o engajamento e articulação do escritório junto aos agentes públicos (Prefeitura e Caixa Econômica Federal), instituições de apoio profissional (como o Instituto dos Arquitetos, o Sindicato dos Arquitetos e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e os movimentos sociais envolvidos na ocasião e conjuntura do local a se promover ATHIS (como o Movimento Nacional pela Luta Moradia, as Cooperativas, os grupos organizados, entre outros), além dos usuários finais, moradores das edificações que sofrerão as intervenções. Essa sistematização de unir esforços (Figura 59) com os agentes envolvidos a fim de agilizar e organizar o andamento dos trabalhos é importante para que possíveis barreiras e entraves possam ser solucionados de forma eficiente.



Figura 60 - Proposta para a ocupação Canto de Conexão
Fonte: AH! Arquitetura Humana (2018).

Em Pelotas, as arquitetas realizaram um estudo (Figura 60) para a Ocupação Canto de Conexão, onde realizaram atividades de interação entre os envolvidos no processo, com passeios de reconhecimento pelo bairro com a finalidade de compreender seu entorno. Nessa ação, abordaram tópicos como o processo de gentrificação, a função social da propriedade e a inclusão social, além de oficinas integrativas para o processo de projeto (Figura 61) (AH! ARQUITETURA HUMANA, 2018).

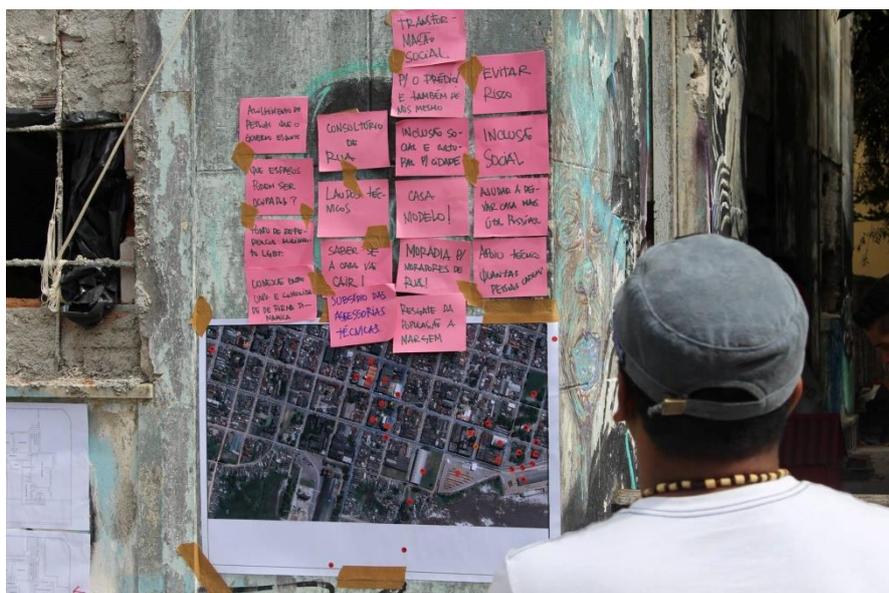


Figura 61 - Estudo para a ocupação Canto de Conexão
Fonte: AH! Arquitetura Humana (2018).

Outro aspecto positivo do escritório, por possuir engajamento com tantos agentes, é o ganho colaborativo para ideias que visam auxiliar na prática de ATHIS. Como exemplo, citamos a produção de pequenos mobiliários (Figura 62) “para atividades de compreensão de plantas e estudos de layout” (AH ARQUITETURA HUMANA!, 2018, s./p.), produzido pelo estagiário do escritório, Miguel Morris.

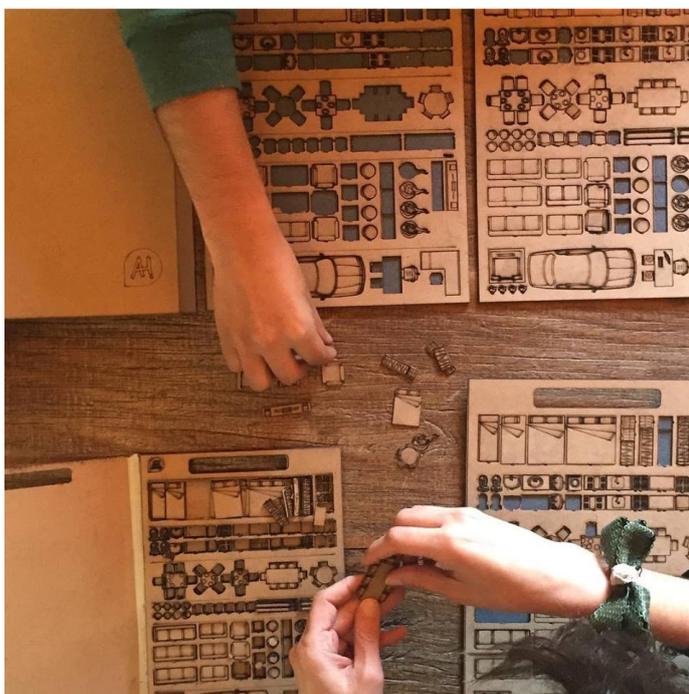


Figura 62 - Elementos dos mobiliários utilizados em oficinas pelo AH! Arquitetura Humana
Fonte: AH! Arquitetura Humana (2018).

Outra importante atuação do escritório foi a elaboração do Plano Estratégico de Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (PEI – ATHIS)⁶³ para ser aplicado no Estado de Santa Catarina e a Cartilha *Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: é um direito e muitas possibilidades*.

A verba⁶⁴ para a realização dos serviços contratados foi destinada dos 2% da dotação orçamentária anual do CAU/SC, como previsto pelo CAU/BR, verba dirigida para o apoio de ações voltadas para a promoção da Assistência Técnica pública e

⁶³ Através do edital público de licitação, pela modalidade tomada de preços, do tipo menor preço, nº 2/2017, o escritório AH Serviços de Arquitetura Humana LTDA – Me foi selecionado para realizar o PEI - ATHIS, nos moldes da Lei nº 11.888/2008, para ser aplicado no Estado de Santa Catarina (CAU/SC, 2017).

⁶⁴ Promovido pelo CAU/SC, o edital ocorreu em setembro de 2017 e o Plano foi concluído e publicado oficialmente pelo CAU/SC em 15 de junho de 2018, iniciando-se um trabalho de divulgação pelo estado (CAU/SC, 2017).

gratuita para as famílias de baixa renda. O termo de referência⁶⁵ do edital estipulou que o trabalho do PEI - ATHIS fosse realizado em seis etapas: (1) plano de trabalho, (2) diagnóstico, (3) plano de implementação, (4) legislação específica, (5) cartilha e (6) apresentação do processo e resultados (CAU/SC, 2017).

O Plano de Trabalho (primeira etapa) foi entregue ao CAU/SC em novembro de 2017, definindo quais seriam os princípios e objetivos abordados para a estruturação do PEI - ATHIS, além de elencar quais as metodologias e os procedimentos preliminares necessários para essa elaboração. Participaram e auxiliaram no processo o AH! Arquitetura Humana, com suas três arquitetas, um advogado, um design e a Comissão Temporária de Assistência Técnica (CTEC) do CAU/SC.

Na etapa de Diagnóstico⁶⁶, que serviu de base para os apontamentos do plano estratégico, foram levantados os seguintes pontos:

- onde estão as demandas de produção e qualificação de moradia no estado de Santa Catarina;
- que tipo de agentes promotores o estado possui na área de ATHIS, onde estão e quais as suas insuficiências;
- quais os tipos de crédito e microcrédito disponíveis para ações de ATHIS;
- qual o grau de informação e perfil dos profissionais arquitetos no estado, como atraí-los para ATHIS e quais as barreiras para a atuação;
- quais os principais entraves para a implementação de ATHIS e como fomentar e divulgar a mesma; e
- quais são as iniciativas no campo normativo que buscam avançar em ATHIS, mas que não regulamentam pontos importantes e necessários para sua operacionalização (DIAGNÓSTICO PEI - ATHIS, 2017).

Assim, o Plano Estratégico acabou elencando quatro objetivos estratégicos, os quais possuem seus planos de ação. Os planos de ação são divididos em ações, metas, atores envolvidos e indicadores, conforme a descrição abaixo:

⁶⁵ Anexo I do edital nº 2/2017.

⁶⁶ O diagnóstico foi estruturado para estimular de forma institucional e financeira a ATHIS num prazo estipulado de seis anos (DIAGNÓSTICO PEI - ATHIS, 2017).

- (a) “Fomentar ATHIS enquanto política pública”, com previsão de seis ações: pesquisar os sistemas de habitação dos municípios de SC, como fundos e conselhos; realizar um curso de formação para capacitação em ATHIS direcionado aos técnicos envolvidos com a política habitacional dos municípios e dos conselhos de habitação; produzir campanha sobre o papel da arquitetura e a necessidade do profissional arquiteto urbanista atuar com ATHIS; fazer orientação e trabalhar a conscientização junto aos assentamentos informais e na cidade formal sobre autoconstrução e Assistência Técnica; fiscalizar a participação dos arquitetos e urbanistas na administração pública; e patrocinar projetos ou iniciativas de ATHIS cujo objetivo seja fortalecê-la enquanto Política Pública;
- (b) “Apoiar profissionais liberais, escritórios que tem interesse em atuar com ATHIS”, com previsão de quatro ações: garantir valores adequados para ATHIS através da criação de parâmetros para honorários que dialoguem com essa realidade; realizar cursos de formação permanente através de convênios e editais de patrocínio direcionado para arquitetos e urbanistas interessados em atuar com ATHIS; fomentar a estruturação de uma rede de escritórios de ATHIS; e estimular, através de patrocínio, projetos ou iniciativas de ATHIS;
- (c) “Fomentar ATHIS como ferramenta para a promoção da justiça e inclusão social nas cidades”, com previsão de uma ação: realizar a aproximação da ATHIS dos atores envolvidos com mediação de conflitos que envolvem a temática urbana e habitacional; e
- (d) “Promover a cultura profissional e social de ATHIS”, com previsão de uma ação: apoiar e fomentar a estruturação de Residências e/ou Mestrados Profissionais em ATHIS nas universidades (PEI-ATHIS SC, 2018).

O trabalho foi concluído com a elaboração de um material sobre legislações, estudos e análises de Leis de ATHIS existentes, com uma minuta de lei para auxiliar na elaboração de leis municipais. Além dessa minuta de lei, uma cartilha⁶⁷ também foi elaborada e entregue, finalizando o trabalho contratado, que foi apresentado ao CTEC e à Comissão Especial de Assistência Técnica (CATHIS/2018) do CAU de Santa Catarina.

⁶⁷ Entregue também em forma *e-book*, disponível no site do CAU/SC e CAU/BR.

A cartilha (Figura 63), denominada *ATHIS, Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: é um direito e muitas possibilidades*, foi publicada também pelo CAU/BR e trata de ATHIS de maneira informativa, principalmente para as três esferas envolvidas nesse processo, que são o poder público, os profissionais e a população. Essa cartilha foi construída com uma linguagem simples e de forma esquemática. E se tornou um importante instrumento para que a Lei de ATHIS chegue ao conhecimento da população, conforme o presidente da FNA, Cicero Alvarez relata:

As pessoas precisam ter consciência do seu direito à moradia digna e da assistência técnica gratuita, bem como os órgãos e as instituições, como a Defensoria Pública, que, em sua maioria, desconhece a existência da lei (FNA, 2019, s./p.).

De acordo com Everson Martins, vice-presidente do CAU/SC, em 06 de dezembro de 2018 a cartilha já tinha sido difundida em mais de 11 municípios catarinenses⁶⁸ e a construção de acordos de cooperação com algumas Prefeituras do Estado de Santa Catarina para a implementação da Lei nº 11.888/2008 estavam em andamento. A Defensoria Pública e o Ministério Público Estadual também estavam sendo contatados, assim como algumas instituições de ensino, que estudam a possibilidade de criação da “residência de assistência técnica” (CAU/BR, 2018, s./p.).

Moroso relata: “estamos nos sentindo muito honradas e na luta em defesa da Assistência Técnica por cidades mais justas para todos”. E Beduschi ressalta que o “lançamento da cartilha na Câmara reforçou o trabalho para garantir o direito à moradia e pautou a arquitetura para a diminuição das desigualdades sociais” (CAU/BR, 2018, s./p.).

⁶⁸ Relato apontado no dia do lançamento da cartilha, em 06 de dezembro de 2018, realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados (CAU/BR, 2018).



Figura 63 - Cartilha ATHIS CAU/SC
Fonte: CAU/SC (2018).

A produção e inserção do AH! Arquitetura Humana na promoção de políticas voltadas à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social conduziu as mesmas ao Prêmio FNA 2018⁶⁹, pela Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), na categoria Setor Público. De acordo com o presidente da FNA, Cicero Alvarez, a escolha dos premiados foi baseada na importância das iniciativas, considerando aspectos como os impactos na área social, política, tecnológica e científica e diz que “a premiação é um reconhecimento a ações, projetos e obras com importante alcance social e humano” (CAU/BR, 2018, s./p.).

Eduardo Bimbi, ex-presidente da FNA e membro do conselho consultivo, diz que a premiação tem como objetivo destacar projetos de grande relevância social por profissionais ainda não reconhecidos, seguindo esta trajetória de atuação. Ele aponta que “são modelos não tão festejados, mas cujas boas práticas e ideias adotadas durante todo percurso trazem resultados para a sociedade” (CAU/BR, 2018, s./p.).

⁶⁹ A entrega do prêmio ocorreu no dia 23 de novembro de 2018, durante a programação do 42º Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos e Urbanistas (ENSA), em Brasília (DF).

Para o mês de setembro de 2019, o escritório lançou um Programa de Capacitação com a temática Habitação de Interesse Social (HIS)⁷⁰, com apoio da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) e da Cooperativa 20 de Novembro. O programa, composto por oficinas que serão realizadas no Assentamento 20 de novembro em Porto Alegre, tem o objetivo de “subsidiar profissionais de diferentes áreas e estudantes de graduação para envolvimento e atuação em programas relacionados à HIS” (CAU/BR, 2018, s./p.). No programa, com duração de 20 horas, será abordada as temáticas: assessoria técnica para habitação de interesse social (ATHIS) e regularização fundiária. E a proposta é composta por uma metodologia com aulas expositivas, atividades interativas, momentos de reflexão e proposições. As oficinas serão conduzidas pelas Arquitetas e Urbanistas Karla Moroso, Taiane Beduschi, Eloisa Giazzon e pela Assistente Social Jocelei Teresa Bresolin (FNA, 2019).

4.5.1 Agentes e Ações da AH! Arquitetura Humana

O processo de Assistência Técnica realizado pelo escritório AH! Arquitetura Humana envolve uma equipe com os seguintes profissionais agentes promotores de Assistência Técnica identificados: arquitetos e urbanistas, advogado, design gráfico e assistente social.

A estrutura de Assistência Técnica surge por intermédio dos movimentos sociais e/ou apoio de editais públicos. Agentes propulsores/financiadores, como a Caixa Econômica Federal, o Sindicato de Arquitetos e Urbanistas do Rio Grande do Sul e o Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, são responsáveis pela remuneração do técnico, que presta o serviço de ATHIS de forma gratuita às famílias ou sociedade, como previsto na Lei de Assistência Técnica. Seu serviço é custeado através das verbas provenientes dos editais, pois são profissionais vinculados ao quadro técnico da Empresa Jurídica AH! Arquitetura Humana, sendo os recursos dos editais os principais financiadores dessa modalidade de Assistência Técnica. Quanto ao financiamento para execução dos

⁷⁰ Curso lançado na página do escritório AH! Arquitetura Urbana, disponível em <<http://ah.arq.br/blog/oficina-de-capacitacao-his/>>, divulgado pela FNA, CAU/RS e CAU/BR.

projetos, podem ocorrer com verbas federais, estaduais ou municipais, não existindo uma garantia para tal, pois dependem de políticas públicas.

Os movimentos sociais, grupos organizados ou lideranças comunitárias são essenciais para que a prática de ATHIS aconteça, sendo esses os articuladores do processo junto aos técnicos, facilitando todas as etapas de projeto, com maior diálogo e proximidade das realidades envolvidas. Aqui, os mobilizadores são o ponto de partida do processo e atuam com relação direta aos agentes promotores, sendo um pré-requisito para que a assessoria técnica ocorra.

As entidades de classe, como FNA, IAB, CAU e os Sindicatos, entram como órgãos essenciais para divulgação dessa aplicabilidade, de forma a difundir que é possível fazer ATHIS através de Escritórios de Arquitetura e Urbanismo, sendo esses fundamentais para o processo também como articuladores. É importante salientar que o CAU/RS e o CAU/SC acabam cumprindo seu papel de entidade reguladora e fiscalizadora da profissão de arquitetura e urbanismo, garantindo as RRT's como prevê a Lei nº 11.888/2008, mas ao mesmo tempo também são propulsores e financiadores, onde o agente promotor deve estar vinculado diretamente a eles para buscar os recursos, assim como o Sindicato e a Caixa Econômica Federal. Com a RRT Social, essa esfera de atuação também se beneficia com modalidade, pois terão uma garantia de registro técnico específico para essa área de atuação.

As ações identificadas e desenvolvidas pelo escritório são: projeto de revitalização arquitetônica; projeto de habitação de interesse social; projeto para geração de emprego e renda; plano estratégico de Assistência Técnica; cartilha de Assistência Técnica; e oficinas de capacitação em Assistência Técnica.

4.5.2 Aplicabilidade de ATHIS pela AH! Arquitetura Humana

De forma a sintetizar o processo de Assistência Técnica realizado pelo escritório, foi feita uma análise das conexões realizadas entre os principais agentes envolvidos nesse processo, buscando entender quais são esses agentes, suas funções e como eles se relacionam. Assim sendo, foi criado um sistema de

infográfico (como um quebra-cabeça), de forma a compreender essas interrelações, sintetizando essas ligações entre os agentes encontrados.

Para leitura do Infográfico 13, temos as seguintes definições:

- agente promotor de ATHIS: AH! Arquitetura Humana - arquitetos e urbanistas, advogado, design gráfico e assistente social;
- agente financiador de ATHIS: SAERGS/RS, CAU/RS, CAU/SC e Caixa econômica Federal;
- agente mobilizador de ATHIS: cooperativas de moradores, lideranças comunitárias e movimentos sociais;
- agente receptor de ATHIS: beneficiários organizados em grandes grupos; e
- agente regulador/fiscalizador/propulsor de ATHIS: CAU/RS, CAU/SC, SAERGS/RS, IAB e Caixa econômica Federal.

Para melhor identificação visual, conforme metodologia adotada, o agente promotor de Assistência Técnica AH! está identificado com uma peça gráfica com sua imagem, os agentes financiadores de Assistência Técnica são identificados com uma peça gráfica na cor amarela, os agentes mobilizadores são identificados com uma peça gráfica na cor laranja, os agentes receptores de Assistência Técnica são identificados com uma peça gráfica na cor roxa e os agentes reguladores/fiscalizadores são identificados com peça gráfica na cor vermelha, como ilustrado no Infográfico 13.



Infográfico 13 - Aplicabilidade de ATHIS pela AH! Arquitetura Humana
Fonte: a autora (2019).

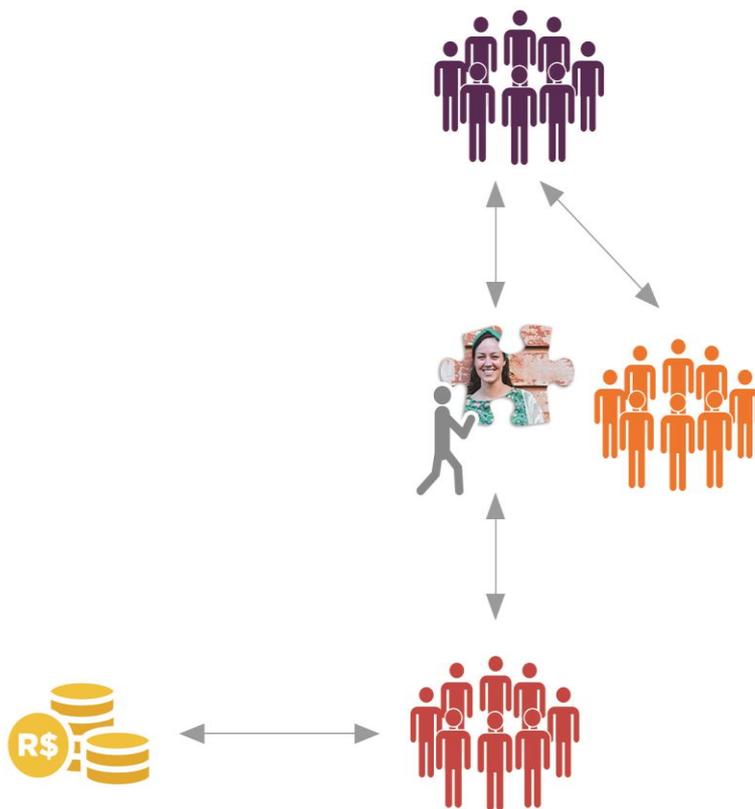
No esquema acima é identificada tanto a AH! Arquitetura Humana, quanto os grupos organizados centrais no processo de Assistência Técnica. Esses agentes, que são os promotores e os mobilizadores, são representados através dos profissionais do quadro técnico do escritório e moradores vinculados as cooperativas, movimentos sociais ou grupos organizados (laranja).

Nesse caso, os mobilizadores são os próprios beneficiários. Portanto, tanto os promotores quanto os mobilizadores estão ligados diretamente aos beneficiários (roxo). Nessa modalidade, o agente promotor está ligado de forma direta aos agentes reguladores/fiscalizadores ou propulsores (em vermelho), pois depende desses agentes para buscar apoio financeiro (amarelo).

Quanto aos beneficiários, no caso das cooperativas, os mesmos devem estar ligados também aos grupos mobilizadores, sendo um pré-requisito para que a aplicação da Assistência Técnica ocorra, pois facilita o acesso à recursos e programas. Já nos casos do plano estratégico e da cartilha, esse agente promotor acaba proporcionando diretamente aos beneficiários a ATHIS, com apoio financeiro por intermédio dos conselhos de classe. O agente financiador, nesse caso, está vinculado diretamente ao agente propulsor ou é o próprio agente propulsor.

Cabe salientar que ações ou oficinas realizadas com os beneficiários são processos que envolvem conscientização entre os envolvidos, além de criar confiança entre os profissionais e os moradores, aumentando o grau de envolvimento e satisfação. Porém, as ações não estão condicionadas ao processo de ATHIS nessas localidades, não sendo um pré-requisito para que o escritório atue e não sendo conectadas a outros agentes na análise do estudo de caso.

Nessa esfera, é possível constatar que a AH! Arquitetura Humana não é um agente centralizador do processo de ATHIS, pois atua conjuntamente com os agentes mobilizadores. Contudo, acaba sendo o responsável pela busca de verbas junto aos agentes financiadores, através dos agentes propulsores, como no Infográfico 14.



Infográfico 14 - Fluxograma ATHIS AH! Arquitetura Humana
Fonte: a autora (2019).

Quanto à prioridade ou as formas de atendimento desse agente promotor, é identificado um tipo prioritário: para grandes grupos, pois atuam com cooperativas ou grupos organizados, além de projetos e programas que visam atender toda uma rede articuladora de ATHIS.



Infográfico 15 - Beneficiários de ATHIS pela AH! Arquitetura Humana
Fonte: a autora (2019).

INFOGRÁFICO AH! ARQUITETURA HUMANA

AGENTES ENVOLVIDOS



AGENTE PROMOTOR

- Arquitetos e Urbanistas
- Advogado
- Designer Gráfico
- Assistente Social



AGENTE REGULADOR/ FISCALIZADOR/PROPULSOR

- SAERGS/RS
- IAB/RS
- FNA
- CAU/RS
- Caixa Econômica Federal



AGENTE FINANCIADOR

- Minha Casa Minha Vida - Entidades
- CAU/RS



AGENTE RECEPTOR

- Cooperativas de Moradores
- Grupos Organizados
- Profissionais Arq. e Urb.
- Estudantes Arq. e Urb.
- Poder Público
- Sociedade Civil



AGENTE MOBILIZADOR

- Movimentos Sociais
- Associações de Moradores
- Lideranças Comunitárias

BENEFICIÁRIOS



SÍNTESE TEÓRICA



ATHIS

- Projeto de revitalização arquitetônica
- Projeto de habitação de interesse social
- Projeto para geração de emprego e renda
- Plano estratégico de Assistência Técnica
- Cartilha de Assistência Técnica
- Oficinas de Capacitação em Assistência Técnica

5 Conclusões e encaminhamentos

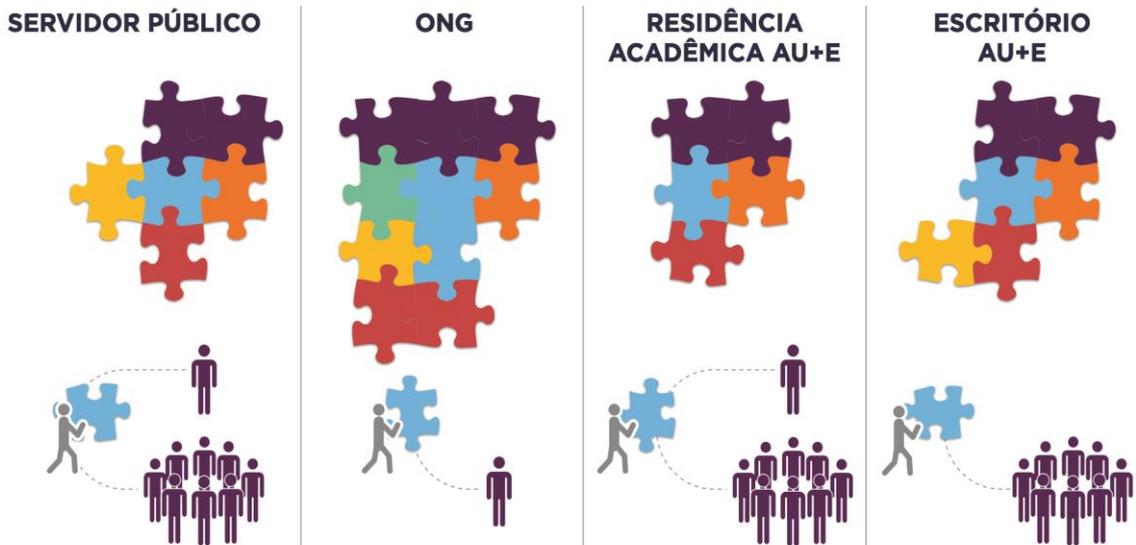
Com base nos quatro estudos de caso apresentados e suas aplicabilidades, podemos fazer um levantamento geral da prática de Assistência Técnica nas quatro esferas de atuação, com base em todos os agentes encontrados envolvidos nesses processos e suas relações, destacando:

- agentes promotores encontrados: arquitetos e urbanistas, engenheiros (engenheiro civil, eletricitista e ambiental sanitaria), técnicos em edificação, assistentes sociais, geógrafos, advogado e design gráfico;
- agentes reguladores/fiscalizadores/propulsores encontrados: Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Sindicato de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Federação Nacional Arquitetos e Caixa Econômica Federal;
- agentes financiadores encontrados: instituições públicas (Governo Federal, Governo do Distrito Federal, Fundos de habitação e Caixa Econômica Federal), instituições de economia mista (Instituto Vital Brazil), instituições privadas, autarquias com personalidade de direito jurídico público (CAU), Banco do Povo Solidário e doações;
- agentes receptores encontrados: beneficiários – grupos organizados, cooperativas de moradores, associações de moradores, líderes comunitários, movimentos sociais e pequenos grupos familiares com um ou mais integrantes;
- agentes mobilizadores encontrados: grupos organizados, cooperativas de moradores, associações de moradores, líderes comunitários, movimentos sociais e pequenos grupos familiares com um ou mais integrantes; e

- agentes conscientizadores encontrados: projeto de economia solidária – Feira de Trocas, sistema de mutirão, sistema de ajuda mútua, ações comunitárias e oficinas.

Portanto, foi realizada uma síntese dos quatro estudos de caso através de um infográfico geral, identificando as quatro modalidades de aplicação da Lei nº 11.888 de 2008, resumindo todos os agentes encontrados nesses processos. No Infográfico 17, apresenta-se os infográficos individuais com suas prioridades de atendimento, facilitando as comparações entre as diferentes aplicabilidades e ficando perceptível distinguir com qual tipo de beneficiários cada um atua.

SÍNTESE DO PROCESSO DE ATHIS



Infográfico 17 - Infográfico geral síntese dos processos de ATHIS
 Fonte: a autora (2019).

Analisando o Infográfico 19, que apresenta uma síntese de ATHIS, comparando as quatro modalidades de aplicação de Assistência Técnica, podemos chegar as seguintes conclusões:

- (a) quanto ao protagonismo: os agentes promotores basicamente estão ligados aos agentes reguladores/fiscalizadores/propulsores e financiadores, enquanto que os agentes receptores estão ligados aos agentes mobilizadores e conscientizadores;
- (b) quanto ao usuário final: fica evidente que a maioria dos agentes atua com Assistência Técnica voltada para atender grandes grupos, sendo a ONG a única que atua especificamente com casos isolados, priorizando o atendimento de famílias com um ou mais integrantes;
- (c) quanto a disponibilidade de recursos financeiros: a residência acadêmica é a única que não possui recursos para a aplicação da Assistência Técnica, sendo a aprendizagem sua contrapartida para atuação. Já a CODHAB, por possuir uma centralidade no processo de ATHIS, consegue atuar de forma mais abrangente e com maior segurança financeira, principalmente por ser o agente que possui maior facilidade de acesso à recursos, pois está inserida num sistema público de governo;
- (d) quanto ao número de usuários atendidos e a abrangência do território: a CODHAB é o agente com maior alcance no que diz respeito a capacidade de atuação, mas possui um limite de território para prática da ATHIS. Já a Residência Acadêmica é a segunda maior agente com alcance no que diz respeito a capacidade de atuação, porém, sem limite de território, pois os residentes podem escolher seu campo prático, o qual não se limita a um único estado ou município, fortalecido com o sistema de nucleações;
- (e) quanto a presença de contrapartidas: a ONG, embora seja a responsável pelo auxílio na captação dos recursos, é o único agente que atua com contrapartidas onde os beneficiários precisam estar envolvidos nos projetos sociais desenvolvidos por ela para receber apoio da instituição, existindo um trabalho integrado de ATHIS e conscientização socioambiental. As outras modalidades também atuam com ações que envolvem conscientização e ajuda mútua, mas não estão vinculadas de forma direta no processo de ATHIS nas áreas atendidas, sendo processos complementares;

(f) quanto a autonomia do agente: os dois agentes que dependem de programas públicos, apoio financeiro, doações ou editais para realização da Assistência Técnica, são a ONG e o AH! Arquitetura Humana, o que torna ATHIS um processo mais instável nessas esferas, podendo não existir uma continuidade, pois dependem de outros agentes para sua aplicação;

(g) quanto a dependência do usuário final: os agentes que necessitam de maior apoio e cooperação entre os beneficiários são a ONG, o AH! Arquitetura Humana e a RAU+E, pois o processo de ATHIS possui uma relação direta com esses mobilizadores. Na ONG e na RAU+E, o ponto de partida para o cumprimento da ATHIS parte da instituição, enquanto que no AH! Arquitetura Humana parte dos beneficiários, com exceção dos editais específicos para ATHIS, os quais o escritório se declara interessado e participa das seleções.

Com base nas conclusões acima, podemos salientar:

Como a ONG é o único agente que prioriza a prática de ATHIS para casos isolados, temos um nicho de atuação de Assistência Técnica maior para esses beneficiários. Tanto que já existe uma linha de empreendedorismo social evidenciada também nos eventos do CAU, como o caso do Programa Vivenda⁷¹, que atua com sistemas de Kit's (banheiro, cozinha, área de serviço, quarto e sala), onde o cliente escolhe qual área precisa reformar ou construir e o escritório fornece o projeto/execução/acompanhamento/financiamento, sendo esse financiamento aportado por investidores (*Startups*), onde os juros fornecidos aos clientes são menores ao praticado no mercado.

Do ponto de vista de mercado, o Vivenda atende em sua maioria um nicho que consegue arcar com as despesas de financiamento, porém, não consegue atender em larga escala famílias que ganham até um salário mínimo ou menos, embora também auxiliem esses grupos, dando aporte financeiro, sendo importante para esses casos a ação de políticas públicas. Ainda é necessário alertar que devemos ter cuidado para que o empreendedorismo social não entre na mesma lógica de mercado dos últimos programas habitacionais, sem respeitar “o uso da

⁷¹ Entre os eventos levantados, o Programa encontra-se entre em 9º lugar entre as aparições (Tabela 1).

propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”, como regula o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

Um aspecto positivo que contribui para a prática da ATHIS foi aprovado pelo CAU/BR com auxílio de consulta pública lançada em maio de 2019, o Registro de Responsabilidade Técnica Social (RRT Social). A RRT Social, que passa a vigorar em novembro de 2019 (120 dias após sua publicação⁷²), é uma nova modalidade de Registro de Responsabilidade Técnica que vai atender programas e projetos de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS). Em relação às atividades, os profissionais poderão incluir nessa modalidade de RRT as atividades de Projeto, Execução e Atividades Especiais e, no caso de edificações residenciais unifamiliares, a área deve ser de até 100m². Na RRT Social poderão ser vinculadas, dentro de um prazo de seis meses, até 100 endereços de edificações residenciais unifamiliares ou a um único endereço de conjunto habitacional ou edificação residencial multifamiliar. Os endereços registrados deverão ser do mesmo município e as atividades vinculadas podem ser para um único contratante (Pessoa Jurídica) ou para mais de um contratante (no caso de Pessoa Física) (CAU/BR, 2019).

Além das conclusões e contribuições levantadas através dos estudos de caso, podemos destacar que a ação do CAU/BR em destinar um percentual dos recursos para apoio à Assistência Técnica, embora não seja a solução para resolver os entraves da aplicação de ATHIS, impactou de forma positiva para o fomento e discussão política quanto ao tema, além de apoiar financeiramente o profissional Arquiteto e Urbanista. Portanto, se com apenas 2% de recursos de uma Entidade de Classe num curto período de tempo se conseguiu articular tantas ações, de fato, se houvesse mais investimento, principalmente do setor público, como a Lei já prevê em seu Art. 6^o⁷³, a ATHIS poderia ser regra e não exceção.

Analisando a síntese das aplicabilidades, fica evidente a inexistência de agente financiador para a Residência Acadêmica, algo que poderia auxiliar no

⁷² Resolução nº 177, de 31 de Julho de 2019, publicada em 31/07/2019 (CAU/BR).

⁷³ “Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados” (BRASIL, 2008).

aumento da dedicação do residente, pois em muitos casos eles precisam conciliar o trabalho junto a Residência. O auxílio através de bolsas colaboraria para o aumento de residentes interessados, assim como para o fortalecimento e criação de novas Nucleações. Quanto aos 2% do CAU, esses poderiam também subsidiar residentes, ampliando o apoio para mais uma modalidade além do Escritório e da ONG.

Com base no questionário estruturado⁷⁴, podemos identificar que os principais obstáculos enfrentados pelos agentes estudados são: as normas e leis, a distância entre a visão acadêmica e a realidade do público atendido, a visão da sociedade sobre a atuação do arquiteto e urbanista, a falta de recursos e o desconhecimento e despreparo do poder público em relação a Lei de ATHIS.

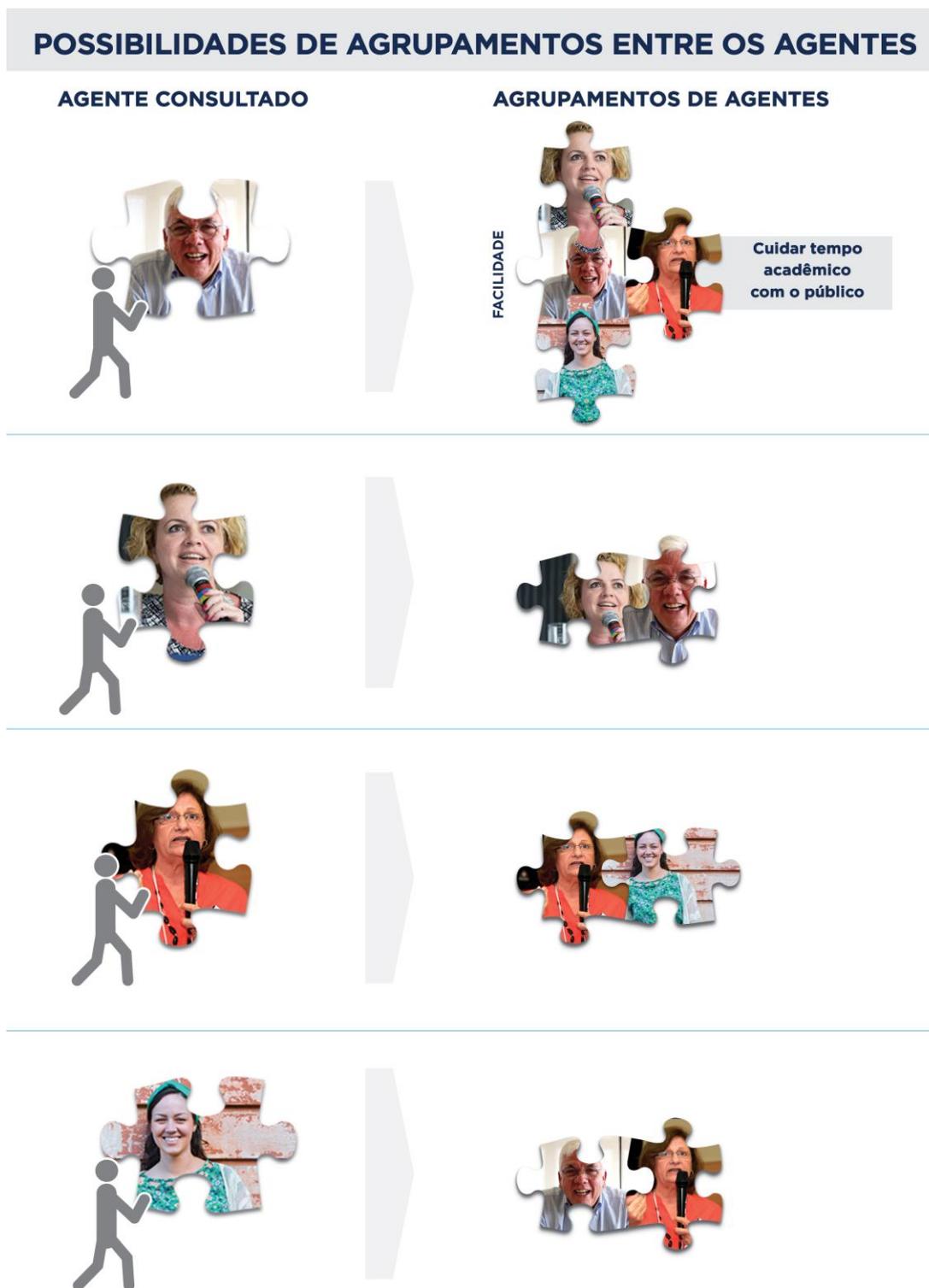
Em relação as contribuições para melhoria da prática da ATHIS, os representantes, agentes promotores dos estudos de caso estudados, apontam as seguintes recomendações, resumidas em: (a) comprometimento; (b) diálogo; (c) atuação política para valorização da formação e da prática profissional da ATHIS; (d) atuação política objetivando recursos para implementação da ATHIS, valorizando tanto a sua prática quanto o trabalho do profissional; (e) entendimento de ATHIS como processo, projeto e execução; e (f) identificação do perfil socioeconômico dos clientes para melhor conformação do processo de ATHIS.

Com o questionário estruturado, também podemos identificar duas formas principais para o financiamento da Assistência Técnica, que são: o subsídio público para famílias de menor renda e o financiamento privado ou recursos próprios para famílias que possuem poder aquisitivo para tal.

Em relação aos agentes mobilizadores, do ponto de vista dos agentes entrevistados, podemos concluir que é importante para as quatro modalidades estarem em contato ou integradas aos grupos mobilizadores, pois os mobilizadores são os grupos mais interessados no processo de ATHIS e fundamentais para a criação de relações de diálogo, conhecimento das demandas e perpetuação da ação. Entretanto, para a CODHAB e para a ONG Soluções, esses agentes não são essenciais para que a prática de ATHIS ocorra, ao contrário da Residência e do Escritório de AU+E, possuidoras de maior dependência desses agentes.

⁷⁴ Apêndice H.

Visando possíveis integrações entre as modalidades estudadas, foram questionados possíveis agrupamentos entre as quatro formas de aplicação de ATHIS aos agentes entrevistados, as quais foram sintetizadas conforme pode-se observar no Infográfico 18.



Infográfico 18 - Possibilidades de agrupamento entre as modalidades de aplicação de ATHIS
Fonte: a autora (2019).

Conforme o Infográfico 18, identificamos que não existe um senso comum entre os agentes promotores entrevistados, existindo diversas variações de agrupamentos entre as modalidades de aplicação da Lei. Com base no questionário aplicado, três agentes promotores indicaram a importância de o poder público sempre estar atuando conjuntamente a outra modalidade, pois nessa esfera existe uma facilidade maior no processo, além de ser um direito legal. Quanto ao agente promotor, representante do estudo de caso A, Gilson Paranhos, o mesmo deixa claro as facilidades de conexões de trabalho da esfera pública junto as outras modalidades, porém, chama atenção quanto à atuação conjunta entre Poder Público e Residência Acadêmica, pois o tempo acadêmico é diferente do tempo do processo público, devendo existir um cuidado quanto a isso.

Surge também um alerta quanto à importância dos arquitetos e urbanistas estarem à frente do processo de ATHIS, como coordenadores ou executores. Isso para que o desenvolvimento e a aplicabilidade da ATHIS de fato seja materializada, existindo a necessidade desses profissionais ocuparem espaços ou estarem inseridos em cadeiras onde a tomada de decisão vise essa política pública.

Quanto as modalidades de ATHIS, foi apontada mais uma forma de aplicação, sendo essa através dos agentes mobilizadores, sendo eles os articuladores da Assistência Técnica de forma direta, seguindo os moldes das Cooperativas Uruguaias.

De forma geral, podemos identificar que os quatro agentes estudados atuam com Assistência Técnica com responsabilidade, controle local e pessoal, pois compreendem que a satisfação do beneficiário depende da energia, do investimento ou de qualquer outro recurso aplicado à construção e/ou manutenção da habitação ou da cidade. Entendem a importância da relação do homem com o seu entorno, onde as relações mútuas entre as pessoas, os objetos e a natureza estão fundamentadas na experiência e nos valores humanos. E priorizam e conhecem a importância do processo de participação do indivíduo na identificação das suas reais necessidades, como Turner (1977) e Pelli (2007) fundamentam.

Quanto a ATHIS ser uma política pública, necessitando do reconhecimento, apoio e aporte dos governos para ser contínua e eficaz, observamos que os

programas devem ser estaduais ou municipais, com uma articulação e implementação mais localizada para ser mais exitoso. À exemplo, temos o Programa Cartão Reforma⁷⁵, que previa recursos à fundo perdido para famílias de até três salários mínimos reformarem ou ampliarem suas habitações, o que poderia ser positivo se a verba fosse destinada aos estados ou municípios com poder de aplicarem os recursos em ATHIS com programas locais.

O Cartão Reforma, que previa Assistência Técnica pública e gratuita para as famílias de baixa renda, exigia profissionais da área de arquitetura e urbanismo e engenharia e destinava uma porcentagem dos recursos para a remuneração desses técnicos, o que até então não existiu em outros programas voltados para habitação social. Como o programa foi estruturado de forma verticalizada, na maioria dos municípios não foi possível nem iniciar o processo, pois a burocracia e o sistema centralizado dificultaram a sua implementação. No caso de Pelotas/RS, a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária não conseguiu sequer avançar da fase de cadastro de moradores, quando o programa foi descontinuado.

É significativo e relevante registrar novos agentes promotores e suas práticas de ATHIS no contexto atual (2017-2018), pois nesse período passou a vigorar o auxílio de 2% do CAU para o fomento da Lei de Assistência Técnica e também se completou um ciclo de 10 anos da Lei nº 11.888/2008. Isso aumentou os eventos, editais e o interesse nacional pela prática, confirmada através dessa pesquisa de dissertação e apontada na pesquisa do Observatório das Metrôpoles⁷⁶, uma Pesquisa Nacional sobre Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social⁷⁷

⁷⁵ Criado através da Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017 (BRASIL, 2017).

⁷⁶ Grupo que funciona em rede reunindo Instituições e pesquisadores dos Campos Universitário, Governamental e Não Governamental há mais de 20 anos. É uma equipe constituída por cerca de 100 pesquisadores e 60 instituições que atuam de forma sistemática e articulada “sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019).

⁷⁷ Pesquisa lançada em 05 de setembro de 2019. Tal pesquisa, de acordo com o grupo, “propõe fazer um raio-x” da ATHIS no Brasil. Para o Observatório, o estudo “visa mapear as experiências em ATHIS nos últimos 10 anos”, um trabalho que está organizado em quatro eixos, como: produção habitacional, melhorias habitacionais, regularização urbanística e fundiária e direito à cidade. Esse levantamento, iniciado no dia 04 de setembro de 2019, com término para 30 de setembro de 2019, está disponível em formato digital, com um questionário onde os agentes devem cadastrar suas atuações de ATHIS, ou seja, mesmo princípio utilizado nesta dissertação, porém em larga escala (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019). Os resultados da pesquisa ainda não foram divulgados, mas a página para acesso e preenchimento de dados divulgada foi <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/questionario/>>.

que busca “identificar as entidades e profissionais que atuam em prol do direito à moradia digna” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019, s./p.).

Para finalizar, complemento as descrições citadas abaixo sobre o que é Assistência Técnica apresentadas pelos quatro agentes estudados:

“É uma necessidade que o homem tem, assim como a saúde, a educação, a segurança, o direito etc... com a vantagem que quem faz assistência técnica está fazendo, viabilizando a saúde, a educação, a segurança, o direito etc...” (PARANHOS, 2019).

“Uma forma de atuar em arquitetura, que pressupõe uma relação diferenciada entre o profissional e o cliente, em que a criação ou transformação do espaço é meio de transformação social” (ESTEVÃO, 2019).

“Um direito social na nossa realidade e condição essencial para o alcance de cidades melhores e mais justas” (GORDILHO, 2019).

“Acreditamos que a assistência técnica viabiliza um direito, o direito à moradia e o direito a cidade” (MAIA, 2019).

E encerro acrescentando que a Assistência Técnica é uma das tantas formas de atuação da área da Arquitetura e Urbanismo, porém, destaca-se por ser a área com maior campo para o exercício profissional no cenário atual. E considerando que a conformação das cidades é resultado de décadas sem o devido alcance e a participação de arquitetos e urbanistas, nos deparamos com grandes cenários de desigualdades, onde estão as maiores demandas para a prática de ATHIS, com um grande número de famílias a espera desses profissionais.

Referências

- ABRAHÃO, S. L. O espaço público urbano na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. **Arquitextos**, ano 17, n. 204.04, mai. 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6560>>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- AH! ARQUITETURA HUMANA. Site. Disponível em: <<http://ah.arq.br/>>. Acesso em: 08 set. 2019.
- AH! ARQUITETURA HUMANA. Assentamento 20 de Novembro. **Ah! Arquitetura Humana**, [sem data de publicação]. Disponível em: <<http://ah.arq.br/projetos/assentamento20denovembro/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- ANAIS V ENAMPARQ. **A Implantação da Residência AU+E/UFBA e Nucleações em outras Universidades**. Eixo 1 Ideários Projeto e prática. Salvador: EDUFBA, 2018. Disponível em: <<https://www.enanparq2018.com/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Rev. Adm. Pub.**, n. 24, v. 4, p. 107-117, 1988
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.
- BARAVELLI, J. E. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARROS, Mariana Cicuto. Assessorias técnicas no processo autogestionário - possibilidades de atuação. **Revista Risco**, n. 17, p. 81-92, 2013. Disponível em: <http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/11/ART-17_-ASSESSORIAS-T%C3%89CNICAS-NO-PROCESSO-AUTOGESTION%C3%81RIO-POSSIBILIDADES-DE-ATUA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- BASSUL, J. R. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE**, v. 28, n. 84, p.133-144, set. 2002. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.
- BONDUKI, N.; KOURY, A. P. Das reformas de base ao BNH as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. **Arquitextos**, ano 10, n. 120.02, mai. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BPCS. Banco Solidário. **BPCS**, 2019. Disponível em: <<https://www.bpcs.org.br/>>. Acesso em: 06 set. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Sistema Nacional de Habitação–SNHIS/FNHIS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/111124.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de maio de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017**. Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13439.htm>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASÍLIA. **Decreto nº 37.438, de 24 de junho de 2016**. Institui o Programa Habita Brasília, no âmbito da Política Habitacional do Distrito Federal e cria o Comitê Gestor e o Grupo Técnico Executivo para desenvolvimento das ações de implantação do Programa. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/b887d1d45e8d4a53b48c5e3ef9a486ef/Decreto_37438_24_06_2016.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CALLEGARO, L. D.; RIBEIRO, R. B. Processos de projeto, mobilização e articulação de comunidades: a atuação do escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo da FAURB|UFPEL. Regulariza Uruguai. **Anais do 3º Encontro Internacional Cidade Contemporaneidade e Morfologia Urbana**. Pelotas: UFPel, 2014. p.25-27. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/cmufiles/2015/10/Anais-3o-CMU-2014.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.

CAU/BR. **Arquiteto de Família: Site permite financiamento coletivo de reformas**. Site. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/arquitetura-social-arquiteto-de-familia/?fbclid=IwAR04so24fUUbeRTQgZC145NFfaxr72beylxEdfxjcMeXtz8EgPvb8EhcJzE>>. Acesso em: 05 de jan. 2019.

CAU/BR. Lei de Assistência Técnica ainda não é realidade no Brasil. **CAU/BR**, 2012. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/Lei-de-assistencia-tecnica-ainda-nao-e-realidade-no-brasil/>> Acesso em: 29 nov. 2016.

CAU/BR. Ata da 56ª reunião plenária ordinária. **CAU/BR**, 2013. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/ATA_PLENARIA_ORDINARIA_56.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

CAU/BR. O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil. **CAU/BR**, 2015. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>> Acesso em: 02 set. 2019.

CAU/BR. 56ª Plenária: CAU destinará recursos para assistência técnica de habitação social. **CAU/BR**, 2016. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/56a-plenaria-cau-destinara-recursos-para-projetos-e-obras-de-assistencia-tecnica/>> Acesso em: 30 jan. 2019.

CAU/BR. “Não se pode diminuir a intenção projetual para projetos populares”, afirma Pedro. **CAU/BR**, 2017. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/nao-se-pode-diminuir-intencao-projetual-para-projetos-popularesafirma-pedro/>> Acesso em: 03 set. 2019.

CAU/BR. Entrevista: Clóvis Ilgenfritz, pioneiro na Arquitetura de Habitação Social no Brasil. **CAU/BR**, 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/entrevista-clovis-ilgenfritz-pioneiro-na-arquitetura-de-habitacao-social-no-brasil/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CAU/BR. Arquitetos de Família: Curso oferece vivência e trabalho em Assistência Técnica. **CAU/BR**, 2018. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/arquitetos-de-familia-curso-oferece-vivencia-e-trabalho-em-assistencia-tecnica/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CAU/BR. Arquitetura Social: Arquitetos autores de Cartilha do CAU/SC vencem Prêmio FNA 2018. **CAU/BR**, 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/arquitetura-social-arquitetos-autores-de-cartilha-do-cau-sc-vencem-premio-fna-2018/>> Acesso em: 08 set. 2019.

CAU/BR. Assistência Técnica: Residência da UFBA já capacitou 73 arquitetos e urbanistas. **CAU/BR**, 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/assistencia-tecnica-residencia-da-ufba-ja-capacitou-73-arquitetos-e-urbanistas/>>. Acesso em: 06 set. 2019.

CAU/BR. CAU/BR e CAU/SC lançam cartilha sobre assistência técnica pública gratuita. **CAU/BR**, 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/cau-br-e-cau-sc-lancam-cartilha-sobre-assistencia-tecnica-publica-gratuita/>>. Acesso em: 06 set. 2019.

CAU/BR. Ciclo de Workshops leva conhecimento em Assistência Técnica a estados brasileiros. **CAU/BR**, 2019. Disponível em <https://www.caubr.gov.br/ciclo-de-workshops-leva-conhecimento-em-assistencia-tecnica-a-estados-brasileiros/?fbclid=IwAR0UjkYbBC395ga-_DHY2BEIaYoA_tw2sCjpQjorZhar4tIN596eFWH9hk> Acesso em: 05 set. 2019.

CAU/BR. **Palavra de Arquiteto e Urbanista - Gilson Paranhos**. Entrevista. **CAU/BR**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HXv-zv_S9K8>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CAU/GO. A convite do CAU, Codhab fala sobre o “arquiteto social”. **CAU/GO**, 2016. Disponível em: <<https://www.caugo.gov.br/a-convite-do-cau-codhab-fala-sobre-o-arquiteto-social/>> Acesso em: 03 set. 2019.

CAU/RJ. Soluções Urbanas lança Plataforma Projeto Arquiteto da Família, de financiamento colaborativa. **CAU/RJ**, 2016. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/solucoes-urbanas-lanca-plataforma-projeto-arquiteto-da-familia-de-financiamento-colaborativo/>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

CAU/RJ. Iniciativa mantém 10 postos de assistência técnica na periferia de Brasília. **CAU/RJ**, 2018. Disponível em: <<https://www.caurj.gov.br/iniciativa-mantem-10-postos-de-assistencia-tecnica-na-periferia-de-brasilia/>>. Acesso em: 03 set. 2019.

CAU/RS. Projeto de habitação popular no coração de Porto Alegre. **CAU/RS**, 2018. Disponível em: <<https://www.caurj.gov.br/projeto-de-habitacao-popular-no-coracao-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

CAU/SC. Edital de Licitação. Tomada de Preços nº 02/2017. **CAU/SC**, 2017. Disponível em: <<http://transparencia.causc.gov.br/editais-e-resultados/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

CAU/SC. Plano Estratégico para Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – PEI-ATHIS. Plano de Trabalho. **CAU/SC**, 2017. Disponível em: <http://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/PLANO-DE-TRABALHO_FINAL-1.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

CAU/SC. Plano Estratégico para Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – PEI-ATHIS. Diagnóstico. **CAU/SC**, 2017. Disponível em: <http://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/DIAGNOSTICO_FINAL_27032018.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

CAU/SE. Arquitetos da CODHAB/DF contam em Aracaju experiências de projetos de Assistência Técnica. **CAU/SE**, 2017. Disponível em: <<https://www.cause.gov.br/?p=13397>> Acesso em: 03 set. 2019.

CHIARELLI, L. M. A. **Qualidade arquitetônica em espaços abertos em conjuntos habitacionais de interesse social**: estudo de caso em empreendimento PAR, Pelotas/RS. 2006. 197f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - UFRGS, Porto Alegre, 2006,

CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. **Habitação social em Pelotas (1987 – 2010)**: influências das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais. 2014. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CODHAB. **Manual ações urbanas comunitárias**. Brasília: CODHAB, 2017.

CODHAB. Postos de assistência. **CODHAB**, 2018. Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/assistencia_tecnica> Acesso em: 20 out. 2019.

CODHAB. Conheça o Programa. **CODHAB**, 2019. Disponível em: <<http://www.codhab.df.gov.br/pagina/1>> Acesso em: 10 set. 2019.

CONFEA. **Assistência Técnica Pública e Gratuita**. Notícia. Disponível em: <<http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1180>> Acesso em 29 nov. 2016.

FACEBOOK. **AH! ARQUITETURA HUMANA**. Rede social. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ah.arquiteturahumana/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

FACEBOOK. **Soluções Urbanas** Rede Social. Disponível em: <<https://www.facebook.com/solucoesurbanas/>>. Acesso em: 01 set. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. **Assistência Técnica e Direito à Cidade**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (RJ). Rio de Janeiro: FNA, 2014. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/2019/07/11/assistencia-tecnica-e-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FNA. **Assistência técnica e direito à cidade**. Rio de Janeiro: Resenha Edições LTDA. 2014.

FNA. Soluções Urbanas é exemplo de promoção da saúde nas moradias. **FNA**, 2015. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/2015/11/25/solucoes-urbanas-e-exemplo-de-promocao-da-saude-nas-moradias/>> Acesso em: 05 set. 2019.

FNA. AH! Arquitetura Humana, profissionalismo com força e resistência. **FNA**, 2018. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/2018/11/19/ah-arquitetura-humana-profissionalismo-com-forca-e-resistencia/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

FNA. AH! Arquitetura Humana, profissionalismo com força e resistência. **FNA**, 2018. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/2018/11/19/ah-arquitetura-humana-profissionalismo-com-forca-e-resistencia/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

FNA. AH! Arquitetura Humana promove oficinas de capacitação em Habitação de Interesse Social. **FNA**, 2019. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/2019/09/04/ah-arquitetura-humana-promove-oficinas-de-capitacao-em-habitacao-de-interesse-social/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

FNA. ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – Um direito e muitas possibilidades. **FNA**, 2019. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/2019/05/21/athis-assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social-um-direito-e-muitas-possibilidades/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

GORDILHO SOUZA, ANGELA. Assistência técnica em arquitetura, urbanismo e engenharia: avanços institucionais. In: 6º PROJETER - O PROJETO COMO

INSTRUMENTO PARA A MATERIALIZAÇÃO DA ARQUITETURA: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA, 2013. **Anais do 6º Projetar**. Salvador: Editora da UFBA, 2013. p. 1-20.

GORDILHO SOUZA, ANGELA. Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA. In: XVII ENANPUR, São Paulo. **Anais XVII Enampur**. 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2221>>. Acesso em: 05 set. 2019.

GORDILHO-SOUZA, ANGELA. Residência Profissional: experiência inovadora em ensino, pesquisa e extensão, na implantação da residência AU+e/UFBA. **Anparq**, 2016. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/htm/Artigos/GORDILHO.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.

GORDILHO-SOUZA, ANGELA. Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: avanços institucionais. **Revista Projetar**, 2013. Disponível em: <https://residencia-aue.ufba.br/sites/residencia-aue.ufba.br/files/artigo-_ags-_6o_projetar_-_nov.2013.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.

HARVEY, DAVID. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2011.

IAB. **Gilson Paranhos, presidente CODHAB DF**. Depoimento. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j2AuhJ5y3Zs>>. Acesso em: 03 set. 2019.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (RS). **Manual para a Implantação da assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. Porto Alegre: Editora Tecnodata, 2010. Disponível em: <http://iabrs.org.br/downloads/IAB_manual_AT.pdf?utm_source=Mailee&utm_medium=email&utm_campaign=IABRS+e+a+Pol%C3%ADtica+Habitacional&utm_term=&utm_content=IAB-RS+e+a+Pol%C3%ADtica+Habitacional>. Acesso em: 24 nov. 2016.

IAB/DF. Codhab instala posto de assistência técnica no Sol Nascente. **IAB/DF**, 2015. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/noticias/codhab-instala-posto-de-assistencia-tecnica-no-sol-nascente>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

IAB SC. Gilson Paranhos. **Seminário de Assistência Técnica Pública e Gratuita para projeto e Construção de habitação de baixa renda**. Palestra. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i3Szt-xYbDo>>. Acesso em: 04 set. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

KOURY. A. P. A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou? **Arquitextos**, ano 14, n. 159.03, ago. 2013. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/14.159/4846>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LEFEVBRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEME, Maria Critina da Silva; MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. **Residência em Arquitetura e Urbanismo na Cidade de São Paulo**. Volume 01. São Paulo: FAU/USP, 2018.

LOPES, J. M. A.. Assentamento Ireno Alves dos Santos: os sem terra e a concepção de uma outra cidade. In: VILAÇA, I.; CONSTANTE, P. (orgs.). **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Usina CTAH, 2015. p. 58-89.

MARICATO, E. Contribuição para um plano de ação brasileiro. As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. Studio Nobel. **Revista Habitat**, p.38-44, 1996. Disponível em: <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/habitat.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, n. 14, v. 4, p. 21-33, 2000.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-157, 2003.

MARICATO, E. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/cadernos-mcidades-polc3adtica-nacional-de-desenvolvimento-urbano.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2019.

MARINHO, S. A experiência da CODHAB em ATHIS enquanto política pública. **Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal**, 2018. Disponível em: <https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/CODHAB-Uma-Experi%C3%Aancia_Outubro-2018_Sandra_CAU-SC.pdf> Acesso em: 10 mai. 2019.

MELO, M. A. B. C. Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura, 1979-1988. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 2, n. 1, p.37-59, 1989. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3066/2198>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MINISTERIO DAS CIDADES. **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação, 2007. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/wp-content/uploads/2019/04/FNA-Assist%C3%Aancia-T%C3%A9cnica-um-direito-de-todos.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

NAURB. **Histórico**. Site. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/naurb/>>. Acesso em: 10 de set. de 2019.

NAURB. Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. UFPel, 2017. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/naurb/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, ano 12, n. 133.03, 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Pesquisa Nacional - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. **Observatório das Metrópoles, INCT**, 05/05/2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/pesquisa-nacional-assistencia-tecnica-para-habitacao-de-interesse-social/>> Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA, V. F. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional. **Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 50, p. 36-53, Jun. 2014.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **ONU**, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acesso em: 20 out. 2019.

PARANHOS, G. Palavra de Arquiteto e Urbanista. Entrevista. **CAU/BR**, 13/11/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HXv-zv_S9K8> Acesso em: 10 out. 2019.

PELLI, Víctor Saul. **Habitar, Participar, Pertencer**: Acceder a la vivienda – incluirse em la sociedade. Buenos Aires: Nobuko, 2007.

PORTAL BRASIL. Salário Mínimo. **Portal Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.portalbrasil.net/salariominimo/>> Acesso em: 10 dez. 2019.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 428**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/LC%20428>> Acesso em: 10 set. 2019.

PREFEITURA DE NITERÓI. Leitura técnica da revisão do plano diretor de desenvolvimento urbano de Niterói: caderno de Mapas. . Niterói: FGV Projetos, 2015.

PREFEITURA DE SALVADOR. **Escritório Público**. Disponível em: <<http://seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/acoes-programas/escritorio-publico>> Acesso em: 21 jan. 2018.

RAMÓN, F. Introducción a la edición castellana. In: TURNER, J. F. C. **Vivienda, todo el poder para los usuarios**. Rosário: H. Blume Ediciones, 1977. p. 7-15.

RAU+E. Semana de abertura da 3ª edição da Residência AU+E/UFBA. **Residência AU+E**, 10/09/2017. Disponível em: <<https://residencia-ae.ufba.br/pt-br/semana-de-abertura-da-3a-edicao-da-residencia-aeufba>> Acesso em: 19 jan. 2019.

RAU+E. Projetos. **Residência AU+E**, 2019. Disponível em: <<https://residencia-ae.ufba.br/pt-br/projetos>> Acesso em: 19 jan. 2019.

REVISTA PROJETO. **Vivências em ATHIS, ensinam práticas em contextos carentes**. 2018. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/vivencias-em-athis-ensinam-praticas-em-contextos-carentes>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

RIBEIRO. C.; PONTUAL. V. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. **Arquitextos**, ano 10, n. 109.07, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

RIBEIRO, Zezéu. Entrevista. In: CUNHA, E. M. P.; ARRUDA, A. M. V.; MEDEIROS, Y. (orgs.). **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007. p. 139-144.

RITTER. Carolina. **Espaço arquitetônico e urbanístico nas cooperativas habitacionais uruguaias: Complexo Habitacional Bulevar Artigas e Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

ROLNIK, R. **O que é a Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROLNIK, R. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Caderno MetrÓpole**. v. 17, n. 33, p 127-154, 2015.

ROLNIK. R. A captura da política habitacional pela lógica financeira é perversa. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/28/raquel-rolnik-a-captura-da-politica-habitacional-pela-logica-financeira-e-perversa/>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, KAZUO. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADVOCEF**, v. 1, n. 13, p. 123-157, 2011.

SAERGS. **Programa ATME**. Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica. Porto Alegre: Proarte, 1977.

SANCHES, Débora. **Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990-2012)**. Tese (Doutorado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

SANTOS, Álvaro Rodrigues dos. Habitação popular, cidades e geologia. **Minha Cidade, Vitruvius**, São Paulo, ano 17, n. 197.05, dez. 2016. Disponível em:

<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.197/6329>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SERRAN, J. R. **O IAB e a Política Habitacional**. São Paulo: Schema Editorial, 1976.

SOLUÇÕES URBANAS. **Plataforma Institucional**. Disponível em: <<http://www.solucoesurbanas.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 05 set. 2019.

SOLUÇÕES URBANAS. **Soluções Urbanas**. Disponível em <<http://solucoesurbanasrj.blogspot.com/>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

SOLUÇÕES URBANAS. **Vivência em Assistência Técnica para Melhorias Habitacionais**. Plataforma digital. 2018. Disponível em: <<https://athiscurso.wixsite.com/inscricao?fbclid=IwAR2cPzjTnabOjEmnEWZzOP7WKFo7CPjnUJZ5sO56d3ieZZwIAqwtcWqH-D4>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SUL 21. É possível famílias de baixa renda morarem no Centro: Começa reforma do Assentamento 20 de Novembro. **O Sul 21**, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2018/05/e-possivel-familias-de-baixa-renda-morarem-no-centro-comeca-reforma-do-assentamento-20-de-novembro/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SUL 21. 'É possível famílias de baixa renda morarem no Centro': Começa reforma do Assentamento 20 de Novembro. **O Sul 21**, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2018/05/e-possivel-familias-de-baixa-renda-morarem-no-centro-comeca-reforma-do-assentamento-20-de-novembro/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

SUL 21. Há quase 20 anos na Borges, moradores de Ocupação lutam pela permanência em imóvel do Estado. **O Sul 21**, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2018/11/ha-quase-20-anos-na-borges-moradores-de-ocupacao-lutam-pela-permanencia-em-imovel-do-estado/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

SUL 21. Ocupação iniciada por esposas de brigadianos resiste à reintegração de posse a ser executada pela própria BM. **O Sul 21**, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2018/11/ocupacao-iniciada-por-esposas-de-brigadianos-resiste-a-reintegracao-de-posse-a-ser-executada-pela-propria-bm/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

TETRAPAK. Tetra Pak promove troca de embalagens pós-consumo por telhas no Rio de Janeiro. **Tetrapak**, 2012. Disponível em: <<https://www.tetrapak.com/br/about/newsarchive/tetra-pak-promove-troca-de-embalagens-pos-consumo-por-telhas-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 06 set. 2019.

TOPALOV, Christian. **Les promoteurs immobiliers**: contribution à l'analyse de la production capitaliste du logement en France. Paris, Mouton, 1973.

TURNER, John F. C. **Vivienda, todo el poder para los usuarios**. Hacia la economía em la construcción del entorno. Madrid: Hermann Blume Ediciones, 1977.

UFBA. **Residência AU+E**: Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Disponível em: <<https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/tags/fau-unb>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

URUGUAI. **Lei nº 13728**. Plan Nacional de Viviendas. 1968. Disponível em: <<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/13728-1968>> Acesso em: 10 no. 2019.

USINA CTAH. **Usina**: Entre o Projeto e o Canteiro. São Paulo: Editora Edições Aurora, 2015.

VALADARES, Raquel Gomes; CUNHA, Tiago Augusto da. A participação de cooperativas nas políticas públicas habitacionais no Brasil e no Uruguai. **Cadernos EBAPE.BR Online**, v.16, n. 4, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Apêndices

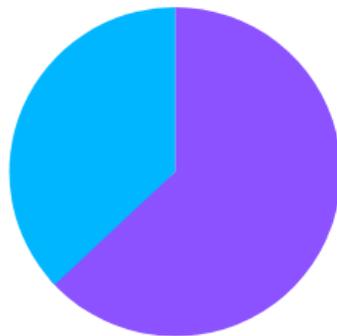
Apêndice B – Infográfico análise dos editais do CAU com ATHIS (2014 - 1ºsem. 2019)

ANÁLISE - EDITAIS ATHIS CAU

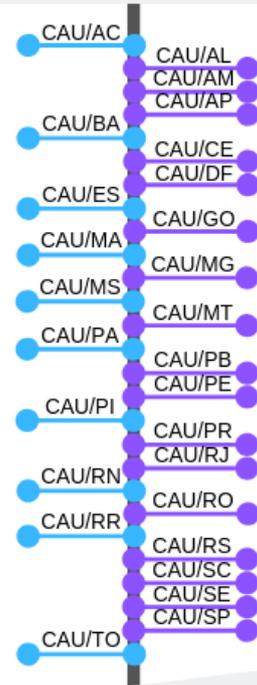


Unidades CAU x Edital ATHIS

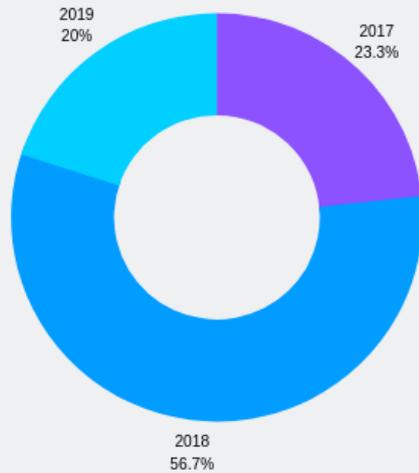
SEM EDITAL ATHIS
37%



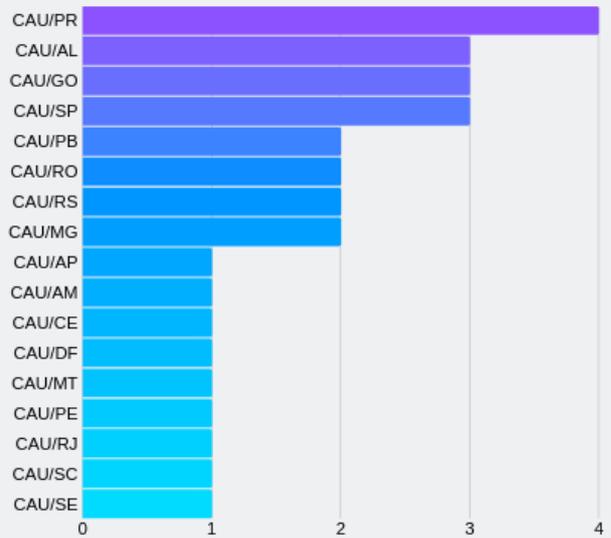
COM EDITAL ATHIS
63%



Editais por ano



Editais por CAU/UF



Apêndice C - Tabela resumo com dados dos eventos e editais realizados pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo nos dois períodos (2014 – 2016 e 2017 – 2019/1). Dados retirados dos sites de cada CAU/UF.

CAU/UF	EVENTOS						EDITAIS				
	2014	2015	2016	2017	2018	2019/1	TOTAL/CAU	2017	2018	2019/1	TOTAL/CAU
CAU/AC	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0
CAU/AL	0	1	0	0	1	0	2	1	1	1	3
CAU/AM	0	0	1	1	1	0	3	0	1	0	1
CAU/AP	0	0	0	1	2	0	3	1	0	0	1
CAU/BA	0	0	0	1	1	1	3	0	0	0	0
CAU/CE	0	0	0	1	1	0	2	0	1	0	1
CAU/DF	0	0	0	3	4	2	9	0	1	0	1
CAU/ES	0	0	0	1	2	0	3	0	0	0	0
CAU/GO	0	0	0	1	1	0	2	1	1	1	3
CAU/MA	0	0	0	2	2	0	4	0	0	0	0
CAU/MG	0	0	0	1	1	1	3	0	1	1	2
CAU/MS	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0
CAU/MT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
CAU/PA	0	0	1	0	1	1	3	0	0	0	0
CAU/PB	0	1	0	1	1	0	3	1	1	0	2
CAU/PE	0	0	0	1	3	0	4	0	1	0	1
CAU/PI	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0
CAU/PR	0	1	2	0	2	1	6	1	3	0	4
CAU/RJ	0	0	0	2	6	3	11	0	1	0	1
CAU/RN	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0
CAU/RO	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	2
CAU/RR	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
CAU/RS	0	0	0	0	1	5	6	1	0	1	2
CAU/SC	0	0	0	4	3	1	8	0	1	0	1
CAU/SE	0	0	0	0	2	0	2	0	1	0	1
CAU/SP	0	0	0	1	2	5	8	0	3	0	3
CAU/TO	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0
TOTAL/ANO	1	3	5	28	40	20		7	17	6	
TOTAL/PERÍODO	9			88				30			
TOTAL GERAL	97							30			

- Período de 2014-2016
- Período de 2017-2019/1
- CAU com maior número de editais até então
- CAU com maior número de eventos até então

Apêndice D – Planilhas com a descrição dos eventos promovidos pelos

CAU's entre 2014 a 2016

CAU/AL

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
I Seminário de Política Profissional do CAU/BR – Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo	Isadora Padilha (IAB/AL) Fabrícia Zulin (CANHEMA II) Renata Coradin (CANHEMA II) Ministério das Cidades Caixa Econômica Federal SEBRAE/AL CAU/BR CAU/AL	2015

CAU/AM

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
II ArqAmazônia	Gilson Paranhos Clóvis Ilgenfritz	2016

CAU/PA

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
II Seminário Nacional de Assistência Técnica da CPP	Haroldo Pinheiro (CAU/BR) Adolfo Maia (CAU/PA) Gilson Paranhos (Codhab-DF) Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas) Ângela Gordilho (UFBA) Fabrícia Zulin (CANHEMA II) Renata Coradin (CANHEMA II) João Cláudio Klautau (SEHAB) Ana Célia Oliveira (COHAB/PA) José Raiol (Faculdade Faci)	2016

CAU/PB

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
ATHIS: Uma Janela de Oportunidades em Arquitetura e Urbanismo	Fabrícia Zulin (CANHEMA II) Renata Coradin (CANHEMA II)	2015

CAU/PR

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Curso de Aplicação da Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Lei Federal nº 11.888/2008	Laboratório de Pesquisa em Habitação e Assentamentos Humanos da UEM	2015

Diálogos Sobre Assistência Técnica e a Lei 11.888/2008	Roland Rutyna (União por Moradia Popular do Paraná) Jeferson Salazar (FNA) Ricardo Mac Donald Ghisi Laura Bertol Jeferon Dantas Navolar (CAU/PR) Milton Gonçalves (SindArq-PR) Maria das Graças da Silva Souza (União por Moradia Popular do Paraná)	2016
Palestra sobre Assistência Técnica Gratuita	Thais Marzurkiewicz	2016

Apêndice E – Planilhas com a descrição dos eventos promovidos pelos

CAU's entre 2017 Ao 1º sem. 2019

CAU/AC

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social	Josemêe Gomes Daniel Marostegan Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas - Projeto Arquiteto de Família) Edfa Viviane	2017
Semana de Arquitetura e Urbanismo do CAU/AC (Palestra e oficina: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social)	Mariana Estevão	2018

CAU/AL

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: Desafios e Estratégias para Acesso à Moradia Adequada em Alagoas	Gilson Paranhos (Codhab-DF) Fernando Assad (Programa Vivenda) Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas) Débora Cavalcanti	2018

CAU/AM

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
VI Seminário de Arquitetura e Urbanismo: Assistência Técnica Gratuita em Habitação de Interesse Social	Gilson Paranhos (CODHAB) Carina Guedes (Associação Arquitetas sem Fronteiras)	2017
VII Seminário de Arquitetura e Urbanismo: ATHIS – Estratégias e Desafios para Acesso a Moradias	Sanelmo Peixoto Siqueira (SUBHAF) Claudemir Andrade de Oliveira (UGPE)	2018

CAU/AP

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
I Seminário de Capacitação em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - ATHIS	José Baravelli Melissa Matsunaga Patricia Takamatsu Marcelle Vilar Wictor Cunha	2017
	Flávio Campos	2018

II Seminário de Capacitação em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - ATHIS	Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas - Projeto Arquiteto de Família) Marcelo Machado Klinger Oliveira Francisco Ribeiro	
IV Seminário Nacional de Empreendedorismo em Arquitetura e Urbanismo (Palestras: ATHIS e a Formação do Arquiteto e Urbanista; ATHIS e o Empreendedorismo; ATHIS e o CAU/BR.)	Fernando Assad (Programa Vivenda) Marcelle Vilar (Projeto ATAU-UNIFAP) Josemêe Lima (CAU/BR)	2018

CAU/BA

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Entenda na Prática como Gerar Negócios com a Assistência Técnica	Ângela Gordilho TETO Gilson Paranhos Caio Santo Amore Fernando Assad	2018

CAU/CE

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Seminário em ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social	Heitor Antonio Maia da Silva Dores (CAU/AL) Custódio Santos Neto (IAB) Renato Pequeno (UFC) Ju Santos (moradora de área contemplada) Luciano Guimarães (CAU/BR) Rebeca Maia (CAU/CE)	2018

CAU/DF

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: Dez Anos da Lei 11.888/2008 – Balanços e Perspectivas	Alexandre Baldy (Ministério das Cidades) Luciano Guimarães (CAU/BR) Joel Krüger (CONFEA) Fátima Có (CREA-DF) Paulo Roberto de Queiroz Guimarães (Mútua) Wilson Lang (CDEN) Nivaldo de Andrade (CEAU) Mirna Quinderé Belmiro Chaves (Ministério das Cidades) CEF Gilson Paranhos (CODHAB-DF) Guivaldo Baptista Ronald Peixoto Drabik Myrian Cardoso Eliel Divino de Oliveira Antonio de Pádua Fernando Assad (Programa Vivenda)	2018

	<p>Mariana Estevão (Soluções Urbanas) Franciele Bezerra (CAU/BR) Guilherme Augusto Guimarães (CONFEA) Carlos Eduardo Domingues e Silva Josemée Gomes de Lima Reynaldo Barros</p>	
<p>I Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social de Brasília</p>	<p>Thiago Andrade (SEGETH) Liza Andrade (FAU/UnB) Bruno Ávila Izadora Laner Miguel Von Behr Camila Gomes Sant'Anna (UFG) Adirley Queirós Amandja Borges (UFRN) Ângela Gordilho (UFBA) Caio Santo Amore (USP) Haroldo Pinheiro (CAU/BR)</p>	2017
<p>II Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social de Brasília</p>	<p>Sandra Marinho (CODHAB/DF) Luiz Sarmento (CODHAB/DF e IAB/DF) Rafael Passos (IAB/RS) Demetre Anastassakis (IAB/BR e IAB/RJ) Claudia Poletto (IAB/SC e CAU/SC) Wagner Germano (Usina CTAH) Liza Andrade (FAU/UnB) Pedro Mendonça (MTST e Candanga Advocacia Popular) Ludmila Correia (IAB/DF e UniCEUB) Mariana Estevão (Arquiteto de Família)</p>	2018
<p>Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: 10 Anos de Lei. Muitos Anos de Prática</p>	<p>Lola Ribeiro Eleonora Mascia (FNA/Caixa) Karla Moroso Paola Maia Taiane Beduschi (Arquitetura Humana) Daniela Sarmento (CAU/SC) Luiz Sarmento (CODHAB)</p>	2018

CAU/ES

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
<p>Ciclo de Palestras: Habitações Saudáveis – ATHIS</p>	<p>Alexandre Nicolau (UVV) Andreia Muniz (UVV) Priscilla Loureiro (UVV)</p>	2018
<p>Seminário Lei de Assistência Técnica: Vantagens e Possibilidades de Aplicação</p>	<p>Clóvis Ilgenfritz Gilson Paranhos Pedro Tuma José Carlos Neves Loureiro (Sindarq-ES)</p>	2017

CAU/GO

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
1º Ciclo de Assistência Técnica Universitária		2018
Aula Magna - ATHIS	Caio Santo Amore (USP)	2017

CAU/MA

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
1ª Semana do Arquiteto e Urbanista da UniFacema: O Empreendedorismo na Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS	Victor Veríssimo Acyr Carvalho Mariana Estevão (Arquiteto de Família) Marcelo Rodrigues (CAU/MA) Lucas Cesar Roseana Martins	2018
I Seminário de Empreendedorismo em ATHIS	Guivaldo D'Alexandria (CAU/BR) Josemêe Lima (CCP - CAU/BR) Marcelo Rodrigues (CAU/MA) Emerson Fraga (CAU/MA) Fernando Tadeu Mariana Estevão (Soluções Urbanas) Rogério Frazão (UNICEUMA) Acyr de Carvalho (FACEMA) Dennis Guilhon (Faculdade Pitágoras) Lauren Mendes (CEF) Gabriela Melo (SEMUHR) João Bento dos Santos Claudia Poletto Nato Jr. (vereador de São Luiz) Luzia Madeiro Neponucena (1ª Vara Fazenda Pública)	2018
Semana ATHIS: Apoio à Produção Social do Habitat	Danielle Rocha (UFPE) Fabiano Diniz (UFPE) Silke Kapp (UFMG)	2017
I Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social	Fabiano Diniz (UFPE) Danielle Rocha (Observatório das Metrôpoles)	2017

CAU/MG

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Seminário de Assistência Técnica do CEAU-CAU/MG	Ermínia Maricato (Br Cidades) Clóvis Ilgenfritz Gilson Paranhos (CODHAB-DF)	2017
ATHIS: Assistência ou Assessoria? Conceitos e Práticas de Assistência	Arquitetas sem Fronteiras – Brasil	2019

Técnica de Interesse Social		
ATHIS para Melhorias Habitacionais: A Experiência do Projeto Arquiteto de Família	Mariana Estevão (Arquiteto de Família)	2018

CAU/MS

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
I Fórum de ATHIS – Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	Gilson Paranhos (CODHAB-DF) Ângelo Arruda Matheus Cardoso Mariana Estevão (Arquiteto de Família) Alexandre Nicolau (UVV) Paolo Colosso (BR Cidades) Claudia Poletto (CAU/SC)	2018
I Seminário de Políticas Urbanas e Ambientais do MS (Apresentação da Comissão de Políticas Profissionais)	Sanderland Ribeiro	2017

CAU/PA

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
VI Seminário Nacional de Empreendedorismo em Arquitetura e Urbanismo – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social	Josemée Lima (CAU/BR) João Cláudio Klautau Guimarães (CODEM) Gilson Paranhos (CODHAB-DF) Mariana Estevão (Arquiteto de Família) Myrian Cardoso Roberta Menezes Rodrigues Marcus Tadeu Edna Cristina Santos (SebraeTec)	2018
Seminário Regional de Ensino e Formação em Arquitetura e Urbanismo (Palestras: Apreensão do Habitat - Programa de Extensão de ATHIS Integrada da UFPA; Projeto de Residência de ATHIS em Arquitetura x Engenharia)	Roberta Rodrigues (UFPA) Ângela Gordilho	2019

CAU/PB

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
ATHIS: Oficina de Capacitação	Marco Suassuna Jakeline Silva Sávio Vale Lúcio Ismael Jr.	2017

Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS: A Experiência de Conde	Flávio Tavares (Prefeitura de Conde/PB)	2018
--	---	------

CAU/PE

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
O Plano Diretor e a Produção de Habitação de Interesse Social	Rafael Amaral Tenório (CAU/PE) Íris Souto Maior (OAB/PE) Paulo Roberto Barros e Silva (Redeprecidade) Norah Neves (URB) Roberto Salomão (CAU/PE)	2018
Oficina e Roteiro de ATHIS	ONG Habitat para a Humanidade Brasil CAU/PE Prefeitura do Recife	2017
I Fórum de Arquitetura Social de PE: Gestão Pública, Assistência Técnica e Projeto Urbano	Tomás Lapa (DAU/UFPE) Enio Laprovitera (DAU/UFPE) Roberto Ghione (DAU/UFPE) Norah Neves (DAU/UFPE) Frederico Barboza Jr. (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo) Gilson Paranhos (CODHAB-DF) Jorge Mário Jáuregui	2018
II Fórum de Arquitetura Social de PE: Gestão Pública, Assistência Técnica e Projeto Urbano	Enio Laprovitera (DAU/UFPE) Ronald Vasconcelos (DAU/UFPE) Norah Neves (Prefeitura de Recife) Cláudio Freitas Gonçalves (CEF) Héctor Vigliecca	2018

CAU/PI

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
I Seminário de Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS) do CAU/PI	Mariana Estevão (Arquiteto de Família) Gilson Paranhos (CODHAB-DF)	2017

CAU/PR

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
#ATHISCAU: Seminário de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social e Apresentação de Casos Práticos da Lei 11.888/2008	Ângelo Arruda Heliana Rocha (Residência/UFBA) Renata Coradin Júlio Kajewski Carolina Lynn Laís Leão (Teto Paraná)	2018

Seminário Soluções Inovadoras para o Problema de Habitação de Interesse Social (HIS) no Brasil	Milton Carlos Zanelatto Gonçalves (SINDARQ/BR) Marcos Schiefler Filho (UTFPR) Alban Drouet (Inova Urbis) Heliana Mettig (Residência/UFBA) Patricia Peralta (EcoStudio) Laura Esmanhoto Bertol	2018

CAU/RJ

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Workshop de Assistência Técnica para Melhorias Habitacionais	Mariana Estevão (Arquiteto de Família)	2019
III Fórum Permanente de Fomento à Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social	Maira Rocha (Cathis) Juan Andrade (Alerj) Eliane Oliveira (Pastoral de Favelas) Carolina Rezende Augusto César Alves	2019
VII Encontro com a Sociedade - Rio de Janeiro (Palestra: Habitação de Interesse Social)	Maira Rocha (CAU/RJ) Jorge Mesquita (OAB/RJ) Jorge Luiz Muniz de Mattos (CREA/RJ) Paulo Faleiro (CRESS/RJ)	2019
Seminário de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social - Rio das Ostras	CAU/RJ Associação de Arquitetos e Engenheiros Rio das Ostras	2018
VII Encontro da Sociedade - Angra dos Reis (Palestra: Um Plano Municipal de Interesse Social - ATHIS)	Tainá de Paula	2018
II Fórum Permanente de Fomento à Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social	Ricardo Gouvêa (CAU/RJ) Paulo Benetti (Cathis) Felipe Nin	2018
Seminário Produção Habitacional Solidária: Panorama Internacional	Jeferson Salazar (CAU/RJ) Luciana Correa do Lago (Nides/UFRJ e Observatório das Metrôpoles) Rainer Hehl (Universidade Técnica de Berlim) Patricia Ventura (ETH Zurique) Ricardo Gouvêa (CAU/RJ) Mario Figoli (Fucvam) Adauto Cardoso (Ippur/UFRJ) Luciana Lago (Nides/UFRJ e Observatório das Metrôpoles) Sandra Kokudai (Bento Rubião)	2018

	Thais Velasco (Ippur/UFRJ e Observatório das Metrópoles) Edilson Mineiro (Assessoria Jurídica/UNMP) Nabil Bonduki (USP)	
VII Encontro com a Sociedade - Nova Iguaçu - ATHIS	Jeferson Salazar (CAU/RJ) Fabio Bruno (IAB/RJ) Bartiria da Costa (CONAM) Luís Firmino (Câmara Metropolitana) Paulo Costa (Câmara Metropolitana) Gilberto Brito (CEF) Noêmia Magalhães (MNLN) Samuel Jaenisch (Observatório das Metrópoles) Fernanda Petrus (Ocupação Solano Trindade) Demetre Anastassakis (Bairro Metrôpole) Fernando Mendes Maira Rocha (Cathis/CAU/RJ) Paulo Igreja (Rizoma) Sandra Kokudai (Bento Rubião) Ricardo Gouvêa	2018
I Fórum Permanente de Fomento à Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social	Jeferson Salazar (CAU/RJ) Felipe NIn Maira Rocha Sandra Kokudai Ricardo Gouvêa (CAU/RJ)	2018
Jornada e Fórum de Assistência Técnica do CAU/RJ	Marcela Abla (CAU/RJ) Mariana Estevão (Soluções Urbanas) Marcos Rodrigo Ferreira (Microcrédito) Ricardo de Gouveia Correia Fernanda Bizzo (PAP) Fernando Cesar Negrini Minto Daniel Mendes Mesquita de Souza Eliane Oliveira (Pastoral de Favelas) Alan Brum Pinheiro (Raízes em Movimento) Grazia de Grazia	2017
II Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo (Painel sobre Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social)	Demetre Anastassakis Jorge Mário Jauregui Gilson Paranhos (CODHAB-DF) Sanderland Ribeiro (TJ/PI)	2017

CAU/RN

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
I Seminário de Assistência Técnica Para Regularização Fundiária de Habitação de Interesse Social do Rio Grande do Norte	Mariana Bomtempo (CODHAB-DF) Felipe Maciel (SEHARPE) Josenita Dantas (START Consultoria) Carol Farkat (DEREF/SEHARPE) Flávia Laranjeira (SINARQ)	2018
Assistência Técnica em	Lucélia Maria Duda	2017

Arquitetura: A Experiência do DF		
----------------------------------	--	--

CAU/RS

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
II Seminário de Empreendedorismo e Novas Tecnologias em Arquitetura e Urbanismo	Karla Moroso Fernando Assad (Programa Vivenda: projeto e execução de Arquitetura em Habitação Social) Iban Drouet (Inova Urbis: parceria privada para projetos arquitetônicos em Habitação Social) Rinaldo Barbosa(Visões sobre o encontro de formação e mercado) Luiz Contier (BIM e as tendências da Arquitetura e Urbanismo) Giovana Dario Sbaraini (Empreendedorismo na Arquitetura e Urbanismo no Brasil)	2017
Seminário de Exercício Profissional	Haroldo Pinheiro (CAU/BR) Fabiano Melo (IAB/BR) Lana Jubé (CEP-CAU/BR) Rui Mineiro (CAU/RS) Ednezer Flores (CAU/BR) Clóvis Ilgenfritz da Silva Nirce Saffer Medvedovski (FAUrb/UFPEL) Eloise Mudo Karla Moroso (Projeto Morar Sustentável) Daniela Sarmento (CAU/SC) Raquel Rhoden Bresolin (CAU/RS) Lucas Volpatto(IAB/RS) Cêça Guimarães (IPHAN) Ortiz Adriano Adams de Campos (CAU/RS) Fernando Túlio (IAB/SP) Antônio Zago (Sinduscon) Rafael Passos (IAB/RS) Ada Raquel Doederlein Schwartz (SMURB/POA) Vinicius Vieira (CAU/RS) Luis Roberto Ponte (SERGS) Juliano Heinen (PGE/RS) Luciano Guimarães (CAU/BR) Cesar Luciano Filomena (CEAPE) Cylon Rosa Neto (Fórum de Infraestrutura) Tiago Holzmann da Silva (CAU/RS) Gilson Paranhos (CODHAB-DF) André de Oliveira Torres Carrasco (FAUrb/UFPEL)	2018

CAU/SC

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Apresentação do Plano de Implementação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	CAU/SC	2018

em diversas cidades de SC		
Oficinas Regionais de Planejamento Estratégico de Implementação de ATHIS (Joinville, Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Criciúma)	CAU/SC AH! Arquitetura Humana	2017
V Seminário Nacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	Marcelo Leão (IBDU) Mário Augusto Vieira Ângelo Arruda (UFMS) Renan de Souza (Defensoria Pública) Sandra Marinho (CODHAB-DF) Maria Regina de Ávila Moreira (UFSC/NESSOP) Maria de Lourdes Mina (Movimento Negro Unificado) Ezequiel Moraes (Ocupação 20 de novembro) Sandra Kokudai (Fundação Bento Rubião) Maria Inês Sugai (UFSC) Nirce Saffer Medvedovski (UFPEL) Caio Santo Amore (CAU/SP - FAU/USP) Alexandre Nicolau (UVV/Projeto Adote uma Casa) Karla Moroso (AH! Arquitetura Humana) Fernanda Adiers (MoraLar) Grazieli Waltrich (MoraLar) Matheus Cardoso (Moradigna) Demetre Anastassakis (Autografics)	2018
Oficinas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social	Marcos Borges Rizzo (ARQ/UFSC) Katia Regina Hermenegildo Schappo (Plano de Habitação SC) Jordi Sanchez-Cuenca Alomar Flávio Alberto Menna Barreto (IAB/SC) Vania Stephan Marroni Burigo (GT-HAB)	2017
5º Encontro Anual de Arquitetos e Urbanistas de SC (Palestra: Apresentação do Plano de Implementação de ATHIS em SC)	Cibele Lorenzi (CTEC)	2017
Seminário de Implementação da ATHIS em Blumenau e Região: Tecendo Conexões, Ideias e Discussão com a Comunidade Visando um Novo Modelo de Cidade para as Pessoas	Vania Burigo Gilson Paranhos	2017
Seminário O Direito à Moradia e à Cidade (Palestra: Plano Estratégico de Implementação da ATHIS)	Claudia Poletto (CAU/SC) Karla Moroso (AH! Arquitetura Humana)	2018

CAU/SE

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
V Seminário Estadual de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe (Apresentação dos Resultados do Edital ATHIS de 2018)	Flávia Tauane Santana	2018
Seminário de Empreendedorismo Social: Como empreender em ações de Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social?	Paula Tavares Araripe Rodrigo Rocha Pereira Lima Fernando Antônio Santos de Souza Rivanilde Cardoso Araújo Feitoza Mariana Estevão (Soluções Urbanas)	2018

CAU/SP

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
Viveiros Urbanos: Formação em ATHIS com Autogestão e Sistemas de Proteção Ambiental	Tatiana Yamauchi Ashino Rodrigo Duarte William Yoshida Bruno Almozara Aranha	2019
Seminário ATHIS: Caminhos do CAU	Clóvis Ilgenfritz da Silva Sanderland Ribeiro Jorge Antônio Magalhães Moura Maria Teresa Diniz Álvaro Lourenço Thiago Teixeira de Andrade (SEGETH) Gilson Paranhos (CODHAB-DF) Renata Coradin (Habitar Arquitetas) Fabricia Zulin (Habitar Arquitetas) Ângela Gordilho (FAU/UFBA) Gil Barros (FAU/USP) Caio Santo Amore (FAU/USP) Fernando Assad (Programa Vivenda) Christiam Krambeck (CAU/SC) Cibele Lorenzi (CAU/SC) Gerson Gomez (CAU/SP) Adriana Paula Vieira Marcondes Moraes (CAU/SP) José Eduardo Rossato de Campos (CAU/SP) Daniel Alberto Catelli Amor (CAU/SP) Valdemir Lucio Rosa (CAU/SP) Gilberto Belleza (CAU/SP) Francine Mariliz Gramacho Sakata (ABAP) Tércia Almeida de Oliveira (ABEA) Edison Borges Lopes (AsBEA) Eder Roberto da Silva (FNA/SASP) Fernando Túlio Salva Rocha Franco (IAB/SP) Thamires Martins (FeNEA)	2017
II Seminário ATHIS: Urbanização, Meio Ambiente	Cláudia Bastos Caio Boucinhas Instituto Carlos Matus	2019

e Conflitos - Estratégias de Permanência		
Vivência em Assistência Técnica para Melhorias Habitacionais	Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas) Marcelo Brígido (Arquitecasa)	2018
Encontro Estadual dos Arquitetos e Urbanistas 2018 (Dia 26: Assistência Técnica, Habitação de Interesse Social e Mercado de Trabalho)	Rosane Tierno Guilherme Frizzi André Blanco Marcelo Brígido Mariana Estevão Takashi Yamauchi Juliana Simionato Costa Nilda Neves Luiz Gonzaga da Silva João Alessandro	2018

CAU/TO

Nome do Evento	Palestrante(s)	Ano
VII Seminário Nacional de Empreendedorismo na Arquitetura	Josemée Lima (CAU/BR) Ana Carla de Lira Bottura (ITPAC Porto) Lúcio Milhomem Cavalcante (Ulbra Palmas) Adriana Dias (UFPA) Myrian Silvana da Silva Cardoso Matozalém Santana (CAU/BR) Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas)	2017
Palestra Lei de Assistência Técnica Gratuita (Lei 11.888)	CAU/TO	2017

Apêndice F – Descrição dos editais lançados pelos CAU's entre 2017 a maio 2019**CAU/AL**

Nome do Edital	Ano
Edital de Seleção Pública Simplificada SPS nº 01/2018 – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)	2018
Edital de Seleção Pública Simplificada SPS nº 02/2017 – Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social	2017
Edital de Cadastro Público Simplificado CPS nº 01/2019 – Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS)	2019

CAU/AM

Nome do Edital	Ano
Concurso de Ideias de Arquitetura João de Barro – Edital nº 01/2018	2018

CAU/AP

Nome do Edital	Ano
Aviso de Chamada Pública de Apoio Institucional nº 01/2017	2017

CAU/CE

Nome do Edital	Ano
Edital de Chamada Pública de Apoio Institucional 01/2018 – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social	2018

CAU/DF

Nome do Edital	Ano
Aviso de Chamada Pública nº 02/2018	2018

CAU/GO

Nome do Edital	Ano
Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – Edital de Chamamento Público nº 02/2019	2019
	2018

Chamada Pública de Apoio Institucional Nº 05/2018	
Chamada Pública de Apoio Institucional Nº 04/2017	2017

CAU/MG

Nome do Edital	Ano
Chamada Pública de Apoio Institucional – Aviso de Edital nº 02/2018	2018
Chamada Pública de Apoio Institucional – Aviso de Edital nº 01/2019	2019

CAU/MT

Nome do Edital	Ano
Edital de Chamamento Público nº 01/2019	2019

CAU/PB

Nome do Edital	Ano
Edital de Chamada Pública em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social nº 01/2018	2018
Edital de Seleção Pública para Contratar Oficina de Capacitação em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS – para Patrocínio pelo CAU/PB	2017

CAU/PE

Nome do Edital	Ano
Edital CAU/PE nº 01/2018 de Processo Seletivo Para Concessão de Patrocínio de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social – ATHIS	2018

CAU/PR

Nome do Edital	Ano
Chamada Pública de Apoio Institucional – Aviso Institucional nº 04/2018	2018
Chamada Pública de Apoio Institucional – Aviso Institucional nº 03/2018	2018
	2018

Chamada Pública de Apoio Institucional – Aviso Institucional nº 02/2018	
Chamada Pública de Apoio Institucional nº 01/2017	2017

CAU/RJ

Nome do Edital	Ano
Chamada Pública 02/2018: Edital 01/2018 de Seleção Pública de Projetos de Apoio à Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS) para Patrocínio pelo CAU/RJ	2018

CAU/RO

Nome do Edital	Ano
Chamada Pública de Apoio Institucional nº 01/2017	2017
Chamada Pública 02/2019 - Edital 02/2019 de Seleção Pública de Projetos de Apoio à Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS) para Patrocínio pelo CAU/RO	2019

CAU/RS

Nome do Edital	Ano
Aviso de Chamada Pública nº 01/2017	2017
Chamamento Público nº 03/2018	2018

CAU/SC

Nome do Edital	Ano
Edital de Licitação – Tomada de Preços nº 01/2018	2018

CAU/SE

Nome do Edital	Ano
Aviso de Chamada Pública de Apoio Institucional nº 01/2018	2018

CAU/SP

Nome do Edital	Ano
Edital de Chamamento Público nº 02/2018: Processo Administrativo nº 21/2018	2018
Edital de Chamamento Público nº 03/2018: Processo Administrativo nº 22/2018	2018
Edital de Chamamento Público nº 04/2018: Processo Administrativo nº 21/2018	2018

Apêndice G - Tabela com dados de renda per capita por famílias conviventes residentes em domicílios particulares. Dados baseados no CENSO 2010.

Tabela renda per capita por famílias conviventes residentes em domicílios particulares	
Classe de rendimento nominal mensal familiar per capita	FAMILIAS
SEM RENDIMENTO	955.575
ATÉ 1/4 SM	604.602
MAIS DE 1/4 a 1/2 SM	913.623
MAIS DE 1/2 a 1 SM	1.054.897
MAIS DE 1 a 2 SM	598.778
MAIS DE 2 a 3 SM	139.187
MAIS DE 3 a 5 SM	73.462
MAIS DE 5 SM	41.132
TOTAL	4.381.256
PERCENTUAL ATÉ 3 SM	97%
PERCENTUAL ACIMA DE 3 SM	3%

Apêndice H – Questionários aplicado através do Google Docs - Questionário

Carimbo de data/hora	Endereço de e-mail		Ano de nascimento	Formação	Faculdade	Ano de formação
14/08/2019 18:20:17	gilson@gilsonparnhos.com.br	GILSON PARANHOS	28/04/1955	ARQUITETO URBANISTA	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	20/12/1980
20/08/2019 23:18:27	amgs@ufba.br	Angela Gordilho Souza	14/07/1949	Arquiteta	UFBA	01/12/1975
02/09/2019 18:02:27	contato@ah.arq.br	Paola Maia Fagundes	22/11/1985	Arquiteta e Urbanista	PUCRS	01/08/2014
04/09/2019 11:55:56	mestevao1@hotmail.com	Mariana Estevão	15/06/1972	Arquiteta e Urbanista	Escola de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal Fluminense	05/12/2008

Qual foi seu primeiro contato com o tema/assunto "assistência técnica"?	Em que ano?
QUANDO O DEPUTADO CLOVIS ILGENFRITZ DO PT EM 2002 COLOCOU NO CONGRESSO O PROJETO DE LEI 6223 PARA SER DISCUTIDO.	2002
Na graduação, projeto para uma igreja da periferia, realizado em disciplina de projeto.	1972
No AH! Arquitetura Humana, tivemos caminhos diferentes. Durante a faculdade de Arquitetura e Urbanismo não era um tema muito tratado, para Paola e Taiane os primeiros contatos com o termo/assunto foi a partir do Sindicato dos arquitetos_ SAERGS_ e da relação com os movimentos sociais. Para Karla o caminho foi mais longo, a partir do estágio (durante a faculdade) na Secretaria de Habitação do Estado, e na atuação em organizações não governamentais de Direitos Humanos com foco no tema moradia.	
Na faculdade. Não era usado esse nome, mas a escola foi criada pelo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, precursor desse tipo de prática.	1991

Qual sua motivação para atuar na área da assistência técnica?
SER ARQUITETO URBANISTA.
Direito a arquitetura para todos, direito a cidade, ampliação do campo de atuação.
Entender que a arquitetura é universal, que todo mundo tem direito a arquitetura e urbanismo. Acreditamos na arquitetura na promoção da justiça das cidades.
O fato de entender que, pelo potencial de benefício à sociedade, a arquitetura não pode ficar restrita à quem tem recursos para pagar por esse serviço.

Qual foi o seu primeiro passo para atuar na área da assistência técnica?

ENTENDER QUE O OBJETIVO DE QUALQUER FORMAÇÃO É SERVIR AO HOMEM.

Depois de formada, década de 1980, atuando em bairros populares e projetos de habitação na Prefeitura de Salvador; Co-Fundadora do LabHabitar/FAUFBA em 1993, atuando em ensino-pesquisa-extensão; incrementando o Escritório Público da Prefeitura de Salvador, como Secretária de Habitação (2005-2008); a partir da Lei 11888/2008, implantação de Residência Acadêmica na FAUFBA.

O AH! passou a atuar a partir da relação com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), em atividades em que eles solicitaram um grupo para discutir projetos de sustentabilidade ambiental para o Assentamento 20 de Novembro. Paola e Taiane vieram a partir desta relação, Karla a partir da atuação em organizações não governamentais de Direitos Humanos com foco no tema moradia.

Escrever o Projeto Arquiteto de Família e em seguida criar a ONG Soluções Urbanas para captar recursos para viabilizar o projeto.

Na sua opinião, quais seriam as principais recomendações para quem gostaria de atuar (na sua mesma categoria: como ONG, profissional autônomo, residência acadêmica ou servidor público) na área de assistência técnica?

PLANEJAR MENOS E SE COMPROMETER MAIS. QUEM QUER DE VERDADE FAZ.

Buscar conhecer o tema e fazer especialização ou acompanhar outros grupos atuantes.

Diálogo com a comunidade. Não tem que ser uma construção de cima para baixo, essa horizontalidade é muito importante. Escutar os clientes, o que eles querem e quais as necessidades, entender a questão de recorte de renda, a assistência técnica em quanto uma política gratuita para quem recebe o serviço, mas não para quem atua.

Conhecer bem o perfil social e econômico do público alvo para entender a melhor forma de atuar. Rever ideias pré-concebidas, valores pessoais e sociais e os processos de atuação profissional. Entender a obra concluído como produto final do seu trabalho. Atuar politicamente para que a ATHIS possa ser, de fato, uma opção de carreira.

Na sua opinião, quais são os principais obstáculos enfrentados durante o processo de assistência técnica?

AS NORMAS E LEIS EXECUTADAS PELOS ADVOGADOS, ARQUITETOS E LEGISLADORES.

Falta de fundos públicos para cursos de formação e para prática profissional

Da perspectiva do arquiteto e urbanista - o arquiteto não é preparado durante a academia para atuar com assistência técnica (o que está mudando aos poucos). A questão institucional também é um obstáculo (quando não se encontra nas prefeituras não tem um programa de assistência técnica).

A distância entre a formação acadêmica e a realidade desse público/ território. A visão que a sociedade tem sobre a atuação do arquiteto. A falta de recursos para remunerar o profissional e viabilizar as obras.

Na sua opinião, quais seriam as possíveis formas de intensificar a atuação na área da assistência técnica?

CONSCIÊNCIA DE QUE É NECESSÁRIA UMA MUDANÇA DE CULTURA.

criação de fundo público para projeto e construção de pequeno porte.

Vemos que as entidades tem um papel importante, no sentido de mostrar para a sociedades e profissionais, a promoção e divulgação. | Profissionais _ Ação das estruturas públicas, e dentro das universidades tem que ser mais falado. | Comunidades _ as comunidades tem que entender o seu direito.

Criar a estrutura necessária para a atuação permanente nos territórios: recursos para garantir a remuneração profissional, crédito e subsídio para a realização de obras e qualificação profissional.

Na sua opinião, quem deve ser o principal financiador da assistência técnica?

A PRÓPRIA POPULAÇÃO ESTANDO CONSCIENTE DA NECESSIDADE.

Governo federal

O estado, ela é um direito.

Para famílias de menor renda, devem existir políticas públicas de subsídio, mas existem famílias nos territórios das favelas que têm poder aquisitivo para pagar pela ATHIS por meio de produtos de crédito adequados à sua realidade econômica. Deve haver uma composição de recursos.

Se a prestação de serviço de assistência técnica ocorresse de forma integrada, entre duas ou mais categorias, quais dessas categorias, na sua opinião, funcionariam melhor em conjunto?

(1) SERVIDOR PÚBLICO

(2) RESIDENCIA ACADÊMICA

(3) ONG

(4) PROFISSIONAL AUTÔNOMO - PESSOA JURÍDICA

Toda e qualquer integração é importante. Logicamente quando estão servidores públicos facilita viabilizar a Assistência. É necessário um cuidado na participação de estudantes em função do calendário que não permite continuidade.

É que não consigo excluir a atuação das ONGs, nem do poder público, então, apesar de achar que outras combinações são desejáveis, ficarei com a combinação "poder público-ONG" (1-3) (1-2) e (2-4).

Na minha opinião (2-4) traria maior agilidade para realização de ATHIS. Importante ter um financiamento específico e fundo para funcionar em larga escala.

O Servidor Público precisa estar por que a Assistência Técnica para baixa renda e sem poder público junto não funciona enquanto política pública e Residência Acadêmica, por que ela pode fazer uma relação mais direta, um convênio, um guarda-chuva, pode ter uma relação menos desburocratizada.

Na sua opinião, poderia ter mais alguma categoria de atuação de assistência técnica? Sim, não ou outro

Outro. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA SO É POSSIVEL SE FOR COMANDADA POR ARQUITETOS E COM PARTICIPAÇÃO DE ENGENHEIROS, ASSISTENTES SOCIAIS, ADVOGADOS E OUTROS.

NÃO

Outro. movimentos sociais organizados tem papel fundamental no processo. As cooperativas e associações de bairro tem papel de articulação.

NÃO

Se sim, qual categoria?

Movimentos sociais organizados tem papel fundamental no processo. As cooperativas e associações de bairro tem papel de articulação.

Para quais grupos citados abaixo é sua prioridade de prestação de serviço na área de assistência técnica?

para atendimento a grandes grupos - comunidades ou grupos organizados

para atendimento a pequenos grupos - famílias

os dois

outro

os dois

os dois

os dois

os dois

Movimentos sociais, grupos organizados ou lideranças comunitárias são prioridade ou essenciais para que ocorra a prestação de serviços de assistência técnica?

NÃO

Sim, são essenciais.

SIM

Não é essencial, mas desejado para a perpetuação da ação
--

Na sua categoria de atuação (como ONG, profissional autônomo, residência acadêmica ou servidor público) é importante estar em contato ou integrado a estes grupos sociais?

SIM

Sim, estar integrado.

SIM

SIM

Escreva de forma sucinta o porquê conforme resposta demarcada acima?

A COMUNIDADE É COMPOSTA DE UMA DIVERSIDADE ENORME E TODOS DEVEM SER ATENDIDOS.
--

São os maiores interessados e conhecem as demandas possíveis e promovem a aceitação dos demais membros da comunidade.

É a partir desta relação que se tem o diálogo com a comunidade. As lideranças comunitárias/movimentos sociais fazem a articulação. Trabalhamos com grandes grupos, a representação é importante para articular e dialogar. Preferencialmente as necessidades e relações virem de dentro para fora.
--

Pela perpetuação da ação

O que é assistência técnica para você?

É UMA NECESSIDADE QUE O HOMEM TEM ASSIM COMO A SAÚDE, A EDUCAÇÃO, A SEGURANÇA, O DIREITO, ETC... COM A VANTAGEM QUE QUEM FAZ ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESTÁ FAZENDO, VIABILIZANDO A SAÚDE, A EDUCAÇÃO, A SEGURANÇA, O DIREITO, ETC...

Um direito social na nossa realidade e condição essencial para o alcance de cidades melhores e mais justas.

Acreditamos que a assistência técnica viabiliza um direito, o direito à moradia e o direito a cidade.

Uma forma de atuar em arquitetura, que pressupõe uma relação diferenciada entre o profissional e o cliente, em que a criação ou transformação do espaço é meio de transformação social.

Anexos

ANEXO I**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DE PUBLICAÇÃO**

Eu, GILSON PARANHOS, nascido em 28 de abril de 1955, portador do RG: 305776 SSP-DF, Arquiteto e Urbanista, residente na cidade de Brasília/DF, concordo que o questionário realizado pela mestranda Luísa de Azevedo dos Santos, portadora do RG: 5089011372, residente na cidade de Pelotas/RS, seja publicado na sua dissertação de mestrado denominada: *APLICABILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018)*, no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas, sem alteração, conforme dados explicitados pelo entrevistado.



GILSON PARANHOS

Kitchener, 11 de novembro de 2019.

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DE PUBLICAÇÃO**

Eu, ANGELA GORDILHO SOUZA, nascida em 14 de julho de 1949, portadora do RG: 449280-33, Arquiteta, residente na cidade de Salvador/BA, concordo que o questionário realizado pela mestrandia Luísa de Azevedo dos Santos, portadora do RG: 5089011372, residente na cidade de Pelotas/RS, seja publicado na sua dissertação de mestrado denominada: *APLICABILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018)*, no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas, sem alteração, conforme dados explicitados pelo entrevistado.



ANGELA GORDILHO SOUZA

Salvador, 13 de novembro de 2019.

ANEXO III

LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no caput deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;

III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A garantia do direito previsto no art. 2º desta Lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I - sob regime de mutirão;

II - em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

§ 3º As ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento do disposto no caput deste artigo devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de evitar sobreposições e otimizar resultados.

§ 4º A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a eles devem ocorrer por meio de sistemas de atendimento implantados por órgãos colegiados municipais com composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.

Art. 4º Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
 II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;
 III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;

IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais na forma do inciso IV do caput deste artigo, deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no caput deste artigo deve ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

Art. 5º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia.

Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria previstos no caput deste artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

Art. 7º O art. 11 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 11.

.....
 § 3º Na forma definida pelo Conselho Gestor, será assegurado que os programas de habitação de interesse social beneficiados com recursos do FNHIS envolvam a assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do FNHIS fixadas em cada exercício financeiro para a finalidade a que se refere este parágrafo.” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Brasília, 24 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

Paulo Bernardo Silva

Patrus Ananias

Márcio Fortes de Almeida